



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Melquíades Paceli Sandes Barros

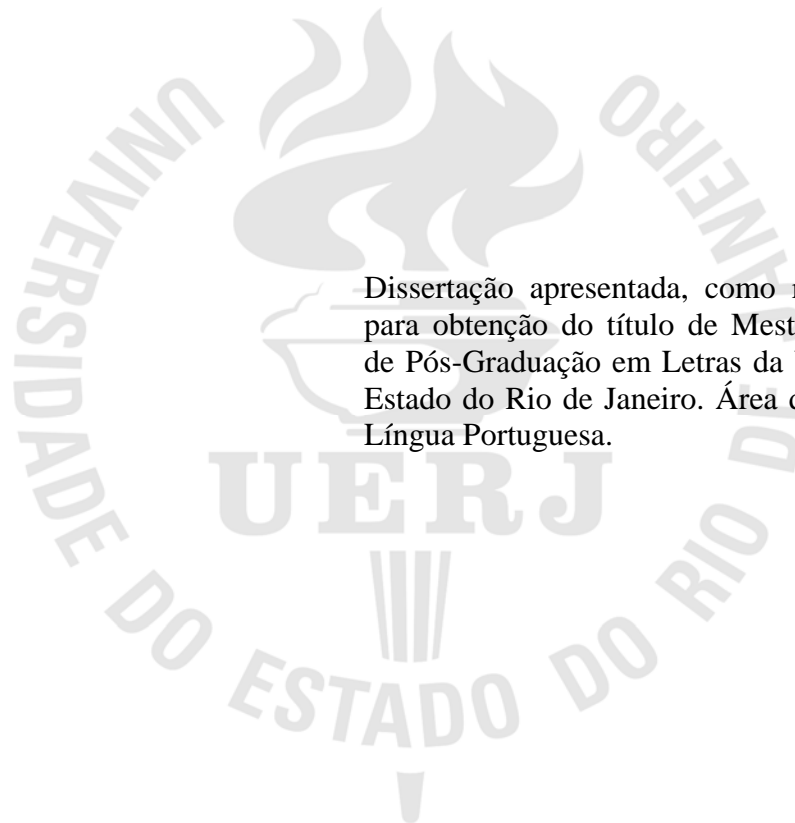
**A norma gramatical como objeto de análise e de ensino: reflexões
contemporâneas**

Rio de Janeiro

2012

Melquíades Paceli Sandes Barros

A norma gramatical como objeto de análise e de ensino: reflexões contemporâneas



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Azeredo

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

B277 Barros, Melquíades Paceli Sandes.
A norma gramatical como objeto de análise e de ensino: reflexões contemporâneas / Melquíades Paceli Sandes Barros. – 2012.
133 f.

Orientador: José Carlos Santos de Azeredo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Normalização - Teses. 2. Norma linguística - Teses. 3. Língua portuguesa – Gramática - Estudo e ensino - Teses. 4. Análise linguística - Teses. 5. Língua portuguesa – Pronomes – Teses. 6. Língua portuguesa - Brasil - Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Melquíades Paceli Sandes Barros

A norma gramatical como objeto de análise e de ensino: reflexões contemporâneas

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em: 5 de novembro de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. André Nemi Conforte
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo apoio à realização deste compromisso.
À Marlene Ramalho, esposa.

AGRADECIMENTOS

A José Carlos de Azeredo, orientador amigo, profissional competente.

Aos professores da UERJ – colegas de trabalho – pela confiança, apoio e reflexões críticas.

Aos mestrandos do MINTER, pela perseverança.

A língua envelhece, aparentemente, com aquele que a fala e que se identifica com ela. Mas o homem não quer envelhecer; ele lê na evolução da língua sua própria decadência. Assim, ele deseja conservar a língua na pureza, na integridade de sua juventude. Tal como se deseja transmitir aos filhos os valores e a cultura do passado intactos, assim também se espera transmitir-lhes a herança da língua. Mas, de um modo insuportável para o purista, são as gerações jovens que, apropriando-se da língua, a mudam. A língua se encontra, assim, perpetuamente rejuvenescida e não envelhecida, ao passo que seus falantes, inexoravelmente envelhecem. Aceitar a mudança é se sentir de certo modo despossuído, é perder um poder *sobre e pela* língua, ainda que a condenação seja formulada no mais das vezes sob forma de juízos estéticos: a língua tão bela e tão pura de outrora se tornou vulgar, feia, trivial, pobre e sem matizes. E é por isso que a língua é um desafio tamanho no conflito das gerações tanto quanto no das classes sociais. Pois o juízo sobre a língua se estende aos falantes que a falam. Um homem distinto fala um francês admirável, um marginal só poderia falar um francês deplorável.

Marina Yaguello

RESUMO

BARROS, Melquíades Paceli Sandes. *A norma gramatical como objeto de análise e de ensino: reflexões contemporâneas*. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Normas linguísticas são os usos instituídos pelos falantes da língua. Há normas consagradas pela tradição literária, por exemplo, e há normas consagradas pela tradição das comunidades. Quando estas não são aceitas, pode se dar o conflito, motivado pela não aceitação da nova norma, ou da norma diferente, geralmente acompanhada de avaliações negativas. Tomando os pronomes pessoais *ele/lhe* acusativos, *me* inicial e *se* sujeito (usando outras categorias quando a situação for favorável) como referência, procura-se investigar os motivos que levam a tais conflitos. Usa-se um conjunto de pensamentos provenientes da sociolinguística, do funcionalismo, da linguística histórica, da tradição gramatical, que, juntos, dão sustentação à problemática, sem levantar corpus exaustivo para descrição e explicação de regras da língua, motivo por que essas teorias são aproveitadas, enfaticamente, apenas em suas bases teóricas gerais. Os exemplos são esparsamente colhidos em fontes diversas: livros, canções, textos literários, ensaios, mas principalmente em notícias veiculadas na internet. É o que basta para um exame crítico da questão abordada. Para tanto, foram cotejados os posicionamentos da normatividade (a língua ideal, homogênea) com os da normalidade (a língua em uso, heterogênea). No entretanto é que estão as causas dos conflitos: a ideia de que a escrita representa o modelo certo, a resistência às mudanças e variações, o imaginário social que decide o certo e o errado, a ideologia avessa à evolução da língua e os conselhos do tipo “não use” e “evite” vão desgastando a concepção de língua. Para posturas como essas, não são aceitos os usos estigmatizados, embora abundantemente usados nos veículos de comunicação sociais.

Palavras-chave: Norma gramatical. Normalidade. Normatividade. Análise e ensino.

ABSTRACT

Linguistic rules are usage-established by speakers of the language. There are rules validated by the literary tradition, for example, and there are rules validated by the tradition of the community. When the latter are not accepted, conflict may ensue, motivated by non-acceptance of the new standard or different standard, usually accompanied by negative evaluations. Taking as a reference, from Brazilian Portuguese, personal pronouns *ele/lhe* accusative, initial *me* and *se* subject (using other categories when the situation is favorable), we seek here to investigate the reasons that lead to such conflicts. We use a set of thoughts from sociolinguistics, functionalism, historical linguistics and grammar tradition, which together lend foundation to the problem, forsaking the need for a comprehensive *corpus* for the description and explanation of the rules of language, the reason why these theories are utilized only in their general theoretical basis. Examples are sparsely collected from several sources: books, songs, literary texts, essays, but mostly from reports on the internet. That suffices for a critical examination of the issue addressed. For that purpose, standpoints of normativity (the ideal language, homogeneous) and normalcy (the language in use, heterogeneous) were compared. It is in the space in between that lie the causes of conflicts: the idea that the written mode is the model of correctness, resistance to changes and variations, the social imaginary that decides what is right and wrong, ideology inimical to the evolution of language, prescriptions such as "do not use" and "avoid", which wear out the concept of language. For postures such as these, stigmatized uses are not accepted, although they are abundantly used in social communication vehicles.

Keywords: Grammatical rules. Normalcy. Normativity. Analysis and teaching.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	PRIMEIRAS PALAVRAS	15
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	17
3	O NORMAL	19
3.1	Importância e conceitos	19
3.2	Resgate histórico	22
3.3	Pressupostos linguísticos e sociais	24
3.4	Correntes teóricas	26
4	O NORMATIVO	29
4.1	Importância e conceitos	29
4.2	Resgate histórico	30
4.3	Resgate teórico	35
5	A GRAMÁTICA SOB UM NOVO ENFOQUE	40
6	A ESCRITA NO BRASIL	47
7	O CONFLITO DAS NORMAS	52
7.1	Norma linguística vs. norma social	52
7.2	O redesenho da língua no tempo	56
7.2.1	<u>O pronome oblíquo iniciando a sentença</u>	56
7.2.1.1	O que dizem os gramáticos	58
7.2.1.2	Português – presente e passado	61
7.2.1.3	A gramática normativa	62
7.2.1.4	Normas linguísticas	63

7.2.1.5	O “me” iniciando frase, justificando esse uso	67
7.2.2	<u>O pronome ele objeto direto</u>	69
7.2.2.1	O que dizem os gramáticos	71
7.2.2.2	Mais umas palavras	73
8	NORMA CULTA VS. NORMA POPULAR	76
9	O LINGUÍSTICO E O IDEOLÓGICO NA LÍNGUA	80
9.1	O que é gramática	83
9.2	Mídia - Revista Veja, por trás da polêmica o mito da língua pura	85
9.2.1	<u>“Por uma vida melhor” – em busca de uma democracia da língua</u>	88
9.2.2	<u>Variação e mudança – o português brasileiro e suas caras</u>	89
9.2.3	<u>A noção de erro que sustenta o ideal de língua pura</u>	91
9.2.4	<u>Buscando no passado explicação para o presente</u>	95
10	A CORREÇÃO ESCOLAR	100
10.1	Gramática fundamental da língua portuguesa	100
10.2	Gramática escolar da língua portuguesa	102
10.3	Português: linguagens	102
10.4	Revista Língua Portuguesa	105
11	CONCLUSÃO	111
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXO A – Chancela para a ignorância	130
	ANEXO B – Os adversários do bom português	132

INTRODUÇÃO

A língua não é só um instrumento de comunicação a serviço dos usuários. Com frequência, certas escolhas desse instrumento são motivos de exaltados conflitos ou disputas de poder entre os que defendem uma forma e os que a combatem. A questão atravessa o tempo e apesar disso chega ao século XXI exigindo debate em torno de casos prosaicos, como os dos pronomes pessoais (mas não só). Por essa razão, este trabalho tem o objetivo de retomar o fato a partir desta problemática: *por que a escolha desta ou daquela construção é motivo de conflitos entre abordagens dos fatos linguísticos?*

Assim, no rastro de respostas para o problema, recorre-se a algumas hipóteses que podem direcioná-las:

- a) Os conflitos resultantes das escolhas linguísticas, ou seja, das alternativas apresentadas pelo sistema linguístico, podem estar em questões históricas como o não discernimento entre as regras da fala e as regras da escrita;
- b) Os conflitos resultantes das escolhas linguísticas têm como *base* a não aceitação da língua como um fenômeno variável e mutável no tempo;
- c) As polêmicas estão em motivos ideológicos alimentados por concepções conservadoras (entre elas as da mídia e da escola) que sempre lideraram as opiniões sobre língua no decorrer da história da língua portuguesa;
- d) Essas polêmicas estão encravadas no imaginário social, que simplesmente define que algo ou está errado ou está certo.

No Brasil, o assunto tem produzido muitas pesquisas, mormente sobre o redesenho sintático dos pronomes pessoais, com ênfase em *ele/lhe* acusativos, *me* inicial de frase e *se* subjetivo. Paralelamente, essas pesquisas também se engajam na política da língua, em defesa das variações e mudanças. Nessa produção, destacam-se, por exemplo, estudiosos como Silveira Bueno (1958), Serafim da Silva Neto (1963), M. Said Ali (1966), Celso Cunha (1976, 1985), Antenor Nascentes (2003), Rosa Virgínia (2004), Dante Lucchesi (2004), Carlos Alberto Faraco (2007, 2008), Cunha e Cintra (2008), Evanildo Bechara (2009), J. C. de Azeredo (2010) e M. Bagno (2012).

A presente investigação não tem a pretensão de esgotar o assunto nem de se apresentar como a solução do problema, mas tão somente de questionar, trazer ao debate uma reflexão que possa pelo menos amenizar a discórdia, muito mais política que linguística, que vem ocupando o cenário da questão, haja vista as falácias em torno do livro “Por uma vida melhor”, que ocuparam as páginas de *Veja*. Atente-se também para programas do tipo “Nossa

língua portuguesa” (TV Cultura), conservadores e arredios aos questionamentos da língua em uso no Brasil.

O conteúdo da obra está assim distribuído:

Em “Primeiras Palavras”, primeiro capítulo, faz-se breve comentário a respeito do conceito de língua compatível com o ponto de vista proposto: língua entendida como produto sociocultural que se forma nos contatos, varia e muda com o tempo – um fenômeno heterogêneo.

No capítulo 2, “Metodologia da pesquisa”, apoiando-se em corpo teórico adequado explica-se que o objetivo do trabalho não é descrever e explicar regras de corpus falado ou escrito. Tem-se o propósito de investigar as razões dos *conflitos* gerados no interior de certas alternativas linguísticas que preferem os usuários no momento da comunicação.

Para tanto, desenvolvem-se as argumentações consoante um modelo de caráter teórico em que conceitos da linguística histórica, da sociolinguística, do funcionalismo, da história da língua, somados, vêm favorecer a compreensão do estudo, na horizontal da história, o que permite abonações distribuídas na linha do tempo, aleatoriamente. Por exigência da questão, estão presentes escritores que marcaram época na discussão da língua como Gonçalves Dias, José de Alencar, Joaquim Nabuco e Machado de Assis. O que pensaram esses autores?

Em “O Normal”, terceiro capítulo, o debate ganha fôlego tomando-se como linha de argumentação a oposição língua homogênea/língua heterogênea. Exploram-se aí argumentos tanto de um Saussure, cujo pensamento tende à primeira, com sua definição estrutural de língua como um sistema de signos, portanto, um conceito virtual, como argumentos de um Eugenio Coseriu, em que a língua é tratada como um “sistema de possibilidades”, em que o falante é um instituidor de tradições linguísticas e não um mero receptor das formas.

Ainda neste capítulo, busca-se o resgate histórico da questão: os pensadores diante do seu tempo, para se perceber a influência da época em suas decisões. Por exemplo, por que Saussure pensa como pensa? Por que Bakhtin se opõe à visão estrutural de Saussure? Em seguida, fala-se dos pressupostos das teorias, aquilo que as motiva a defender ou romper com a teoria vigente. Noutras palavras, as estratégias que motivam a compreensão do objeto de estudo, a língua – síntese que parte dos gregos, passa pela Idade Média e alcança o Brasil, onde correntes teóricas como o funcionalismo e a sociolinguística têm apresentado soluções viáveis a um tratamento da língua em uso.

No quarto capítulo, “O Normativo”, seguindo a estrutura e os propósitos do capítulo anterior, expõe-se o que se tem pensado a respeito da normatividade em língua portuguesa: importância e conceito-guia desse ponto de vista e um pouco de história e teoria dos seus

seguidores. Neste conteúdo, além da retomada aos escritores mais representativos no assunto (século XIX), vêm à tona figuras intransigentes no campo da língua, como o escritor português Pinheiro Chagas; ou o diplomata brasileiro Joaquim Nabuco, com suas posições ainda conservadoras em relação à questão da linguagem no Brasil da segunda metade do século XIX, não obstante fosse ele progressista no tocante a outras questões sociais e políticas. A essas posições confrontam-se outras, mais democráticas, como as de Serafim da Silva Neto (1963), Celso Cunha (1976), Dante Lucchesi (2004), J. Milroy (2011) e outros extemporâneos, que elucidam a diferença entre o *normal* e o *normativo* em língua.

São oportunas as indagações: O que pensaram e o que pensam os normativistas da língua? O purismo morreu ou está adormecido no labirinto das ideologias conservadoras?

No quinto, “A Gramática sob um Novo Enfoque”, como a cultura da língua chega a um estágio em que o conteúdo exige uma posição intermediária para promover o equilíbrio da mudança, resolveu-se sintetizar (não sem crítica) a proposta da “Gramática Houaiss da Língua Portuguesa” de José Carlos de Azeredo. Nela, percebe-se um sinal renovador que a diferencia da tradição; é gramática que equilibra descrição clássica (norma-padrão) com descrição mais focada na atualidade (norma culta), contemplando outros campos de uso, esquivando-se do foco absoluto – a língua literária – como é costume da tradição. Pergunta-se: o que de fato há de renovador nesta gramática?

Em “A Língua Escrita no Brasil”, sexto capítulo, a intenção é fazer um paralelo entre os defensores de uma língua escrita mais próxima da língua falada no Brasil do século XIX, como os românticos Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Alencar e outros, e o lado oposto, conservador, simpatizante da escrita dos séculos XV e XVI, representado por figuras como Rui Barbosa. A questão chega ao Modernismo, que pretendeu levar adiante as propostas do Romantismo, com algum sucesso, mas chega ao nosso tempo pedindo revisão. A propósito, atente-se para atitudes conservadoras como estas: “Continua o iconoclasta, que chegou a candidatar-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras: “*Ter por haver*” tem a consagração de um de nossos maiores poetas,...” (Napoleão M. de Almeida, a respeito do poeta Drummond de Andrade); “Há quem brinque com esse tipo de construção da frase: ‘Eu vi ela, tu rua, ele avenida’”, de Pasquale Cipro Neto, em “Nossa Língua Portuguesa” (TV Cultura).

No sétimo, “O Conflito das Normas”, propõe-se uma reflexão acerca dos conflitos de normas linguísticas diante das normas sociais. Critica-se o conceito de “normas sociais”, em que o indivíduo é visto como um mero cumpridor de normas, sem poder de intervenção.

Combate-se essa posição com a proposição weberiana (Max Weber, 1864-1920) que vê os indivíduos como agentes sociais eternamente inconformados com as ações sociais, praticamente não aceitando a ideia de padrões a serem seguidos indiferentemente.

Quanto à língua, como ocorre noutras esferas das normas sociais em geral, também há uma classe que pretende que outra cumpra passivamente a norma-padrão estabelecida. Questiona-se: nesta instância, cumpre-se as normas, em nome de um conservadorismo inflexível, ou se reage em nome da democracia da língua? Ainda neste capítulo, já que a língua é um ingrediente das normas sociais, investe-se na argumentação em torno de questões polêmicas: o uso do *me* iniciando sentença, os pronomes *ele* e *lhe* objeto direto, e o *se* sujeito, tecendo-se para cada item justificativas coerentes com o uso no português brasileiro.

No oitavo capítulo, “Norma Culta vs. Norma Popular”, a questão será levantada a partir do conceito de norma do *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Como se sabe, a questão das normas linguísticas, pelo menos por boa parte da sociedade, tem sido mal entendida e, quando o assunto ganha a mídia, as normas populares são estigmatizadas. Aqui se pretende mostrar o que se entende por *norma-padrão*, *norma culta* e *norma popular*, buscando nos pesquisadores e no uso argumentos que justifiquem o reconhecimento desses usos que há muito são regras das pessoas cultas, mas abertamente condenadas por gramáticos, professores e pela mídia. A regência de *lhe* e a concordância de *se* são arroladas em benefício da argumentação proposta.

Em “O Linguístico e o Ideológico”, nono capítulo, procura-se explicar a força do purismo em nossa época. O ideal de língua pura, cientificamente superado, é explorado no texto “O banco da língua”, de Sérgio da Costa Ramos, e justificado consoante o conceito de *ideologia* “como algo que constrói formas de impor uma representação da realidade”, no entendimento de Luiz P. Britto (2004).

É também o momento em que se explica o que se entende por *gramática*, assim como são discutidas questões sobre a resistência à variação e à mudança da língua, tomando como pretexto a polêmica do livro “Por uma vida melhor”. Explora-se o ponto de vista do livro, a noção de “erro”, uma volta ao passado da língua, com o pressuposto de explicar o presente e se esclarece por que ainda se trata a variação como degeneração. A crítica é fundamentada na desfeita à variedade popular manifestada nas matérias “A chancela para a ignorância” e “Os adversários do bom português”, publicadas pela revista *Veja* (ed. 2218, 25/5/11).

No capítulo 10, “A Correção Escolar”, procura-se deduzir a imagem de correção latente na obra dos gramáticos Gladstone Chaves de Melo (1978) e Evanildo Bechara (2010) (busca-se, na tradição gramatical, um paralelo entre o mais conservador, o primeiro, e o mais inovador, o segundo), em livros didáticos em uso na rede pública de ensino (Cereja e

Magalhães, 2005) e na revista *Língua Portuguesa*, da editora Segmento. Que rumo deverá seguir a correção: a rigidez da tradição ou a flexibilidade resultante dos novos estudos da língua?

Por fim, na conclusão, as hipóteses e os objetivos previstos e amparados por um conjunto de concepções teóricas adequadas ao propósito visado serão cotejados com as conclusões a que se chegou no transcorrer das reflexões.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Nessas primeiras linhas tem-se o propósito de divulgar a noção de *língua* que está presente nas intenções deste trabalho: questionar o problema de conflitos nas normas de uso da língua. O que vale perguntar: *por que o redesenho sintático da língua, sobretudo dos pronomes, é motivo de conflito entre normalidade e normatividade no português brasileiro?* Dito de outra maneira: *por que a escolha desta ou daquela construção é motivo de conflitos entre abordagens dos fatos linguísticos?* Entendida como recurso de interação social, a língua tem se mostrado como um produto sociocultural que se forma nos contatos, varia e muda com o tempo. Essa dinâmica do formar, variar e mudar não é arbitrária, sujeita ao simples instinto subjetivo. É obra de uma investida coletiva no ambiente sócio-histórico onde as diferenças de raças, de *status* socioeconômico e de cultura se confundem. Por esse ângulo, é a língua – qualquer língua – desfecho da solidariedade simultânea de um conjunto de outras línguas ou dialetos¹ que se movem a serviço das relações sociais em determinada época e lugar, razão por que se entende, em perspectiva histórica, ser a língua um fenômeno heterogêneo. Nasce do múltiplo e mutante e dessa forma dá curso à história. Não foi outro o motivo que levou Robert Martin (2003, p. 152) a compreender que “os sistemas linguísticos são, por natureza, sistemas instáveis.”

Para o português do Brasil, no sentido sócio-histórico do termo, não se pode ignorar o processo de colonização com todos os mecanismos políticos e socioculturais a serviço do seu projeto, além, é claro, dos atores presentes nesse processo, responsáveis diretos pela formação da língua: índios, africanos e europeus.

Segundo Silva (2004, p. 35), “[...] em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, isto é, de língua familiar, na sua origem não portuguesa (70% vs. 30%, do século XVI até meados do século XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%).” Motivo otimista para sustentar que é da convivência do português com línguas diferentes que se forma a nova língua, a brasileira, formação destacada pela língua africana, cuja presença foi superior à da língua indígena até o final do século XIX, quando cada uma não passa de 2% da população brasileira. É oportuno salientar, então, que o português popular brasileiro não tem como fonte direta ou exclusiva o português europeu, já que os falantes portugueses eram minoria e os recursos de divulgação da língua europeia na colônia eram precários. Com isso, sustenta-se que o português do Brasil tem origem datada e localizada e sempre enredada de imaginários,

¹ Termo aqui empregado em sentido sociolinguístico de *variedades*.

como o mito da *unidade* da língua, presente, por exemplo, em Silva Neto: “[...] há imensa *unidade* no total dos falares *brasileiros*.”² Para esse autor, o mito se ampara, ao que parece, no pressuposto de que apesar da multiplicidade de falares é possível uma comunicação interterritorial satisfatória. Posição tendente a desviar o foco das diferenças sociais e linguísticas das variedades e voltar a atenção para a “superioridade” e suposta homogeneidade da língua do colonizador, latente em suas referências à língua da terra: “o português estropiado de negros e índios”, “língua adulterada dos negros e índios”³. Se em vez de “estropiado” e “adulterada” se tivesse *diferente*, a troca já seria suficiente para a desagregação do sentido de *unidade* (o diferente também é correto), já que a língua carrega as diferenças socioculturais do seu povo.

É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro, língua nacional. (SILVA, 2004, p. 22).

Nesse processo de afirmação do português brasileiro não faltaram motivações político-ideológicas com a pretensão de afirmar uma língua em detrimento de outra; língua tida por superior, por trazer como pretexto vantagens econômicas, políticas, sociais e literárias. No Brasil, esse pensamento teve momento de glória, motivo mesmo que levou Marquês de Pombal, em 1757, a impor na colônia o português europeu como língua oficial, relegando as línguas indígenas e africanas. Mas uma língua se faz pelo poder de circulação que tem; dessa forma, por mais que oficialmente o português prestigiado tentasse obscurecer a influência das outras línguas, as características sobreviveram e imprimiram a diferença linguística entre Brasil e Portugal. É língua gerada e não língua de empréstimo. A língua ganha outro desenho, mas plenamente funcional. Conforme lembra Faraco (2007, p. 14, grifo do autor): “É importante, de início, destacar que a mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural e potencial semiótico* das línguas.”

Mas assim, inexoravelmente, o embate travado entre as várias línguas que compõem a língua força a criação de muitas normas linguísticas disponíveis às necessidades dos seus falantes, tema desenvolvido mais à frente.

² SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. aum. e rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963. p. 29.

³ Id., p. 132-3.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta dissertação não tem como objetivo descrever ou explicar as regras observadas em *corpus* designado para este fim, como também não tem como foco a quantificação de dados. O *foco* do estudo é o *conflito* advindo das escolhas das variantes à disposição dos usuários, especialmente na internet, suporte supervalorizado na comunicação moderna. Por este motivo não nos parece necessário delimitar um *corpus* de textos fixado em alguma sincronia do presente ou do passado. O necessário é pinçar exemplos de uma ou outra variante escolhida em qualquer época (aqui restrito – mas não necessariamente – aos pronomes *ele, me, lhe, se*) o que já é bastante para provar que elas existiram, existem, ou podem existir e que uma delas tem regalia (social) sobre a outra, provocando não raro uma disputa de *status*. Quanto a *ele/lhe*, trata-se de usos complementares (objeto direto); *me*, a posição no início da frase; *se*, sujeito. A reflexão sobre esses usos vem desenvolvida em capítulo que trata do redesenho da língua no tempo e, se um ou outro exemplo não for encontrado, nada impede que seja criado, pois também somos falantes da língua.

E o *problema* a ser respondido será o seguinte: *por que o redesenho sintático desses pronomes (mas não só) é motivo de conflito entre normalidade e normatividade no português brasileiro?* Dito de outra maneira: *por que a escolha desta ou daquela construção é motivo de conflitos entre abordagens dos fatos linguísticos?*

Tomando-se como guia essa problematização, procura-se desenvolver as argumentações conforme um modelo de caráter teórico, em que conceitos como os da linguística histórica, da sociolinguística, do funcionalismo e mesmo da tradição gramatical vêm favorecer a compreensão do estudo, no horizontal da história, o que dá margem a abonações tanto do português arcaico quanto do português dos séculos seguintes, aleatoriamente.

Uma forma de abarcar o horizonte da história é observar o discurso dos “primeiros” a tratarem do assunto, ou seja, a defender ou acusar um ponto de vista; para isso recorre-se ao século XIX para ouvir as vozes da discórdia, sobretudo de José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, que foram pivôs da questão na época. Outro argumento imprescindível é a recorrência a autores pioneiros no estudo da língua, como é o caso de F. de Saussure (1916); ou a pesquisadores do português europeu ou do português brasileiro, como Silveira Bueno (1958), Serafim da Silva Neto (1963), M. Said Ali (1966), Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Carlos Alberto Faraco (2007, 2008), M. Bagno (2012) e outros, cujo

empenho no ofício vem prestando notável auxílio à compreensão das discórdias em torno da língua, distribuídas nas concepções de língua como *normal* e língua como *normativo*.

Nessa investigação em busca do “porquê” dos conflitos das normas precisa-se ouvir também a voz dos gramáticos, como Gladstone Chaves de Melo (1978), Cunha e Cintra (2008), Evanildo Bechara (2009) e J. C. de Azeredo (2010), por exemplo, que, ora mais rigorosos, ora mais flexíveis, prestaram e prestam um grande serviço à compreensão da estrutura e do funcionamento da língua.

A questão passará pelo comportamento da mídia, que, neste trabalho, vem limitada a uma publicação da revista *Veja*¹ que, bem ou mal, está envolvida no assunto e cujas opiniões têm rendido “bons” momentos de encrenca; questões que também passam pela pedagogia da escola, que receberá a avaliação devida.

¹ VEJA. São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. de 2011. 81 p.

3 O NORMAL

3.1 Importância e conceitos

A língua tem se mostrado um conceito de difícil definição; é que ela não permite ou parece não permitir um ajuste perfeito que a defina de uma vez por todas, sobretudo quando se ignoram procedimentos que convergem para a amplitude da sua compreensão. Foi a decisão de Saussure, ao anunciar o seguinte postulado:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física. (SAUSSURE, 2008, p. 27).

Ao isolar a *língua* da *fala*, numa divisão que parece querer livrar-se da interferência dos falantes (com toda sua formação sociocultural), Saussure tomou uma decisão delicada, porque a língua/linguagem, sendo uma instituição sociocultural e política, não permitirá, satisfatoriamente, se conceituar por noções abstratas. Dessa forma, a língua, estrutura ou forma não representará por si mesma a condição de eixo virtual funcionando como unidade homogênea, base virtual representativa de uma multiplicidade de construções de uso. Essas estruturas têm história. E não incluí-la seria negar os conteúdos socioculturais formadores desses conjuntos de estruturas, (re)construídas pelas camadas sociais de falantes construtores da língua. Os gregos excluíram a fala do seu projeto de descrição da língua, Saussure também. Em ambas as situações, a ausência do falante e de sua fala.

Para inserir aqui o conceito de *normal*, ausente em Saussure, será preciso ir até o Estruturalismo¹, não para questionar a totalidade do pensamento dessa corrente linguística, mas para, a partir dela, chegar a uma explicação, provisória, porém mais justa a respeito do funcionamento da língua na sociedade. Saussure, certamente influenciado pela sociologia de Durkheim² (que separou teoricamente o *social* do *individual*), não reconheceu o trabalho do indivíduo no funcionamento da língua ao optar pela *língua (langue)*, o que desautorizaria uma análise mais abrangente e mais concreta da língua que justificasse ser ela muito mais que “o produto que o indivíduo registra passivamente”³. O indivíduo saussuriano é apenas um receptor/transmissor de sinais, nada mais; é um indivíduo inquestionável, já que sua fala não

¹ “Corrente da linguística que se inicia com o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) no começo do século XX, postulando para a análise linguística as dicotomias língua / fala, diacronia / sincronia, relações sintagmáticas / relações paradigmáticas. [...]” (FRANCHETTO, B; LEITE, Y. *Origens da linguagem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, 63 p. p. 51).

² Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, autor de obras pioneiras como *As regras do método sociológico* (1895) e *O suicídio* (1897).

³ SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 30 ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 22.

conta. Como lembra Amado Alonso (1961, p. 12): “Todo se paga: la lingüística de Saussure llega a una sorprendente claridad y simplicidad, pero a fuerza de eliminaciones, más aún, a costa de descartar lo esencial en el lenguaje (el espíritu) como fenómeno específicamente humano.”

Se no pensar de Durkheim *homem e sociedade* não se misturam, será inevitável o questionamento: como haverá de a fala, apegada a toda a sua riqueza ideológica e sociocultural, não constituir o próprio arcabouço da língua? Não estaria o linguista forçando uma estratégia para banir as diferenças que constituem os falares, e por consequência excluir as variedades e as mudanças da língua? Apurando ainda mais o fato, não estaria o linguista harmonizado com noções de padronização da época? Sabe-se que as sociedades sempre buscaram, tendo em mira sua necessidade de centralização de poder, optar por uma noção de padronização, de unidade, inclusive no que toca à língua. Como diz Gnerre:

A diferenciação política é um elemento fundamental para favorecer a diferenciação linguística. As línguas europeias começaram a ser associadas à escrita dentro de restritos ambientes de poder: nas cortes de príncipes, bispos, reis e imperadores. [...] Assim foi que o falar de Île-de-France passou a ser a língua francesa, a variedade usada pela nobreza da Saxônia passou a ser a língua alemã, etc. (GNERRE, 2009, p. 7).

Se, como foi dito, “O que ocorre, na realidade, *não é que os fatos sociais sejam exteriores aos indivíduos, e sim que ‘indivíduo’ de Durkheim é exterior à sociedade.*” (COSERIU, 1979, p. 36) e “A língua não constitui uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente” (SAUSSURE, 2008, p. 22), não é difícil associar essas convicções à noção de língua homogênea, cuja lógica se fundamenta na inerência das relações dos signos linguísticos sem a interferência dos indivíduos (a fala), centro das diferenças socioculturais. Lucchesi assegura que

A concepção de língua como um sistema unitário, homogêneo e fechado em sua lógica interna apoia-se decisivamente na ideia de que a língua se impõe de maneira inexorável ao indivíduo. Assim sendo, o sistema estaria imune às intervenções das relações sociais. Situa-se, pois, na dialética entre o social e o individual o ponto da rígida dicotomia saussuriana. (LUCCHESI, 2004, p. 49).

As pretensões aqui visadas não deixam de reconhecer o conceito saussuriano de língua como sistema. É concepção valiosa na língua. Contudo, não se deve deixar de notar as consequências negativas, tanto linguísticas quanto político-sociais, que essa concepção é capaz de causar. Por exemplo: estaria (também) o procedimento normativo-prescritivo, que considera a língua pelo ângulo do abstrato, da unidade, do homogêneo, que vigora na sociedade e nas escolas, se beneficiando do pensamento excludente de Saussure? Se isso é verdade, deve-se combater a noção e procurar defender uma concepção de língua mais democrática, mais abrangente, que inclua seu principal agente, o falante com sua cultura, com seus hábitos, com sua história. Língua além de sua estrutura. Como diz ainda Lucchesi (2004,

p. 49): “O estudo da linguagem não pode renegar a interação entre o social e o individual que se realiza ao nível do ato de fala; e, mais do que isso, a concepção de língua que fundamenta esse estudo tem que comportar em si a dinamicidade desta interação.”

Com suas ressalvas, ao “nível do ato de fala” acrescenta-se o da escrita, que também tem sua dinamicidade: como modalidade de interação social também sofre o processo de redesenho da língua no decorrer do tempo, inclusive por sua relação fatal com a fala. Mas essa dimensão, a do constante devir da forma, só será possível se não se negar ao falante/escritor a parcela que lhe cabe de transformador da língua.

Foi o linguista Eugenio Coseriu (1979) quem percebeu nos entremeios da língua e da fala a possibilidade de reconhecer no falante o instituidor de tradições linguísticas, reparando o fosso entre *langue* e *parole* de Saussure. Para ele:

De um modo geral, pode-se dizer, pois, que uma *língua funcional* (língua que se pode falar) é um “sistema de oposições funcionais e realizações normais”, ou melhor, *sistema* e *norma*. O *sistema* é “sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados” de um “falar” “compreensível” numa comunidade; a *norma*, em troca, é um “sistema de realizações obrigatórias” [...], consagradas social e culturalmente: não corresponde ao que “se pode dizer”, mas ao que já “se disse” e tradicionalmente “se diz” na comunidade considerada. (COSERIU, 1979, p. 50, grifos do autor).

Assim, se o *sistema* é “sistema de possibilidades”, não se vê aí tão-somente um sistema de signos linguísticos que, solidariamente, garantem a organização e o funcionamento da língua na comunidade de falantes; há mais do que isso. Por essa ótica, o sistema é captado em sociedades também constituídas de possibilidades históricas, sociológicas ou político-culturais. É sistema aberto (e controlado). Como construtor da língua ou do sistema, o falante jamais se encaminhará pelos “caminhos fechados” – a não-estrutura. Se alguém disse “emplacação”, como de fato foi dito e imediatamente corrigido para *emplacamento*, é porque o sistema, como potência virtual, admite tal construção, da mesma forma que se tornou tradicional *engabelação* e não “engabelamento”. E o impacto, a estranheza, de onde virá? Certamente da ausência da *norma*, de uso não consagrado, não incluído no nível do que já se disse ou tradicionalmente se diz. E tal construção vai provocar a reação social, mas não por motivo de “erro” linguístico. Daí que *norma* se define pelo uso, pelas escolhas linguísticas que vão fazendo os falantes no emaranhado das possibilidades da interação verbal.

Esse conceito é produtivo não só porque reconhece o uso, mas também porque reconhece o potencial que tem a coletividade de construir e sustentar (ou rejeitar) variantes da língua. Outra vantagem dessa concepção é que se sabe de onde a língua vem (afasta-se do abstrato) e, mesmo que de modo ainda um tanto primário, sabe-se que rumo ela pode tomar. As variações e mudanças não são aleatórias e respondem pelas configurações da língua no tempo e no espaço.

Ainda com Coseriu (1979, p. 50-51, grifos do autor), se “[...] o sistema representa a *dinamicidade da língua, o seu modo de se fazer*, e, portanto, a sua possibilidade de ir mais além do que já se realizou; [e] a norma, em troca, corresponde à *fixação* da língua em moldes tradicionais”, nada mais natural do que aceitar a língua como um fenômeno heterogêneo, variante e mutante, e não como *unidade*, como queria Saussure e como querem muitos normativistas de hoje. Concorde-se com Celso Cunha (1976, p. 48), que sonhava com um tratamento da língua que a aproximasse daquele que a cria, recria e não se embaraça nos emaranhados do novo desenho: “A história da estrutura funcional de uma língua não pode separar-se da história dos falantes que a modificaram, que a recriaram ao largo do tempo.”

No decorrer da nossa investigação, a sugestão de “*fixação* da língua em moldes tradicionais” deverá favorecer a lógica do que se busca: os motivos por que certas alternativas da língua geram conflitos sociais. Mas uma contradição avulta à primeira vista: perante certos usos fixados, no dizer de Coseriu, se indignam certas concepções que ainda seguem o conceito de língua não afinado com a história. Instala-se a incoerência: de um lado a língua em uso – “é assim”; do outro, o mito – “deveria ser assim”.

Nada mais desconcertante que arrancar à força a alma do seu corpo. Tal seja a dicotomia que pretende ver a *língua* separada da *fala*, ou o imaginário que teima em localizar uma época de ouro da “língua perfeita”. Mas a inserção do conceito de *norma* de Coseriu vem reparar essa falha na história da língua. O não reconhecimento desse valor teórico geraria um impasse na análise e na compreensão da língua: o anacronismo acima da realidade. Não seria outro o motivo de deboches como este: “Há quem brinque com esse tipo de construção da frase: ‘Eu vi ela, tu rua, ele avenida...’”⁴. Nem mesmo Gladstone C. de Melo (1981, p. 175), gramático tido por conservador, admitiria isso: “Os que me conhecem [...] sabem que sou fundamentalmente antipurista, antigramático. Sabem que mantenho [...] uma luta sem tréguas contra a ‘gramatiquice’, as ‘pífias regrinhas gramaticais’, o falso conhecimento da língua”.

Avaliações como essa de Cipro Neto estão afinadas com *normatividade*, assunto dissertado mais adiante, pois no momento é imprescindível uma visita à época de Saussure.

3.2 Resgate histórico

Três objetivos justificam esta seção: compreender a época em que se inserem as ideias de Saussure, imprescindível para se chegar à questão do *normal* em linguagem; sua

⁴ NETO, Pasquale Cipro. *Uso culto e uso popular: “Eu vi ela”*. Nossa Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/morfologia/pronomes-usocultoepopular2.htm>>. Acesso em: 22 out. 2011.

importância e os motivos que levaram ao questionamento da sua teoria, aqui restrita à dicotomia *langue/parole*. É fora de dúvida que as críticas são úteis no âmbito da argumentação teórica e se devem à metodologia escolhida para os objetivos propostos, e não ao desprestígio da teoria de quem quer que seja. Sem Saussure muitas possibilidades de compreensão da língua teriam ficado no vão da ignorância. Aliás, sem Saussure a língua (ou sua teoria) seria mais pobre.

De formação neogramática e herdeiro da concepção de W. Whitney⁵, a qual entende a língua como uma instituição social, e não menos apreciador da língua como organismo vivo, de A. Schleicher⁶, F. de Saussure planejou estudar a língua “[...] exclusivamente como uma forma [...]” (MUSSALIM; BENTES, 2005, p. 28). Daí que dentre suas dicotomias, sobressai a de *língua* versus *fala*, em que o linguista suíço desinteressou-se por esta última, entendendo que “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos.” (SAUSSURE, 2008, p. 27). Por este raciocínio, está eleita a *língua* como uma instituição homogênea. Noutras palavras, a língua é unitária e abstrata, já que as variedades se situariam no plano da fala, razão pela qual “perturbariam” o corpo potencial da língua como sistema.

O prestígio de Saussure se deve em especial à audácia de romper com a prática de seus contemporâneos, centrados na história da língua (estudo histórico-comparativo), de caráter atomístico, análise de palavras em estado de isolamento, por comparação entre línguas afastadas no tempo e no espaço, como o latim, o grego e o sânscrito, com o fim de desvendar o segredo das mudanças das línguas no decorrer do tempo, portanto, segundo um ponto de vista diacrônico. Mas o que fez então o linguista suíço? Lançou as bases de uma linguística sincrônica, aquela desenvolvida segundo um recorte no tempo. Por esse ponto de vista “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2008, p. 31). Não é preciso recorrer à história para dar conta da explicação das suas estruturas e do seu funcionamento, atitude que lhe rendem severas críticas, por consequência o surgimento de reações teóricas em busca de elucidações dos fatos da língua não como uma instituição abstrata, mas como entidade inseparável do meio social de sua atuação. Afinal, pela concepção saussuriana, língua e falante eram duas instituições sociais, mas estranhas. A estrutura fica acima das dinâmicas elaboradas pelas criatividades da fala, mas sendo esta a responsável pela sustentação do sistema.

⁵ William Dwight Whitney (1827 -1894), linguista, filólogo e lexicógrafo norte-americano. Autor da obra *The life and growth of language: an outline of linguistic science*.

⁶ August Schleicher (1821-1868), linguista alemão.

Talvez nessa fenda entre a estrutura e seu criador, o falante, se instale a visão oposta de um de seus críticos, o russo M. Bakhtin⁷. Segundo a avaliação desse teórico, deve-se “considerar a língua como uma *atividade social*, em que o importante não é o *enunciado*, o *produto*, mas sim a *enunciação*, o *processo* verbal.”⁸ Em vista disso, primeiramente o olhar deverá dirigir-se para as falas, motores sociais que se constituem pelo diálogo social como signos carregados de ideologias. Entendido dessa forma, as intenções do falante e o amalgamento social da enunciação ou das falas em processo estão diretamente relacionados à construção da língua, melhor, das várias formas que constituem a língua. A língua como atividade social, em vez de rejeitar acolhe a história com tudo que lhe é constitutivo, pois segundo ele, para Saussure “*entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem comunhão de motores. O sistema e sua história são estranhos um à outra.*”⁹ (grifo da autora). Quanto a Eugenio Coseriu, acrescenta-se apenas aquilo que o fez um crítico de Saussure:

A verdade é que os falantes têm plena consciência do sistema e das chamadas “leis da língua”. Não apenas sabem *o que* dizem, mas também *como se diz* (e como não se diz); de outro modo não poderiam sequer falar. É verdade, por outro lado, que não se trata de “compreender” o instrumento linguístico (o que é assunto do linguista), mas de *saber empregá-lo*, de saber manter (refazer) a norma e criar de acordo com o sistema. (COSERIU, 1979, p. 54).

Pelo que foi dito, não é ocioso fazer rápido comentário. Se os falantes não são seres alheios ao sistema e às leis da língua (desde Aristóteles se sabe que *o homem é um ser social*), a concepção de língua como estrutura abstrata, subjacente aos usos concretos, está fadada a sofrer reparos. Ela é forçada a admitir os agentes falantes, aos quais, já que “sabem o que dizem” e “como se diz”, não se pode negar o ofício de condutores dos sistemas da língua, cabendo-lhes o papel de fazer, refazer e sustentar as normas eleitas pelas convenções das comunidades a que pertencem.

3.3 Pressupostos linguísticos e sociais

Todas as teorias agasalham em seus propósitos pressupostos que as motivam a romper com culturas estabelecidas e a sugerir novas estratégias de compreensão do seu objeto de exame. Essa postura jamais deve ignorar as motivações sociais que sustentam as necessidades de novas concepções para o esclarecimento do objeto. Historiar esses pressupostos,

⁷ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975), filósofo russo, estudioso da linguagem humana, teorizou sobre diversas áreas do conhecimento humano, como os gêneros do discurso, as artes e a língua. Escreveu obras importantes, entre elas *Método formal nos estudos literários* (1928) e *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929).

⁸ Apud WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. 3 ed. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola: 2004. p. 151.

⁹ Id., p. 151.

sinteticamente e sem pretensões exegéticas, é o que se pretende fazer nesta seção para o conteúdo *normalidade*, tomando-a como significado de *reação a*, com o *fim de*.

É preciso recuar aos gregos e latinos. A escola de Alexandria (séc. III a. C.), por desconfiança mesmo da capacidade de interferência das variedades da língua na língua de referência, decidiu eleger a língua escrita dos escritores clássicos, recuados séculos no tempo, como modelo de imitação da língua “certa”. Dentre os procedimentos, a estratégica primária foi separar a língua falada da língua escrita e, talvez para ficar bem assentada a supervalorização da última, elevar as variações à categoria de *corruptela*. Se para esse contexto é oportuna a pergunta: “Para que se examina a linguagem, então?”¹⁰, de igual modo é a resposta: “Para buscar-se aquela regularidade linguística correspondente à regularidade universal. Encontrados, porém, nessa investigação, desvios e irregularidades, eles são tidos por anomalias, e estas devem ser abolidas.”¹¹

Reconhece-se aí uma “exigência” cultural, e o pensamento da época dificilmente seria outro, uma vez que, na Grécia de Alexandre, tinha-se na conta de *bárbara* a língua que não fosse grega. Para uma aristocracia desse quilate, não surpreende a escolha da modalidade culta escrita literária para representar a língua de prestígio. Estando excluída a língua falada para efeito da constituição do modelo, nada mais natural que voltar os olhos para as obras de Homero, textos já muito distantes dos filólogos que investiam na escolha. Nada de mais não fosse a reação negativa às variedades da língua: vieram ao mundo como línguas erradas, ruína, deturpação. Assim, o modelo que vingou foi o literário e não um resultante da língua em uso. A distância entre a língua de fato usada e a representante vulgarizou-se como marca registrada (e é imitada até hoje), calcada na dicotomia “analogia/anomalia” dos filólogos gregos. Como ainda lembra Neves:

Busca-se, na verdade, uma norma linguística. Há uma atividade, exercida pela crítica filológica, de instituição de padrões, explicitados sobre princípios “analógicos” [...], tomam-se os manuscritos para verificação dos desvios, tidos como incorreções. Isso ocorre exatamente no momento político de perda de hegemonia helênica, ocorre numa conjuntura sociocultural de confronto entre a língua considerada pura, regular, regrada (a grega), que está ameaçada, e a língua bárbara (a não-grega). E as características da língua não-anômala – a grega – têm, então de ser expostas e sistematizadas. (NEVES, 2002, p. 31).

Os romanos também aprenderam a proteger sua língua da “corrupção”. Por mais que Horácio¹² alertasse sobre a movimentação da língua no tempo, ao defender que “O uso é a lei e a norma da língua.”¹³ o ideal de pureza chegou a Roma muito forte, na qualidade mesma de

¹⁰ NEVES. Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. Editora UNESP, 2002, p. 31.

¹¹ Id., p. 31.

¹² Poeta latino (séc. I a. C.).

¹³ (Usus est ius et norma loquendi). Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3021028>>.

prescrição, como se infere do conceito de gramática de Varrão¹⁴: “a arte de escrever e falar corretamente; e de compreender os poetas.” (apud FARACO, 2008, p. 139).

Na Idade Média, em nada muda a concepção de norma-padrão. Segundo o mesmo Faraco (2008, p. 146), “a norma-padrão adquiriu, assim, na Europa latina, o reforço do princípio de que o modelo de correção está nos grandes escritores antigos.” Nota-se, dessa forma, que a língua fora da literatura não tinha crédito, o *uso* a que se refere Horácio não conta e o distanciamento entre o que é e o que deveria ser caminha a passos largos. A língua do passado é a referência do uso do presente. No Renascimento (séc. XIV a XVI), as línguas nacionais passaram a ter como referência a gramática latina – o ideal de língua pura é apenas uma continuação da prática de gregos e latinos.

O Brasil, na condição de país colonizado, recebeu essa herança. É Silva Neto (1963) quem ironiza esse feito, na pessoa dos sentinelas da língua:

E, realmente, no Brasil, muito mais do que em Portugal, imperou a insuportável tirania do “purista” – *de face chupada pelas ansiedades da Prosódia, os óculos d’aro de latão na ponta do nariz, bem bicudo para bicar os galicismos, os braços atravancados de in-fólios clássicos e de dicionários, e nas ventas, ainda, a grossa pitada de simonte que ele respeitosamente colheu na caixa de Curvo Semedo!* (SILVA NETO, 1963, p. 244, grifo do autor).

Como a caça às anomalias praticada pelos filólogos gregos, estão aí as consequências de uma cultura encarnada no ideal de superioridade cultural e linguística. Mas que pressupostos estariam encravados nessa tradição alimentada num ideal de língua certa?

Os normativistas, que viam na língua artística a solução do escrever à moda de Camões, assistiram à derrocada dos seus projetos movidos a idealismos: o modelo não foi absorvido em massa, romancistas se rebelaram e é corriqueiro nos dias que correm construções produtivas na língua brasileira sofrerem discriminação de quem não aceita o arbítrio do *uso* de que falava Horácio.

3.4 Correntes teóricas

Contra essa tirania é que se levantam propostas que efetivamente lidam com a língua em uso. Dentre elas, para situar a questão, destaca-se um importante movimento defensor da ideia de *normal*, que ficou conhecido como *Funcionalismo*. Para ser mais preciso, o que se conhece por *Funcionalismo* se traduz por um conjunto de correntes que, de modo geral, estão distribuídas em dois grandes grupos: o funcionalismo europeu, tendo à frente figuras como André Martinet, Roman Jakobson e M. Halliday, e o funcionalismo norte-americano, com Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf e Talmy Givón. Em seus princípios, esse

¹⁴ Filósofo romano (116 a. C.-27 a. C.).

conjunto de teorias reage ao tratamento da língua reduzido à análise das sentenças, prática do Estruturalismo e do Gerativismo (Gramática gerativa), e propõe um estudo mais contextualizado da língua, em que se aliam sistema e função comunicativa. O pressuposto é que, ao usar a língua, quem fala ou escreve está motivado não por uma língua dependente apenas de sua estrutura interna, mas por um conjunto de componentes em ação simultânea e integrada: a sintaxe, a semântica e a pragmática. Por isso Neves (2000, p. 13), importante representante dessa corrente no Brasil, ao falar de sua *Gramática de usos*, alerta: “O que está abrigado nas lições é, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância.” No conjunto dessas “possibilidades de composição”, construções como “*Nem vi ELA gemer*”¹⁵, “*As relações ENTRE eu e meu marido só a mim diziam respeito*”¹⁶, “*Não SE ESQUEÇA que você comeu do bom e do melhor*”¹⁷, apesar de rejeitadas pelas gramáticas normativas, são usos descritos e explicados, à preferência do falante, na *Gramática de usos do português* (2000) dessa autora.

Para a Sociolinguística, outra corrente que vem propor uma análise da língua em sua relação com a sociedade, “o indivíduo, em sua relação com a língua, desempenha um papel ativo, na medida em que é obrigado a selecionar entre as várias possibilidades expressivas que a ele se oferecem na estrutura da língua.” (LUCCHESI, 2004, p. 50). Para essa teoria, que teve sua origem com o linguista americano William Labov (1927-), a língua se movimenta numa dinâmica de *variantes* e *variáveis*, possibilidades de escolhas linguísticas que vão dar à língua uma feição heterogênea. Assim, a variação e a mudança são preocupações rotineiras dos sociolinguistas. Segundo Mollica e Braga (2008, p. 10-11) “Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente.” Por esse ponto de vista, tanto o falante que escolhe *havia discussões* quanto o que escolhe *havam discussões* estão corretos. Quanto a esta última construção, cabe ressaltar que se caracteriza como hipercorreção: o falante, motivado por “discussões”, ou por construções similares (“existiam discussões”), tende a concordar o verbo haver, que, por ser impessoal, deve ficar no singular (havia); aliás, a concordância ainda é avaliada negativamente pela sociedade, motivo por que a escola deve orientar o uso da primeira construção (*havia discussões*).

Diz Celso Cunha: “Se, no entanto, ela [a língua escrita] perde o contato com a língua viva, se não se renova com as criações do falar corrente, de que deve ser uma normalização ou

¹⁵ NEVES, Maria H. de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 453.

¹⁶ Id., p. 684.

¹⁷ Id., p. 41.

uma estilização, sofre em seu funcionamento, estratifica-se. E a estratificação é a morte letárgica de um idioma.” (CUNHA, 1976, p. 21). Caso esteja certo, tirante as agressões ideológicas que cercam “a língua viva”, já é um bom começo rumo a uma descrição atualizada do idioma.

Mas, e as abordagens normativas, como se comportam? É o que se verá a seguir.

4 O NORMATIVO

4.1 Importância e conceitos

Falar da importância que se deu ao caráter normativo da língua, aqui restrito ao século XIX pós-independência, tem tudo a ver com a cultura literária dos escritores da época. Segundo Antenor Nascentes, “Os nossos poetas e prosadores do primeiro quartel do século XIX e dos primeiros anos do segundo, eram verdadeiros literatos portugueses do século XVIII. A mesma linguagem, as mesmas imagens, alusões mitológicas, processos técnicos, tudo puramente português.”¹ Se tivessem explorado o potencial e o colorido da língua local com mais arrojo, a história poderia ter sido diferente; afinal, o espelho da língua era o escritor. Como essa questão é também político-cultural e não só linguística, a glória se arrasta para Portugal, em tudo. Ainda conforme Nascentes, é língua que se “caracteriza variante de língua apenas”², o que certamente lhe rendia respaldo de *unidade*. O que quer dizer que, politicamente falando, o português do Brasil não passava de um dialeto com poucas diferenças do português europeu, as quais não o elevariam à categoria de língua independente. Portanto, não era língua de maiores pretensões. Na mentalidade da época, metaforizando, significava tratar o português europeu como o rei rodeado de vassalos.

O poeta Gonçalves Dias (1823-1864), mesmo na conta de inovador, não escondia seu fanatismo: “Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada [sic] a gramática e o gênio da língua.” (apud PINTO, 1978, p. 38). Nada mais mereceria tanto respeito; melhor, tanta veneração, que a gramática, só ela; “fica e deve ficar” é ordem dupla de consagração desse instrumento. Na ambição da superioridade linguístico-cultural está embutido este ideal (Silva Neto, 1963, p. 139): “Falar e escrever bem, escrever à moda dos clássicos, tornava-se um meio de distinção e ascensão social, um sinal-marca de classe”, ideal respaldado em avaliações que vigoram até hoje. Não é de graça que vez por outra se notam em certas opiniões lembranças da “correção” do português de Portugal. Como assevera J. Milroy:

Um efeito extremamente importante da padronização tem sido o desenvolvimento da consciência, entre os falantes, de uma forma de língua “correta” ou *canônica*. No que chamei acima de culturas de língua padrão, praticamente todo mundo adere à ideologia da língua padrão e um aspecto dela é uma firme crença na *correção*.

Essa crença assume a seguinte forma: quando houver duas ou mais variantes de alguma palavra ou construção, somente uma delas pode estar certa. É considerado óbvio, como *senso comum*, que algumas formas são certas e outras, erradas, e assim é, mesmo quando existe discordância sobre qual é qual. Em geral, não existe discordância. A sentença *eu vi ela*, por exemplo, é *obviamente* errada, e *eu a vi* é – de forma igualmente óbvia – correta. Para a

¹ NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Organização de Raimundo Barbadinho Neto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003. p. 303.

² Id., 2003, p. 306.

maioria das pessoas em cultura de língua padrão que prestam atenção à língua, é assim e pronto: *nenhuma justificativa é necessária* para rejeitar *eu vi ele*, e quando alguma justificativa é dada (por exemplo, que o pronome *ele* exerce a função de sujeito, não de objeto, ela é *post hoc*. De fato, todos os argumentos prescritivos sobre correção que dependem de fatores intralinguísticos são racionalizações *post hoc*, e existem muitas delas na história das atitudes para com o inglês, em manuais de correção e até em histórias descritivas do inglês. Mas uma racionalização intralinguística *não é a razão pela qual* alguns usos são considerados errados. A razão é que se trata de simples *senso comum*: todo mundo sabe isso, faz parte da cultura saber isso, e você é um marginal se pensar de outra maneira: *você não participa da cultura comum*, e por isso suas opiniões podem ser descartadas. Nesse contexto, os linguistas que afirmam que *eu vi ela* não é agramatical estão se colocando fora da cultura comum. (MILROY, 2011, p. 57-58).

4.2 Resgate histórico

Tem sido terrível o esforço, no decorrer da história, para fixar uma norma-padrão. Devido a movimentos sociais, como a Independência do Brasil, em 1822, a questão ganhou foros políticos bem afinados com as necessidades e pretensões de uma sociedade em estado de descolonização. No calor da época, apareceram logo os defensores do português europeu como língua superior, digna de imitação; e os que viam no falar brasileiro uma língua que, embora não independente da europeia, pelo menos era digna de se chamar língua brasileira; afinal, se para a cultura da época o português se originou do latim, por que então não haveria o brasileiro de originar-se do português?

Para a cultura da época, o bom, o aceitável, em todos os aspectos, teria de vir de Portugal; é lá a fábrica da imitação. O Brasil colonial era o país da imitação, como se vê nestas passagens de Joaquim Nabuco: “A nossa imaginação não pode deixar de ser europeia, isto é, de ser humana [...].”³ Ou ainda:

Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagraram em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as forças genuínas, características, lapidárias, da sua grande época... Nesse sentido, nunca virá o dia em que Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. (PINTO, 1978, p. 197).

Quanto à língua, então, a vassalagem era notória: “Imaginava-se que os portugueses eram os donos da língua, e que, em consequência, só eram corretas as formas encontradas nos clássicos de além-mar.” (NETO, 1963, p. 243). Só essa informação dá conta do quanto a prepotência da elite brasileira subjugava a cultura linguística da colônia. Se os portugueses eram “os donos da língua”, se essa mentalidade era regra, restava então render-lhe tributo e aceitar o ideal de superioridade da metrópole e de inferioridade da nação brasileira, independente territorialmente, mas dependente intelectual e culturalmente. Como diz ainda

³ NABUCO Joaquim. *Minha formação*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00137a.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2011. p. 16.

Silva Neto (1963, p. 242) – o tom da época corria por estes termos: “O grupo superior ou dominante estava associado ao uso do português e à pele clara, enquanto o grupo socialmente inferior estava ligado à pele escurecida e ao uso do crioulo ou do tupi...”

Está aí a origem da divisão de classe no Brasil-colônia, portanto, divisão da cultura, da língua, de tudo; o que vale dizer: de um lado os que mandam, do outro os que obedecem; de um lado os que sabem, de outro os que não sabem. Por outras palavras, de um lado o “certo”, do outro o “errado”; o “falante inferior”, por não falar conforme as normas da língua do branco, e o “falante superior”, por (mais ou menos) dar conta dela. E é assim que num raio que vai da chegada de Cabral até os dias atuais, esse tom de superioridade do português de Portugal sobre o português do Brasil amarra as duas pontas. Não há melhor testemunha que o seguinte trecho⁴, do escritor português Pinheiro Chagas⁵, alvejando José de Alencar:

Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portugueza, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho portuguez, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações grammaticaes, que (tenham cautella!) chegarão a ser rizíveis se quiserem tomar as proporções d'uma insurreição em regra contra a tyrannia de Lobato.⁶

Fica patente que a ira de Pinheiro Chagas não é contra as preferências temáticas de Alencar. A ira se destila contra as preferências linguísticas do escritor, que contrariaram “o velho portuguez”. Essa (suposta) dependência é reflexo da concepção da elite brasileira e portuguesa da época, que tinha a metrópole como o espelho de cultura para o mundo que estivesse ao seu alcance. Por isso se volta contra estruturas linguísticas que por aqui vão ganhando espaço, ameaçando a “pureza” da língua de Portugal. O que o autor tinha mesmo era receio de que a língua que nascia no Brasil se rebelasse contra a realza e ganhasse foro de “superior” (“a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho portuguez”). Também fica claro que, numa sociedade em que se prima pela unidade da língua, aquilo que é diferente configura-se como “erro”. Então, investe-se em expressões proibitivas: “neologismos arrojados e injustificáveis” e “insubordinações gramaticais”. Está vedada a possibilidade, tão natural em qualquer língua, da intervenção da regra diferente. Está vedada a possibilidade de se aproximarem as regras da língua escrita das regras da língua falada, que, certamente, é a origem do “erro”. Esse julgamento (“falta de correção”), arbitrário e

⁴ Preservou-se a ortografia original.

⁵ Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895). Importante intelectual português, destacou-se como político, jornalista, historiador e escritor. Entre suas obras literárias estão *O anjo do lar* (1863) e *Os guerrilheiros da morte* (1872).

⁶ ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/92025130/Jose-de-Alencar-Ao-correr-da-pena>>. Acesso em: 25 jul. 2011. p. 16.

inflexível, vem reforçar a ideia de que de um lado existe a língua pura, aceitável e, de outro, a língua impura e inaceitável.

As regras velhas um dia foram novas. E não era no Brasil que as velhas continuariam sempre velhas. Essa insubmissão está vinculada à reação de alguns escritores brasileiros (a evidência recaindo sobre José de Alencar) contra a tirania de uns tantos outros a defender o português do colonizador. Como diz Silva Neto: “Assim sendo, claramente se compreende que os nossos escritores tinham os olhos voltados para a metrópole. Estavam lá os modelos ardente e fervorosamente copiados.” (NETO, 1963, p. 242).

Para juntar as duas pontas reproduz-se aqui este chavão para ilustrar: “Fala-se mal o português. Ou melhor, fala-se errado. Ninguém aguenta mais ouvir erros grosseiros do tipo ‘houveram acidentes’ ou ‘é para mim fazer’ [...]”⁷. Com essa queixa, Sérgio Limoli faz de conta que o que diz ou não tem registro na literatura ou não tem explicação gramatical. Quanto a *haver*, diz Bagno (2012, p. 963) que “como apresentacionais (ou “existenciais”) eles [ter/haver] se mantêm sempre no singular: *tinha muitas pessoas no evento; havia questões para resolver etc.*” Mas não custa lembrar que “autores há, de renome, que julgam pessoal a construção existencial com *haver*, sobretudo pela abundância de exemplos literários como o célebre ‘Houveram coisas terríveis’, de Camilo Castelo Branco.” (KURY, 1993, p. 24). E aquele que pretende falar sobre a língua, é urgente certificar-se de que nas mais modernas pesquisas da fala brasileira essa opção é descrita. É o caso de Castilho (2010, p. 208): “Na fala culta documentada pelo projeto Nurc, a concordância ocorre em casos como *Haviam muitas pessoas na sala*”.

Quanto a *mim* subjetivo, ao tentar obscurecer a criatividade da língua, vez por outra surgem aqueles que renovam o preconceito, que encabula e rende autoridade; e, tudo o que se diz vai empurrado pelo “fala-se mal”, “fala-se errado”, “ninguém aguenta mais”. Com isso evita-se o conhecer a história da língua, por consequência, a reflexão sobre sua evolução.

Em “Vi-o entrar” (Cf. Britto, 1997, p. 58-9), “o entrar” é objeto de “vi” e “o” sujeito de “entrar”. Embora não esteja explícito, o que se alega é que o os oblíquos não podem exercer a função de sujeito, quando na verdade podem. Mas como se trata de uma construção que sempre encheu a boca dos populares, então não pode. O problema então não está na língua, está em quem usa. E a prepotência (ou falta de conhecimento?) vai tão longe que chegam a desrespeitar até mesmo a teoria que pressupostamente defendem. Veja-se o que dizem Cunha e Cintra (2008, p. 312, grifo do autor): “Do cruzamento de duas construções

⁷ Apud BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 99.

perfeitamente corretas: Isto não é trabalho **para eu fazer** e Isto não é trabalho **para mim**, surgiu uma terceira: Isto não é trabalho **para mim fazer**, em que o sujeito do verbo no infinitivo assume a forma oblíqua.” A questão é, como em Pinheiro Chagas, perpetuar a dependência e angariar poder à custa da força do imaginário social, que prontamente acredita muito mais num “ficcionalista” que num cientista. Carlos Alberto Faraco ilustra bem situações em que o imaginário vigora, falando de fatos semelhantes ao que acabamos de analisar:

A variação social, porém, mexe (e mexe fundo) com o coração dos falantes; ou como dizem outros, fere os ouvidos. Isso porque o imaginário social predominante nos segmentos melhor situados economicamente, mais bem escolarizados, mais letrados identifica a variação linguística (o modo próprio de falar) dos segmentos econômica e socialmente despossuídos como um sinal de ignorância, de inferioridade, de falta de educação e cultura. É mais que óbvio para esse imaginário que esses segmentos sociais falam errado, não sabem falar, falam sem gramática, são ignorantes e assim por diante.

Se essa é a imagem que se tem da variação social da língua, como será possível aceitar o argumento lógico-racional e empírico dos linguistas de que esses segmentos usam normas que, do ponto de vista estritamente linguístico (gramatical/sistêmico), equivalem às demais normas da língua? E equivalem no sentido de que são tão organizadas e complexas quanto as normas prestigiadas – como será possível aceitar isso? [...]. (FARACO, 2011, p. 264).

Fica claro que a intenção aqui não é incentivar esse ou aquele uso, mas despertar a consciência para a pluralidade de usos que é a língua. Mais: que um uso considerado “errado”, pertencente à gramática popular, pode muito bem migrar para a variedade mais prestigiada. Alguém objetará haver censura à norma padrão. Certamente que não, desde que ela não cave a própria sepultura, limitada em orientações carentes de explicações linguísticas e fartas em prepotência abalizada em ordens e não na elucidação dos fatos. Mas o que ocorre no caso em apreço é o que sustenta James Milroy:

Entretanto, embora as atitudes do senso comum sejam ideologicamente carregadas, aqueles que as sustentam não as veem de modo nenhum como tais: eles acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua “incorretamente” são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre a língua, e essa crença é, em parte, ela mesma, uma consequência da padronização. (MILROY, 2011, p. 59).

Voltando à questão Alencar, por estar ela relacionada à argumentação sobre *norma* (norma literária?), embora esse autor não pretendesse militar a favor de uma gramática da língua brasileira, suas ideias, assim como as de outros escritores, trilharam veredas brasileiras da língua, opções que ensaiaram um olhar renovado para fatos da língua. Talvez esteja aí fermentada uma questão da maior utilidade nos estudos linguísticos: desfazer a noção de *norma* como argumento vinculado à norma-padrão, tendo à frente a gramática tradicional (não há norma, mas normas linguísticas), e descentralizar o ponto de vista segundo o qual todas as outras normas se submetem ao capricho da prescrição. E como nunca ficou clara a diferença entre a escrita culta e a escrita literária, ocupando esta última a categoria de modelo, então é oportuno mostrar as diferenças de normas para que fique claro o lugar de cada uma.

Segundo Lucchesi (2004), na fundamentação do termo *norma*, a língua comporta uma polarização que se desdobra em dois modos de ver a realidade linguística: o normal e o normativo. Conforme esse autor (2004, p. 64, grifo do autor), “Por NORMAL se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade.” Daí norma objetiva e norma subjetiva. Se a *norma subjetiva* se fundamenta na valorização subjetiva que um falante faz da produção linguística do outro (“caçar não, *pro-cu-rar*, caçar se caça é com cachorro”, como disse uma professora ao aluno), a *norma objetiva* “é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio” (Castilho, 2004, p. 30). Por esse conceito de norma objetiva, que não é estanque em sua delimitação (as variantes se interpenetram), abrandam-se as probabilidades de travamento de muitos usos tidos por errados pela norma subjetiva. Ora, se *normal* quer dizer tradicional, costumeiro (Lucchesi); e se “o sujeito do verbo no infinitivo assume a forma oblíqua” (Cunha e Cintra, 2008), não é compreensível a condenação do *mim* sujeito, como faz Bechara (2009, p. 534): “Evite-se a construção errônea *o exercício é para mim fazer [...]*”; ou de tantos outros usos que também se tornaram habituais: o *ele* e o *lhe* acusativos, o *me* iniciando frase, certos casos de regência (*implicar em, namorar com*) e até *assistir* (ver) como verbo transitivo direto. Silva Neto dá as pistas da “Inquisição”:

Se, então, se pecou em alguma coisa, foi na excessiva submissão literária e linguística. Os puristas e os gramáticos exerceram uma fiscalização mais severa e temível que a da própria Inquisição... Condenar-se-ia tudo aquilo que não fosse rigorosamente cortado pelos figurinos da metrópole. Não aceitavam as alterações, naturais e respeitáveis, que a língua assumiria na América. (NETO, 1963, p. 71).

Esse depoimento de Serafim da Silva Neto, já nos anos 1950, parece resumir bem o que vem a ser o *normativo* do século XIX, que vigora ainda hoje, como se fosse uma sina de país colonizado para sempre colonizado. Se antes assumiam a supremacia a Corte de Lisboa e a Universidade de Coimbra, hoje o fazem os comandos midiáticos (revistas, manuais, CD-ROM, programas na televisão, internet) e até mesmo (certos) gramáticos e professores. De qualquer forma, vai aqui um conselho de Celso Cunha, que compreende, de modo mais flexível, a dinamicidade da língua:

Não há dúvida de que toda língua culta, em particular quando escrita, é tradicional e, de certa maneira, uma língua especial. Se, no entanto, ela perde o contato com a língua viva, se não se renova com as criações do falar corrente, de que deve ser uma normalização ou uma estilização, sofre em seu funcionamento, estratifica-se. E a estratificação é a morte letárgica de um idioma. (CUNHA, 1976, p. 21).

Se é assim, por que razão investe-se tanto no travamento de usos tão correntes na língua brasileira? O próprio gramático dá a pista:

A justificação da norma prescritiva é de carácter nitidamente ideológico e baseia-se no conceito de “uso”, manipulado com intenções definidas. A norma passa a identificar-se com o “bon usage” da língua, e ambos, ao fim e ao cabo, se confundem com a própria língua, reduzida à parte normativamente legitimada. Daí o percurso de estigmas que vão desde “isso não é bom português” até “isso não é português”. (CUNHA, 1985, p. 44-5).

4.3 Resgate teórico

O propósito da discussão aqui debatida a respeito da língua faz vir à memória esta polémica: a ideia de se criar uma norma (literária), no século XIX. É por esse motivo que propomos falar de alguns escritores envolvidos no assunto, como José de Alencar (1829-1877), Gonçalves Dias (1823-1864) e Machado de Assis (1839-1908).

José de Alencar – Com a independência política do Brasil (1822), o calor da euforia romântica não deixou escapar a (possível) independência da língua, pelo menos no que toca o campo da literatura. Alencar foi uma das primeiras vozes a lançar o desafio de se produzir uma literatura fincada em chão brasileiro, que valorizasse os temas e a linguagem da terra. E busca um “aliado”, o povo: “Só o povo tem a força de transformar uma língua, modificar sua índole, criar novas formas de dizer.” Num primeiro olhar, parece Alencar estar insinuando que o novo povo a ocupar a nova terra é que guiaria as “novas formas de dizer”. E o ambiente era propício a dizer as coisas de forma diferente, pois em tudo era diferente da metrópole. O que o autor de *Iracema* diz até parece uma convocação para o rompimento com a cultura portuguesa, especialmente a cultura linguística.

Mas não é o que se percebe em expressões como “Os bons escritores talham e pulem o *grosseiro dialeto do vulgo* [...]” ou “Essa [a gramática] não é, mera usança confiada à *ignorância do vulgo* [...], que somente a pode alterar.” (grifo nosso) (apud PINTO, 1978, p. 74), em que, sorratamente, aparece o povo não com aquele brilho de guerreiro em face das transformações, mas com cara de grosseiro, de ignorante, sem chance de ombrear a classe a quem é exclusivo o direito de “legitimar” o idioma, os escritores.

Alencar parece sugerir uma distinção bem definida: de um lado o vulgo e seu dialeto; de outro os escritores e sua preeminência. Eles têm a função de “polir” a língua; de “corrigir e limar”, de desbastar o que é cria do povo, o dialeto, em nome de uma língua bem acabada. Não estariam implícitas aí as noções de “certo” e “errado”, ou do “bom” e “ruim” nos argumentos do autor? Ao povo, apenas o papel de gerador da língua ou de um modificador

com cara de destruidor. Sendo assim, “o mesmo sucede com a gramática: saída da infância do povo, *rude e incoerente*, são os escritores que a vão corrigindo e limando”⁸ (grifo nosso).

Alencar reconhece o inevitável em língua, sua transformação, e dela só o povo é capaz. Mas essa transformação é apenas matéria bruta, um transformar grosseiro na boca do povo, diga-se, até desprezível. A língua bonita, polida, limada, cabe ao escritor literário. O escritor, de fato, visando estética, tem o direito de “aperfeiçoar” o estilo. Mas não estaria aí implícita a ideia de relegar as línguas populares, as variedades do povo e elevar a língua por ele considerada culta, uma espécie de propriedade dos escritores? Sempre que se refere ao povo aparecem expressões desabonadoras: *grosseiro dialeto do povo, ignorância do vulgo, rude e incoerente*. Os portugueses também viam na pessoa do escritor a fonte da “língua certa”, hajam vista os sopapos de Pinheiro Chagas.

Alencar também se mostrou um duro crítico dos seus inimigos, aqueles que viam em sua obra uma heresia ao “português de classe”, como bem se vê nesta passagem: “Às vezes, quando se trata de uma nova palavra ou locução, repelem-na pela razão peremptória de que não se encontra nos clássicos. Outras vezes, intrometem-se a criticar dos clássicos, determinando o que se deve imitar e o que evitar.”⁹ Neste trecho fica claro o desdém com o comportamento purista dos críticos, muito em voga ainda hoje. Por esse revide, o autor consegue assimilar uma característica muito marcante dos gramáticos – buscar soluções na própria autoridade, já que os clássicos não constituem fonte segura. Mas o mesmo Alencar também disse: “O que se deve e com muito cuidado evitar é a incorreção gramatical, [...] por uma espécie de abuso ou lapso de língua.”¹⁰ Aqui parece o autor de *Iracema* fazer uma concessão à tradição ao falar em “incorreção gramatical” e “abuso ou lapso de língua”. Mas o que estará mesmo na conta de “incorreção”? Seria a sintaxe do povo? Pinheiro Chagas falava de “incorreção”. Eles falam da mesma coisa?

Talvez não, pois, ao tratar da colocação dos pronomes pessoais, batiza-a de “arbítrio sem fundamento”¹¹, querela até hoje em cena, como uma maldição da língua. Alencar defende, em nome da “clareza”, da “elegância”, da “eufonia”, da “fidelidade na reprodução do pensamento” a anteposição do pronome ao lado da posposição, como é comum nos clássicos, e exemplifica: “me ofereço”, “ir-me”, contrariando o gosto dos gramáticos. Não parece ser o Alencar que se afina com essa crítica: “Aí estão oito orações, ligadas por dois relativos e seis copulativos, sem nenhuma elegância e com *muito pouco respeito à gramática*” (apud PINTO,

⁸ Cf. PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 74.

⁹ Id., p. 77.

¹⁰ Id., p. 77.

¹¹ Id., p. 79.

1978, p. 83). (grifo nosso). Para quem vem combatendo o purismo gramatical, parece Alencar não passar de um purista.

É inegável a militância do escritor em nome de uma literatura produzida com linguagem brasileira, o que lhe rende mérito na busca de liberdade perante a sujeição política e linguística de Portugal. Mas esse autor, nas sutilezas ou nas entrelinhas do seu pensamento, não consegue disfarçar o seu lado tradicional e elitista. Muitas das suas expressões são comprometedoras: “grosseiro dialeto do povo”, “ignorância do vulgo, rude e incoerente”. Numa sociedade de pensamento colonialista como a nossa, o que geralmente permanece é a ideia do colonizador. Ressente-se dessa herança, cara àqueles que não evitaram, talvez por força do imperativo da época ou da necessidade de agradar a dois senhores, sentimentos desabonadores das classes populares.

Atualmente, a mídia brasileira vem exercendo muito bem o lado deselegante do tratamento da língua, por insistir na ideologia purista. Se na opinião de Alencar, “a gramática para eles [seus críticos] é a artinha que aprenderam na escola, ou por outra, meia dúzia de regras que se aforam nas exceções” (apud ILARI; BASSO, 2006, p. 216), é justamente por essa “artinha” que rezam figuras como Dad Squarisi¹²: “Fiat lux. E a luz se fez. Clareou este mundão cheinho de jecas-tatus. [...] Falamos o caipirês. Sem nenhum compromisso com a gramática portuguesa. Vale tudo: eu era, tu era, nós era, eles era.”¹³

Assim, se o autor de *Lucíola* no final das contas deixou plantado na colônia o começo de um projeto ainda em andamento, há quem diga que o discurso foi maior que o feito. É dessa opinião Celso Cunha:

Mas não devemos exagerar a profundidade de tais inovações. Tanto em França como no Brasil os românticos foram mais ousados na teoria do que na prática. O próprio Alencar, que, imprudentemente, chegou a falar em “língua brasileira” e a teorizar sobre o assunto, não pretendia, na realidade, criar uma língua nova, nem fazer ascender a nossa linguagem popular à altura de língua literária. O que ele preconizava era somente uma elasticidade maior da expressão, a legitimação dos termos tipicamente brasileiros, uma sintaxe mais livre, ou, melhor dizendo, menos sujeitas às normas severas do português europeu. (CUNHA, 1976, p.23-24).

Se Alencar planejava se distanciar das normas severas do português europeu, sente-se no escritor a vontade de também se agarrar a elas, o que o deixa numa situação sentida como contraditória: “Eu que não cativo minhas razões às carolices gramaticais [...]”¹⁴ “Assim como no melhor e genuíno português [...]”¹⁵.

¹² Jornalista, escritora e editora de Opinião do jornal *Correio Braziliense*. É responsável pela coluna “*Dicas de português*” publicada em alguns jornais brasileiros.

¹³ VIANA, Carlos A. P.; MOURA, José F. de. *Português: compreensão textual, exercícios para o ENEM*. Fortaleza: Ed. Ipiranga, 2010. 64 p. v. 1. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/64091052/livro1>>. Acesso em: 1 ago. 2012. p. 25.

¹⁴ Cf. PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 111.

¹⁵ Id., p. 115.

Por fim, se Alencar não mediu esforços na busca de inovação no uso da língua, feito de que ninguém lhe tira o mérito, também deixou escapar suas idiossincrasias em torno do “certo” e “errado”, do “legítimo” e “ilegítimo”. Não é por outro motivo que é soberbo em expressões desgastantes que denunciam os ressaibos da formação clássica ou da condição de elite de que era parte: “estropiamento”¹⁶, “aberrações fonéticas”¹⁷, expressões tão ao gosto dos seus adversários. Ainda que não tenha conscientemente alimentado essa ideia, para um Brasil de sentimento colonizado, ela é que se incrusta na memória, guiando os que sempre intentaram em não ver o Brasil intelectualmente independente de Portugal, sobretudo a independência linguística, como são exemplos clássicos Cândido de Figueiredo, no passado, e Pasquale Cipro Neto no presente.

Gonçalves Dias – O poeta Gonçalves Dias era solidário com Alencar no que toca à sorte da língua: “A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português.”¹⁸ Com tal juízo, parece que já se procurava certo distanciamento da submissão portuguesa. É, de qualquer forma, um fiapo da independência, uma vez que a opinião do poeta faz sugerir a diferença entre o português de cá com o português de lá; politicamente falando, ideia nada promissora para a metrópole. É otimista no sonho de independência ao sugerir que os santos de casa também fazem milagre: “Mas que, nem só pode haver salvação fora do Evangelho de S. Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas.”¹⁹

Mas essa abertura tinha lá suas concessões; afinal, para um poeta formado nas academias de Coimbra não era tão fácil assim o desprendimento da ortodoxia gramatical. Assim é que beira o purismo e não nega o compromisso com a doutrina: “Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada [sic] a gramática e o gênio da língua.”²⁰ Esse “eternamente respeitada”, veneração terminante, na verdade rubrica da dívida com a tradição portuguesa, tem garantido até hoje o espaço daqueles que a ferro e fogo tentam boicotar a evolução, ou, nos termos do poeta, a “modificação” do português brasileiro.

Machado de Assis – Como o colega Alencar, M. de Assis admite o óbvio, a evolução da língua, mas parece querer evitar a influência do povo na condução dela: “A influência popular tem um limite: o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso,

¹⁶ Cf. PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 134.

¹⁷ Id., p. 135.

¹⁸ Id., p. 38.

¹⁹ Id., p. 38.

²⁰ Id., p. 38.

o capricho e a moda inventam e fazem correr.”²¹ Aqui, como no geral, a preocupação do autor é com a língua literária, o estilo “bem acabado” inerente a esse uso, mas que na escrita geral é esse estilo que conta. Afora a limitação da influência popular, também não é claro o que é *abuso, capricho e moda*. Trata-se de opinião vaga – o que é “abuso” numa época poderá não o ser em outra, ainda que no campo literário.

Nos limites da questão aqui abordada, é provável que se para Machado seria abuso iniciar a frase com o oblíquo diante do futuro do pretérito, para L. F. Veríssimo é uma saída (“Se resgataria o ideal republicano desse renitente infantilismo político com o parlamentarismo [...], mas dá o poder real a uma assembleia e a um primeiro-ministro teoricamente submisso a ela [...]”²²). A questão aqui é aventada apenas com o intuito de mostrar o compromisso de Machado em elevar o escritor à categoria de agente incontestável na legitimação do uso da língua culta: “[...] não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma.”²³. Legitimação hoje “contestada” em vista da ampliação dessa norma para outros campos do uso, como revistas, jornais, livros em geral. Veríssimo teria destruído alguma lei de sintaxe ao escrever “se resgataria” e não “resgatar-se-ia”?

O esforço de Machado em equilibrar a questão não o isenta de reforçar o purismo gramatical, persistente até hoje, responsável pela dificuldade de se legitimarem (reconhecer no âmbito oficial) construções inegavelmente validadas pelo povo e inegavelmente comuns no uso culto da língua, só percebidas pelo olho maldoso dos puristas. Negação que nos tem valido evitáveis conflitos entre as normas da língua.

Contudo, a história corre. Se no passado a questão da língua estancava no plano “abstrato” (carecia-se de levantamentos de usos concretos), atualmente, pela profundidade das pesquisas linguísticas, parece caminhar-se para um equilíbrio mais justo dos usos da língua na modalidade culta escrita, inclusive aceitando-se outros suportes como “modelos”, quais sejam os jornais, as revistas, os livros. O debate segue no capítulo seguinte com a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2010).

²¹ Cf. PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 187.

²² VERÍSSIMO, L. F. *Reis e reis*. Disponível em: <http://www.nuembranca.blogger.com.br/2007_01_01_archive.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

²³ Cf. PINTO, Edith Pimentel, op. cit., p. 187.

5 A GRAMÁTICA SOB UM NOVO ENFOQUE

Na história das gramáticas de língua portuguesa, o que mais se observa quanto à posição que adotam é um grau maior ou menor de prescrição. Para exemplificar, a *Gramática metódica da língua portuguesa* (1995, 40 ed.), de Napoleão Mendes de Almeida defende um estudo da língua que se pode considerar purista; postura diferente da *Moderna gramática portuguesa* (2009), de Evanildo Bechara, ou da *Gramática do português contemporâneo* (2008), de Cunha e Cintra. Por adotar metodologia inovadora, inclui-se neste trabalho a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2010), de José Carlos de Azeredo.

O objeto deste texto, então, é sintetizar os propósitos dessa gramática, tomando como guia as premissas que nortearam o planejamento e a redação do texto. A escolha desta obra não implica a exclusão das outras. A motivação vem de um sinal renovador que a diferencia das demais: gramática que equilibra descrição clássica com descrição moderna, contemplando outros campos de uso, esquivando-se do foco absoluto – a língua literária – como é costume.

O português escrito no Brasil sempre esteve na mira ora de críticas conservadoras, ora de críticas renovadoras. Como é comum a qualquer bem cultural, as divergências nem sempre foram benéficas para sua finalidade maior: o ensino. A tradição, com poucas exceções, entendeu essa questão de modo bem particular: o ensino da língua se resolveria pela memorização das regras gramaticais; regras colhidas na escrita de escritores exemplares, num procedimento à moda greco-latina. Camões e Vieira, por exemplo, estariam na conta de bons escritores; e são, mas escritores afinados com as convenções literárias, linguísticas e socioculturais do seu tempo, as quais, por força das mudanças certamente entrariam em choque com as convenções dos tempos modernos. Por isso não se consegue escrever como eles, mas há quem diga que lhes devemos render tributo. Criou-se assim uma divergência entre a visão tradicional e as exigências dos novos tempos. Se antes as referências eram só os clássicos, hoje procura-se somar outras referências. Está aí a necessidade de revisão do modo como se tem descrito e explicado a língua; o que não quer dizer ignorar o legado das gramáticas tradicionais, mas tão só reparar o que deveriam ter feito – acompanhar a evolução da língua –, como ocorre em qualquer campo do conhecimento humano.

Não é por outro motivo que, nesta gramática,

Perfilhamos o ponto de vista de que a atividade comunicativa por meio da palavra é sempre um acontecimento sociocultural, e que as formas da linguagem empregadas para cada fim são parte fundamental do respectivo acontecimento, seja na comunicação face a face típica da conversa, seja na comunicação a distância, como a que se pratica por meio da escrita. (AZEREDO, 2010, p. 27)

Pelo que se acaba de dizer, percebe-se o deslocamento de um ponto de vista focado na língua literária (e na nomenclatura) para um focado na língua em uso. A língua recebe um tratamento mais amplo: é vista como atividade sociocultural, tratamento que busca, necessariamente, um acordo com toda e qualquer variedade da língua a serviço da interação verbal nos mais distintos segmentos sociais. E se é *um acontecimento sociocultural*, outro acréscimo à tradição deverá vir à tona: a fala e a escrita em pé de igualdade na análise da língua. Como se sabe, para a tradição, a fala se governava pelas regras da escrita. Daí um “rompimento” inevitável com o passado: “A língua é a soma de todas as suas possibilidades de expressão, e só existe nas variedades de uso que a concretizam como meio de intercompreensão de seus falantes.”¹, abalando a noção de “certo e errado” e colocando a língua culta como uma entre as demais, o que lhe resgata o aspecto de língua viva a serviço do produzir e compreender significados. Assim, cada tempo com sua língua. E sempre que se coloca o falante como sujeito das atividades da língua, é preciso que se considere a língua como objeto de reflexão e crítica, a tempo previsto pelo autor ao valer-se da filosofia da linguagem e da psicologia cognitiva, duas disciplinas empenhadas no questionamento e na explicação da lógica do funcionamento da língua.

Caso a escola aceite a língua como “soma das possibilidades de expressão”, então já se poderia notar uma advertência pedagógica em que é notória a urgência de um estudo que desenvolva a consciência dos recursos oferecidos pela língua e das ocasiões de uso oferecidas pela sociedade. Está em harmonia com esse pensamento a observação de Rodolfo Ilari e Rento Basso (2006, p. 234), para os quais

o ensino de língua materna que se faz entre nós aparece pesado, ineficaz e sobrecarregado de gramática. Por que assim? Uma parte da resposta já foi dada: o ensino ‘gramatical’ é, na prática, a única solução que a escola tem dado à necessidade de ensinar a norma culta, num contexto linguístico em que a norma culta se afasta do uso corrente.

Esse afastamento de que falam os autores implica uma consequência grave: forçar a visão de “erro gramatical” a usos que já passaram pela prova em qualquer das modalidades da língua. Quando isso acontece, abre-se espaço para a estigmatização de certos usos, por sinal ainda forte no século XXI. O ataque à estigmatização de muitas regras produtivas, sobretudo na variedade culta, aqui aparece como um dever do professor e do cidadão comum. E esse ataque vem por meio de reflexões muito bem fundamentadas, como esta, pela qual o autor revisa a teoria tradicional, chamando a atenção para um fenômeno para o qual não faltam orientações carregadas de estigma:

Construções como *entre mim e você*, *entre ela e mim*, *entre ti e mim*, tradicionalmente recomendadas pela preceptiva tradicional, são cada vez mais estranhas ao uso brasileiro,

¹ AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010. p. 27.

mesmo na modalidade escrita. As formas praticadas no Brasil pelos próprios usuários cultos são entre *eu e você*, *entre ela e eu*, *entre você e eu*, com o *tu* no lugar de *você* nas variedades em que o *tu* é a forma usual. (AZEREDO, 2010, p. 257-8).

Por esse trecho, se são reconhecidas “formas estranhas ao uso brasileiro”, é fora de dúvida que o português do Brasil conquista a valorização devida e apresenta diferenças que devem ser descritas, explicitadas e divulgadas para que se apague aquela histórica ideia de que o português clássico é o legítimo, ou que o português de Portugal é o que vale. Da mesma forma, seja vulgarizado na escola o hábito de olhar para os dois lados, o clássico e moderno, dicotomia que realça a relatividade dos conceitos no espaço linguístico atual – há mais de uma forma certa.

Em conformidade com a expansão dos mecanismos de usos da língua culta, sobretudo da modalidade escrita, o alvo já não é somente a literatura. Por esse enfoque, já que os textos das revistas, dos jornais, dos livros técnicos e da literatura atual já não são novidade nos livros didáticos, então é aí que se devem buscar as estruturas do português do Brasil. Perini (2007, p. 87) já chamava a atenção para este fato: “Sou de opinião de que os dados que fundamentarão a gramática devem ser retirados desse padrão técnico-jornalístico.” Essa tarefa é realizada pela *Gramática Houaiss*, contrapesando, quando é o caso, com textos literários.

O ensino da língua ainda privilegia a segmentação de frases (análise sintática) e a memorização de nomenclatura (decorar termos e definições). Nada contra aprender os nomes das categorias ou das funções gramaticais. Esse procedimento também tem sua vez. Mas é que essa prática resultou em exageros (saber gramática é saber a língua; saber gramática é condição final para se escrever bem); tanto é que a avaliação que se faz de “quem não sabe gramática não sabe a língua” pesou (e pesa) tanto que, se você não souber de pronto qual é a transitividade de um verbo, está condenado, ainda que saiba escrever um bom texto.

Contra essa pedagogia obsessiva pela classificação levanta-se outra proposta, não mais centralizada na frase descontextualizada, mas no texto, onde está sempre presente a gramática.

Cara a cara com o texto, o aluno é estimulado a construir e compreender sentidos, a perceber como é que se organiza um texto, a avaliar os recursos retóricos e linguísticos de uma produção, a direcionar o tema de que se fala, a visualizar o todo da produção. Enfim, aguçar a inteligência do aluno para que ele garanta habilidades que de fato sejam mais úteis na interação social. Uma educação do corpo a corpo com o texto retrata o próprio fazer linguístico diante da sociedade quando se fala ou escreve – sempre texto. O convite ao desafio do texto nas escolas é esperançoso:

A aptidão para a leitura de textos variados, com finalidade estritamente informativa ou com objetivos profissionais, morais, estéticos ou de lazer, assim como a capacidade para conceber um texto adequado a seus fins – e portanto no gênero apropriado e pensadamente urdido nos

aspectos gramaticais e lexicais – fazem parte da formação plena de qualquer cidadão pertencente a sociedades complexas, e são uma condição para o desenvolvimento contínuo do potencial intelectual e cultural de qualquer pessoa.²

Ao falar do registro padrão, entende o autor que “a variedade padrão é elástica e comporta usos alternativos.”³ Por esse conceito, o gramático força a correção do equívoco segundo o qual a língua padrão é o referencial isolado para as outras variedades, ou que há uma divisão estanque entre as variedades ou mesmo no interior da mesma variedade, ou que o padrão chegou ou vai chegar a um estágio de acabamento perfeito, sem variantes. A elasticidade permite notar a gradação da norma e a invasão de regras novas na norma estabelecida. Assim, em “Eles assistiram o jogo / Eles assistiram ao jogo”; “Naquela época, importava-se todas essas mercadorias / Naquela época, importavam-se todas essas mercadorias” “[...] são permutáveis no mesmo nível de linguagem; já em “Deixem ele entrar / Deixem-no entrar”; “Não sai agora daí, porque está chovendo muito / Não saia agora daí, porque está chovendo muito” “[...] a forma à esquerda é corrente na fala espontânea (registro informal) e a forma à direita pertence a um discurso mais tenso e elaborado (registro formal).”⁴

Outro momento indicativo de que a reflexão gramatical deve estar presente na rotina do pesquisador e do professor se dá quando o autor estimula um profissional insatisfeito com a realidade; não porque assim se deseja, mas por que as mudanças sociais repercutem nos conceitos: “Toda verdade é provisória – esta é, talvez, a única certeza que fica quando observamos a maneira pela qual o conhecimento humano é construído no curso da história.”⁵

Se a verdade é provisória, fato indiscutível, o ponto de vista adotado convida o leitor/professor/autor/gramático a uma releitura das teorias tradicionais, sem rejeitá-las. Por exemplo, a orientação da regra “para eu + infinitivo”, recebe outra avaliação, mais afinada com a instabilidade das regras da língua: “A recomendação da forma ‘*para eu + infinitivo*’ não pode ser feita em detrimento da outra, mas como opção a ela nas variedades formais.”⁶ Esta “emenda” reconhece a legitimidade ou o valor alternativo da outra construção (“para mim + infinitivo”) noutras variedades ou mesmo no entremeio da elasticidade das variedades mais formais.

² AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010. p. 28.

³ Id., p. 65.

⁴ Id., p. 65.

⁵ Id., p. 31.

⁶ Id., p. 258.

Em Cereja e Magalhães⁷, os autores sustentam que “Pronomes possessivos são aqueles que indicam posse em relação às três pessoas do discurso”, apresentando apenas um exemplo de um anúncio: “**Seu talento vai ficar ainda maior**”. Sem falar na falta de sensibilidade para explorar os significados do texto ou, de outro modo, ver a *língua* como “uma forma socialmente adquirida de conferir sentido às nossas experiências do mundo e de tornar essas experiências assunto de nossos atos de comunicação.”⁸ A língua vista assim, carregada de sentidos, na prática faria o aluno sentir no anúncio um efeito semiótico espetacular: a grandeza do talento de quem usa Filme *De Plá* – recompensa por saber escolher o melhor – é proporcional ao interminável horizonte estampado numa foto de praia (Barbados, Caribe) colada logo abaixo da frase em destaque. Mas os autores utilizam o texto apenas como pretexto de reprodução do conceito tradicional, sem nenhuma reflexão.

Bem diferente é assumir que “Os pronomes ditos possessivos expressam um vínculo qualquer, constante ou eventual, entre o objeto ou assunto de que se fala e cada uma das pessoas do discurso.”⁹ Por esse conceito, é possível explorar as competências linguística e comunicativa da língua nesse particular. Por esse modo de ver, já se pode responder com segurança que *minha* em “Minha sala está suja” não indica relação de posse, mas de *uso* da sala; que em “Meu ônibus atrasou” é simplesmente o ônibus que costumo pegar, e não um ônibus de minha propriedade; que em “meu clube”, caso eu não seja de fato o dono do clube, trata-se apenas de um time da minha preferência. Como explicar, pela definição tradicional, o pronome *meu* em “Meu sequestro durou trinta dias”, quando dito pelo sequestrador ou quando dito pela vítima? É por considerar a gramática um instrumento de construção de conhecimento, e não de memorização inútil de regras e definições, que o autor sugere:

Nossa posição é que o ensino da gramática como uma técnica de descoberta e de tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos aguça a sensibilidade linguística do estudante, de sorte que se desenvolve nele uma espécie de discernimento e de capacidade crítica e avaliativa benéficos ao desempenho da leitura e da expressão.¹⁰

Por fim, se as camadas populares outrora já foram acusadas de instâncias “onde não se conhecem as leis da gramática [...]”: *Me disseram, Vi ele, Cheguei na estação, Para mim ver etc.) [...]* (COUTINHO, 2005, p. 335), na *Gramática Houaiss* construções como essas são tratadas como “traços característicos do português brasileiro”, numa demonstração de respeito à língua e sua relação de identidade com os seus falantes.

⁷ CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. *Português: linguagens*. 5 ed. v. 2. São Paulo: Atual Editora, 2005. p. 92.

⁸ AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010. p. 49.

⁹ Id., p. 250.

¹⁰ Id., p. 108.

No entanto, se em muitos aspectos que não cabe aqui comentar, a *Gramática Houaiss* inova, e ganhará com isso a escola, a sociedade e a crítica epistemológica pela qual passa toda teoria, uma questão, diga-se de passagem, muito cansativa no correr da história, parece ainda sustentar-se nos “cacoetes” da história da língua nessa gramática: *ele acusativo*. Quando se acusa de “cacoetes” não se quer dizer que o assunto ficou em segundo plano, mas que recebe tratamento que, para nossa época, pede mais.

Muitos estudiosos têm gastado tempo em justificar suas teses. Outrora, pelo vigor com que a tradição se impunha nas decisões da língua, uma deliberação, ainda que fosse de encontro à lógica da língua, tomava foro de verdade “incontestável”. Resultado disso é que ainda hoje a questão em pauta é discutida sem entusiasmo e sem a devida crítica: não se discute a “elasticidade” das construções sem recorrer ao desgaste ideológico embutido na expressão “registro informal”: “Nos registros mais informais, porém, como a *conversação descontraída de pessoas íntimas*, mesmo os falantes mais escolarizados tendem a substituir as formas oblíquas átonas *o/a/os/as* por *ele, elas, eles*, elas, quando relativas à pessoa de quem se fala [...]” (grifo nosso). (AZEREDO, 2010, p. 259).

O direcionamento dos usos aos “registros informais” trai parcialmente a veracidade da substituição das formas; embora não seja a intenção restringir a abrangência do fato, continua alimentando a conotação segundo a qual tais registros são “língua inferior”. O fato vai além dos registros mais informais: alcança, além da fala, a escrita coloquial e culta, o que justifica uma análise no espaço legítimo da norma culta da língua, sem o acanhamento relacionado à *fala descontraída*, que só reforçaria o estigma, como este, ancorado na autoridade de Silveira Bueno (1968, p. 302): “Ensinam os gramáticos que a função objetiva atribuída às formas retas constitui erro grave de sintaxe.” Arbítrio sustentado na posição fechada da tradição, como demonstra o mesmo Silveira Bueno (1968, p. 381): “Em todo e qualquer idioma há três classes de linguagem: a popular, a semiliterária e a literária. A única destas três, [*sic*] que representa a língua é a literária e nunca a popular, a caseira.” É com razão que vem à memória a ironia de Manuel Bandeira (1886-1968), em seu poema “Evocação do Recife” (1930): “Ao passo que nós / O que fazemos / É macaquear / A sintaxe lusíada”.

Veja-se o que se pensa atualmente sobre a questão: Mário Perini (2010, p. 116) diz que “os pronomes que não têm formas oblíquas (*ele/ela, vocês, eles/elas*) são usados em todas as funções, sem mudança de forma: [1] Eu encontrei ela no cinema.”; Neves (2000, p. 453, grifo do autora) afirma que “Também é comum, na conversação, o emprego dos pronomes tônicos como sujeito do infinitivo, nessas construções: **Manda ELE fugir daqui!** [...] Entretanto, essa construção já aparece em textos literários [...]” e, Marcos Bagno, sustenta:

O uso da forma *ele* (e flexões) como objeto direto é característica do PB. Os estudiosos ainda se dividem entre considerar que se trata da continuação de um emprego que remonta aos primórdios da língua ou se se trata de uma inovação ocorrida por aqui que teria reintroduzido esse emprego. Seja qual for a origem, o importante é que esse uso de *ele* em retomada anafórica de objeto direto é regra estabelecidíssima no PB, ocorrendo em todas as regiões do país e em todas as classes sociais. (BAGNO, 2012, p. 797).

É o que se vê nestes exemplos de substituição de *o* por *ele* em texto escrito (grifo nosso):

“Segundo o Terra, a polícia está investigando o caso. No quarto em que ele foi encontrado havia uma arma e manchas de sangue. O pessoal do hotel *encontrou ele* morto no mesmo dia em que se hospedou, mas a mulher já havia ido à polícia dar parte do desaparecimento.”¹¹

“*Quero ele*, mas quero muito
Ouço no meu gravador murmúrios dele
Procuro ele no mar, por todo o navio
Quero ele, menino triste”¹² (Cazuza)

“O texto de Manoel Carlos, com direção do filho da cantora, Jayme Monjardim, tem mantido médias próximas aos 30 pontos desde a estreia. Maneco queria que a minissérie tivesse 16 capítulos, mas a direção da Globo *mandou ele* encurtar para nove capítulos. Agora, a emissora se arrepende.”¹³

“Ou será que alguém acredita que é possível levar uma pessoa a dominar plenamente as habilidades de leitura e escrita *obrigando ela* a decorar a suposta diferença entre *adjunto adnominal* e *complemento nominal*?”¹⁴

Nesse particular, a *Gramática Houaiss* deveria ter sido mais atrevida e trazido a questão para o terreno do prestígio. Isso não é arbitrariedade, é reconhecimento. Acredita-se que daqui para frente as gramáticas vão ter que corrigir certas imprecisões teóricas que até hoje vêm somando prejuízos tanto no espaço social (o preconceito), quanto no pedagógico (na escola, o aluno escreve certo e o professor corrige).

E no passado, como foi debatida a língua escrita no Brasil? No capítulo “A escrita no Brasil”, a seguir, trata-se desse assunto, muito polêmico, entre democráticos e conservadores, no século XIX.

¹¹ Disponível em: <http://pt-br.facebook.com/janelapublicitaria/posts/404852449536417?comment_id=4978105&offset=0&total_comments=2>. Acesso em: 7 jun. 2012.

¹² Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/cazuza/85114/>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

¹³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/zapping/ult3954u488678.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

¹⁴ BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*, 2012, p. 22.

6 A ESCRITA NO BRASIL

A língua de tradição escrita que chegou ao Brasil, estabelecida à força de fatores históricos e socioculturais por colonizadores e brasileiros formados em Portugal que também se tornaram escritores, foi a língua literária dos escritores portugueses. Em virtude disso é que a referência construída no Brasil talvez tenha se fundamentado na língua literária, e não na língua da administração colonial. E isso é incontestável na exemplificação das gramáticas, ciosas em mostrar o modelo da língua de prestígio. Todas elas se justificam com o estilo dos clássicos; sendo assim, a visão instituída é que os clássicos é que são os mestres da língua e deles deve-se tirar o melhor proveito.

Mas as adversidades geográficas e político-sociais enfrentadas pela colônia contribuía para que a língua aqui falada se diferenciasse da língua de Portugal. Essas diferenças levaram alguns escritores românticos, motivados pelo ideal de liberdade, a projetar a emancipação linguística em nome da possível “construção” de uma língua literária brasileira. Segundo Pinto,

o sentimento nacionalista mais de uma vez levou à reivindicação de uma língua própria. Arrolava-se, então, como prova de sua existência, um extenso vocabulário específico do Brasil; apontavam-se certos hábitos fonéticos peculiares e alguns torneios sintáticos e estilísticos preferenciais dos brasileiros e ignorados e desusados em Portugal. (PINTO, 1992, p. 9).

É com base nessas características que se sustentava que uma “língua brasileira” escrita, com fortes traços de oralidade, se desenhava na literatura que aqui se produzia em meados do século XIX. Além do léxico bem representativo do cenário brasileiro, a gramática ensaiava construções¹ audaciosas para a época: *presente do indicativo* com valor *imperativo*, como nas formas *diz* e *traz*, por *dize* e *traze* (“*Traz-me esse pranto (...)*”, *Diz-lhe* que o amante fiel (...)) – Casimiro de Abreu, “Suspiros”); emprego do *indicativo* por *subjuntivo* (“Nunca pensei que teu braço / *Brande* um punhal sobre-humano.” – Junqueira Freire, “Morte”); *irregularidade no uso de pronomes*: por excesso (“Ai, que ainda *me deliro*” – Álvares de Azevedo, “No mar”) ou por omissão (“*Recolhi* um instante em mim para refletir” – José de Alencar, *Diva*); a preposição *em* com verbos de movimento (“Vem, nós *iremos* na floresta” – Castro Alves, *Sub tegmine fagi*); *concordância negligenciada [sic]* (“Que *importa os raios* de uma nova aurora?!...” – Castro Alves, “Boa noite”); *colocação pronominal livre* (“A primeira vez que *deparou-me* o acaso ver-vos (...)” – José de Alencar, *Diva*), “*Me* entregarei” – Fagundes Varela, “Juvenília”).

¹ Cf. PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 22-23.

Mas essas formas tão harmonizadas com o gosto dos românticos, tão propícias a dizer o que era brasileiro, mas que amargaram troça dos portugueses; esse projeto de abrasileiramento da língua na sua modalidade escrita não conseguiu vencer a barreira de um grupo de escritores (Rui Barbosa e Coelho Neto, por exemplo), que movidos pelo sentimento de pureza da linguagem, preferiam beber nos modelos dos séculos XV e XVI. De fato, conforme Pinto, esses autores “consideravam sua modalidade de língua mais ‘legítima’ que a dos portugueses, porque mais semelhante à que se praticava nos séculos XV e XVI.”² Estava estabelecido o purismo exacerbado, fundado num gosto refinado pela gramática, pelos conhecimentos filológicos e pela preferência aos quinhentistas. Ocupam o novo cenário, nas duas décadas finais do século XIX, escritores realistas, naturalistas, parnasianos e simbolistas, escamoteando a oralidade e supervalorizando as formas arrojadas da escrita de escritores do passado. Não sendo necessário falar aqui da apreciação por latinismos, arcaísmos, cultismos, estrangeirismos e termos científicos à exaustão, a sintaxe desses escritores, para quem a escrita era o governo da fala, primava pelo exagero da forma, extremando com a simplicidade dos romancistas e poetas românticos. Conforme diz Pinto: “Da ordem inversa, dos incisivos, do intrincado processo de subordinação, resulta um texto de fino labor sintático, rico de sonoridades, mas estranho ao falante comum brasileiro.”³

Levando-se em conta a conhecida teima entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, por ocasião da redação do primeiro Código Civil Brasileiro, na primeira década do século XX, polêmica volumosa de intenções políticas, socioculturais e linguísticas, a lembrança que marcou o imaginário brasileiro, quanto à questão da escrita culta, é a que defende o português de Portugal como modelar. Segundo Mariani (2011, p. 248), “Tanto Rui Barbosa quanto Carneiro Ribeiro se referem ao bom uso, aos bons autores portugueses, simplesmente não fazendo menção (ou fazendo menções negativas) a uma língua portuguesa no Brasil, ou a um português brasileiro.”

Depois dos românticos, que viram na fala um recurso primoroso da língua literária, essa modalidade da língua veio a receber mais atenção com a presença dos escritores modernistas de modo geral, por ocasião da semana de 1922. Com o Modernismo, a língua popular recebeu a valorização outrora rejeitada pelos lusófilos. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, chegou a usar com tanta liberdade o português do povo que lhe rendeu o ralhado de um gramático do seu tempo, Napoleão M. de Almeida:

Continua o iconoclasta, que chegou a candidatar-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras: “*Ter por haver*” tem a consagração de um de nossos maiores poetas,... - “Tinha uma

² PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 26.

³ Id., p. 31.

pedra no meio do caminho” (As reticências estão em lugar do nome de um dos escritores julgados “de vanguarda”, por explicável coincidência um dos mais encontrados em modernos livros de leitura que se intitulam “livros de português”, “português através dos textos”, “português dirigido”). (ALMEIDA, 1996, p. 179).

Nem o poeta é iconoclasta, nem as reticências omitem o escritor, nem a represália inibe o uso cada vez mais frequente de *ter* existencial. *Ter* é hoje bastante difundido com o sentido de *haver*: “Segundo as lições da gramática tradicional, o verbo **ter** não deve ser usado no sentido de ‘haver’. Entretanto, a construção é usual, especialmente na linguagem menos formal: **TINHA** dias que nem conseguia fazer fisioterapia e chegava a duvidar que fosse possível voltar a jogar como antes.” (NEVES, 2003, p. 744, grifo da autora).

O confronto apontado entre as duas linhas de pensamento – uma voltada para o abrasileiramento da língua, outra para o quinhentismo português – em torno do uso da escrita culta, é mais para levantar o seu quinhão de revanche do que para apontar as alternativas da língua na escolha de cada corrente. Entre um uso mais local e um uso mais distante, o jogo das preferências tem significado um adiamento irreparável de uma “definição” de língua culta real, que de fato represente a vocação linguística do tempo – e não um fanatismo desmedido, de configuração anacrônica, que resulta vez por outra em avaliações desprevenidas e desconcertantes a respeito dos fatos da língua.

De qualquer forma, para não se perder o curso histórico em que a língua está inserida, ressaltem-se alguns fatos que vão provocar a oscilação de uma política de “consenso” do padrão da escrita no Brasil. Primeiramente, o Brasil, até a expulsão dos jesuítas, em 1759, foi uma *nação* cuja educação linguística se omitiu de praticar a tradição da língua portuguesa; era um trabalho com a língua muito mais voltado para o domínio da cultura indígena que para uma consciente orientação da língua em benefício do colonizador, o que atrasou, por mais de dois séculos, uma possível prática de “fixação” da língua portuguesa na colônia. Mais tarde, com a interferência de Pombal⁴, a língua portuguesa passou a ser oficialmente ensinada na colônia, mas dentro de uma realidade totalmente adversa à cultura letrada já estabelecida na metrópole, o que caracteriza uma postura de imposição que vai resultar num choque nada promissor para o futuro da língua: proibição da língua nativa versus obrigatoriedade da língua de “civilização”⁵. Após a Independência (1822), com os românticos, a tentativa de

⁴ Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) (1699-1782). Primeiro ministro do D. José I, rei de Portugal de 1750 a 1777, foi o responsável pela expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759.

⁵ “Para desterrar este pernicioso abuso [língua geral] será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos e as meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem a língua própria das suas nações, ou a chamada geral, mas unicamente a portuguesa, na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado.” Trecho de Lei de D. João (1757), citado por: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil: introdução geral*. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1999. p. 311.

abrasileiramento da língua, mais no seu aspecto lexical que estrutural, difundiu-se uma visão que atraía a atenção para as características de uma nova língua no território brasileiro, provocando a oposição de defensores lusófilos, como Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, a defenderem, sobretudo o primeiro, uma linha de uso da língua culta pouco familiar aos brasileiros, a dos prosadores quinhentistas. Com o Modernismo, o investimento tratou de romper com o passado, literária e linguisticamente, conseguindo, com algum êxito, suspender a supremacia da gramática clássica e dar margem a uma concepção de mudança nos rumos da instituição de uma língua brasileira.

Assim, numa história espremida pelos ideais de defensores e acusadores, atualmente parece formar-se a escrita de um conjunto de práticas que vão desde a produção jornalística, cujas características nem sempre se ajustam à tradição gramatical, passando pela escrita dos livros técnicos, também mais arejada, pela literatura, com estilo já bastante diferente daquele com que um dia sonharam os lusófilos da república, até uma escrita mais técnica, como a jurídica, também esta arredia aos modelos de Rui Barbosa.

Abaixo, alguns usos do português brasileiro, colhidos na Web. A maioria deles já bem comuns na escrita culta, mas normalmente não recomendados pela gramática tradicional:

Notícias

- a) O gerúndio pela oração adjetiva: “A preocupação central dos investidores ainda é com a Europa e esse sentimento foi reforçado por dados *mostrando* a debilidade da economia da região [...]”⁶ (dados *que mostram*);
- b) Sujeito preposicionado: “Duas semanas depois *do governo anunciar* a redução do imposto [...]”⁷ (depois *de o governo anunciar*);
- c) A preferência pela locução, no tempo futuro, em vez da forma simples: “A chama *irá atravessar* a fronteira com a Irlanda [...]”⁸ (*atravessará*);
- d) Verbo *assistir* com objeto direto: “Desta vez, 12 cidades terão a oportunidade de *assistir os hermanos* juntos [...]”⁹ (*assistir aos hermanos*).

Crônicas de L. F. Veríssimo¹⁰

- a) Uso do infinitivo flexionado mesmo regido da preposição *para*: “corações são *para serem* divididos [...]” (são *para ser* divididos);

⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/afetado-por-noticias-ruins-dolar-fecha-na-maxima-do-dia>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

⁷ Disponível em: <<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/23570/IPI+em+baixa,+vendas+em+alta+em+Bauru>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

⁸ Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/esportes/2012/06/03/tocha-olimpica-inicia-passagem-pela-irlanda-do-norte.html>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

⁹ Disponível em: <<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/cultura-e-lazer/para-alegria-do-publico-los-hermanos-faz-show-extra-na-fundicao-progresso>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

¹⁰ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/cronicas_de_luis_fernando_verissimo/>. Acesso em: 3 jun. 2012.

- b) *Onde* por *aonde*: “Perguntei a ela *onde* ela gostaria de ir no nosso aniversário de casamento [...]” (*aonde* gostaria de ir);
- c) O verbo *esquecer* preposicionado, mas sem o pronome *se*: “E não *esqueça* de escovar os dentes depois de comer.” (e não *se esqueça* de);
- d) *A gente indeterminado*: “*A gente* abre a esteira velha, com o cheiro de velório de bode, bota o chapéu, os óculos escuros e puxa um ronco bacaninha.” (*a gente* = *qualquer um dos banhistas*);
- e) O gerúndio pela oração adjetiva: “Às vezes a dor nos faz chorar [...], até que algo nos toque o coração [...] a simplicidade de uma *brisa batendo* em nosso rosto.” (*brisa que bate*);

Crônica de Marta Medeiros

- a) *A gente* com valor de *nós*: “O poema diz que *a gente* pode entristecer-se por vários motivos ou por nenhum motivo aparente, a tristeza pode ser por *nós* mesmos ou pelas dores do mundo [...]”¹¹ (*a gente* = *nós*);

Canções de Chico Buarque¹²

- a) Ele objeto direto: “Eu *consolo* *ele* / Ele me consola”. (Eu *o* consolo);
- b) O pronome *me* iniciando frase: “*Me* trouxe uma bolsa / já com tudo dentro” (*Trouxe-me*);
- c) *Ter* por *haver*: “*Tem* mais samba no encontro que na espera” (*Há* mais samba).

Como se vê nos exemplos, a língua testa estruturas diferentes das que defendiam os tradicionalistas do passado, e defendem os de hoje. Aliás, no passado muitas dessas construções apareciam nas obras de certos escritores. Elas apenas se afirmaram ou tentam se afirmar no uso. Novas ou antigas, essas normas insistem em não sair de cena, apesar da rejeição na mídia, na escola, na sociedade, nos manuais de língua. A seguir, argumenta-se a respeito dos conflitos das normas, linguísticas e sociais.

¹¹ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/autor/martha_medeiros/>. Acesso em: 4 set. 2012.

¹² Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/66513/>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

7 O CONFLITO DAS NORMAS

7.1 Norma linguística vs. norma social

Em “o conflito das normas” tem-se por pretexto examinar os possíveis conflitos de normas linguísticas dentro do seu campo maior que são as normas sociais. Segundo conceito colhido na internet¹, “normas sociais” assim se definem:

As normas sociais são *prescrições* de comportamento. O conceito de norma social corresponde às expectativas sociais acerca do que é um *comportamento adequado ou correto*. A interação entre os indivíduos não obedece ao acaso; é nas normas sociais que se encontra a base necessária à interação e à ação social humana geral. Todos os grupos humanos seguem *normas definidas*, que são sempre reforçadas por *sanções* de várias ordens, de sentido positivo ou negativo, indo desde a recompensa até à desaprovação informal e à *punição* formal. [...] (grifo nosso).

A definição de “normas sociais” acima traz em destaque a palavra “prescrições” na pretensão de enfatizar o caráter coercitivo inerente às normas: prescrever é ditar como deve ser; é praticamente dar uma ordem a ser cumprida. No geral é como que cumprir uma regra ou um padrão definido; tanto é que logo a seguir vem “comportamento adequado ou correto”, reforçando a ideia de ajuste do comportamento humano no meio social. Mas essa definição parece insinuar que os comportamentos são exteriores, isto é, alheios aos indivíduos e existentes por si sós, sem a interferência maciça do indivíduo como criador das normas ou dos fatos sociais. O ser social seria um mero cumpridor de normas, não lhe cabendo o poder de intervenção, de ação, de modificação. Um ser passivo, alienado, simples recebedor de herança social. Se “Todos os grupos humanos seguem normas definidas”, resta a eles apenas obedecer às regras que vêm de cima para baixo; para a desobediência, restam as “sanções de várias ordens” ou a “punição”.

Esse modo de ver as normas sociais tem muito de verdade e há muita gente interessada em ver a realidade organizada perfeitamente segundo algum padrão bem definido; o que não seria tão ruim assim, se a sociedade fosse, diga-se, definitivamente padronizada, sem mudanças que contrariassem sua “unidade”, ou sem interesses que contestassem o estabelecido.

A esse pensamento opõe-se outro, que observa um comportamento sempre ativo na sociedade. Noutras palavras, os indivíduos são, por assim dizer, eternamente inconformados

¹ NORMAS SOCIAIS. In: Infopédia. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$normas-sociais](http://www.infopedia.pt/$normas-sociais)>. Acesso em: 11 fev. 2012.

com as ações sociais e praticamente não aceitam a ideia de prescrições ou padrões a serem seguidos indiferentemente. *A sociologia da ação* de Max Weber

buscará pensar a sociedade não em termos de padrões coletivos de conduta, mas sim através da ação dos agentes sociais. As normas, deste ponto de vista, não podem ser pensadas como padrões exteriores e preexistentes de condutas, mas devem ser vistas sobretudo como formas estabilizadas de orientações das ações dos agentes individuais, formas essas que podem apresentar regularidade mas não exterioridade. (ALVAREZ, 2004, p. 204).

“Padrões coletivos de conduta” supõem modelos consagrados por alguém que não seja o indivíduo, que está na condição apenas de cumpridor das normas; o que é diferente de “ação dos agentes sociais”, que sugere o ser humano como a ocupar o centro das atividades humanas, capaz de construir ou destruir modelos, conforme a necessidade individual, que se estende ao social. Essas “formas estabilizadas de orientações das ações dos agentes” é que permite aos indivíduos não se conformar às circunstâncias que pedem *inconfirmação*. O homem de Weber é o *homem agente*, conhecedor de suas necessidades e consciente de suas ações, por isso procura sempre se apoderar dos pensamentos garantidos na sociedade para deles tirar proveito, e não a eles se acomodar. É um modo de o homem não se comportar como um indivíduo submissivo diante do seu tempo. Defende os seus valores e não se curva diante de ideologias estabelecidas. Ilustrando, com um fato da história da língua:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (apud PINTO, 1978, p. 197).

O trecho é parte de um discurso (1897) do diplomata e ensaísta pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910), então secretário geral da Academia Brasileira de Letras. Caso se aceite que as normas são simplesmente prescritas, ou são padrões estabelecidos; que as normas são exteriores ao indivíduo e que ele nada mais tem que fazer senão obedecer a elas; caso se aceite o ideal de normas definidas, então seria improdutivo reagir à concepção de “raça pura” dos portugueses defendida por Joaquim Nabuco. O que se vê nas palavras desse escritor é resquício de *normas* do tempo: ser brasileiro, mas pensar como se fosse português, “expectativa social” frustrante para o Brasil. Se, como diz Faraco (2011, p. 273), na sociedade do fim do século XIX havia um “projeto da elite brasileira de construir uma sociedade branca e europeizada [...]”, diante dessa “raça [que] tem maior resistência” os brasileiros não passavam de raça inferior, de incapazes, restando a eles apenas sujeitar-se de vez à dominação portuguesa. Se essa era uma conduta “aceitável” na época – um afrontoso preconceito social e racial – era preciso que uma voz se levantasse em defesa de um brasileiro forte, capaz de também guardar sua cultura, sobretudo a língua. Curvar-se a essa ideologia era submeter-se ao jugo português.

Diante de tal situação é que o homem agente de Weber age, procurando um equilíbrio das normas mediante a construção de um novo jeito de pensar o mesmo fato. Para contestar juízos como o de Nabuco, da elite nacional ou parte dela, é que surgiu a contrapalavra de Batista Caetano (1826-1882), que, sem menosprezar a raça nem tratar o povo português com maior capacidade de “proteção” da língua, propõe um discurso mais racional, que prestigia o povo brasileiro e sua língua, que recusa a ideia equivocada de “deformação”: “Se há corrupção na linguagem de cá, ela se dá também na linguagem usada lá. O fato real é que *elas são diferentes* e mais nada. Dizer-se agora que a de lá é mais vernácula e mais conforme com a índole da linguagem é o que resta provar e o que se não prova.” (apud PINTO, 1978, p. 220) (grifo nosso).

O fato é que alguém que incorpore a visão de “norma social” como “norma definida”, não lhe resta mesmo outra saída senão se conformar com o posto, não crendo na possibilidade de reação contra a arbitrariedade. Suspeita-se mesmo que tal comportamento leve a uma acomodação do indivíduo perante sua realidade. Um fato linguístico como o que segue será tido por definido ainda que a ciência da linguagem mostre por todos os ângulos que já não é mais assim. Observe-se:

Neste *Socorro!*, os pescadores Felipe e Tininha deparam com a dificuldade de empregar certos pronomes pessoais.

Felipe usa frases como “você não viu ela arrumar as coisas em casa?”, “eu mandei ela trazer uma lata de iscas pro rio”, “fiz ela anotar” e “não posso deixar ela fazer nada sozinha”, que são bastante comuns nos registros orais.

Acontece que, na língua culta escrita, recomenda-se que os verbos *ver*, *mandar*, *fazer* e *deixar*, quando vêm seguidos de outros verbos no infinitivo, sejam usados com pronomes oblíquos, como, aliás, acontece em inglês, em francês e mesmo em latim.

Daí que as frases ditas por Felipe, na língua padrão, pudessem ter sido ditas das seguintes formas: “você não a viu arrumar as coisas em casa?”, “eu a mandei trazer uma lata de iscas pro rio”, “a fiz anotar” e “não posso deixá-la fazer nada sozinha”².

A lição ignora a atualidade da questão, como já se espera. As pesquisas linguísticas mostram que: a) não há uma separação rígida entre língua falada e língua escrita (formas dos registros orais não raro se ajustam muito bem nos registros escritos cultos); b) a língua padrão não é homogênea, como insinua o “acontece que, na língua culta escrita”; c) a norma aí apresentada é a norma subjetiva (“pudessem ter sido ditas”) e não a norma objetiva, real; d) não se fala pela gramática latina; e) se reforça o preconceito sobre a língua popular (“dificuldade de empregar certos pronomes pessoais”; ora, “Toda pessoa sabe a língua que fala.” (LUFT, 2002, p. 51); f) se desconsidera até mesmo a teoria gramatical que supostamente é defendida: “a fiz anotar”. Conforme Azeredo (2010, p. 259, grifo do autor),

² MARTINS, Solange. *Pronomes pessoais*. Nossa língua. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/nossalingua/pronomes-pessoais>>. Acesso em 24 ago. 2012.

“[...] são artificiais, se não irreais, inícios de frases como *O convidei* e *As espero* [...]”. Como se sabe – a propósito da expressão “língua culta escrita” –, (Cf. Faraco, 2008), *norma-padrão* e *norma culta* não são termos usados um pelo outro. Os primeiros representam os modelos idealizados de língua, geralmente expostos nas gramáticas tradicionais; os segundos, os usos reais usados pelas pessoas ditas cultas da sociedade.

Para evitar redundâncias, mostrem-se apenas como se veem as questões *a* e *b* na atualidade. Segundo Bagno:

Separadas como entidades monolíticas e estanques, como dois polos muito distantes entre si, a fala e a escrita também são analisadas no senso comum com base na dicotomia positivo/negativo, razão do adjetivo *maniqueísta* usado por Houaiss. Evidentemente, o polo positivo é reservado à escrita e o negativo à fala. Daí a frequente alegação de que é preciso eliminar “as interferências da fala na escrita”, como se tal quimera fosse possível [...]. (BAGNO, 2012, p. 345).

Bechara (2009) admite o *ele* objeto direto na norma-padrão, uso este severamente condenado por Almeida (1995, p. 172): “No Brasil, até mesmo entre doutos, comete-se na conversação o comezinho erro de dar para objeto direto o pronome do caso reto (caso nominativo, caso do sujeito), ouvindo-se a cada passo solecismos como estes: ‘Só vejo *ele* de tarde’ – ‘Pegue *eu*’ – ‘Olha *ele* ali.’” Este último exemplo, censurado por Almeida, é semelhante ao admitido por Bechara: “Olha *ele*!” (2009, p. 175).

Numa relação entre normas sociais e normas linguísticas, vê-se pelo exemplo de “Socorro!” que o *padrão* apresentado é entendido como realidade fixa e o povo deverá obedecer a tais regras definidas, passivamente, sem contestação, nem que para isso se recorde a origem (“como, aliás, acontece em inglês, em francês e mesmo em *latim*”), distraindo a realidade. Por isso a necessidade que tem o programa de forçar a fixação de uma norma-padrão, relativamente uniforme, em luta com a norma culta, mais heterogênea: será punido o usuário se a preferência é a alternativa menos usual ou enxotada pela tradição. Mas o comentário, à luz de dois gramáticos tradicionais, demonstra que em língua não se deve ignorar as alternativas de uso, na mesma variedade. No esquete exibido pela TV Cultura, a punição é bem representativa na imagem, em que uma das pessoas, a que “erra”, se mostra envergonhada diante da “barbaridade”.

Por ser oportuno, cabe aqui um conselho muito racional do linguista Carlos Alberto Faraco:

Obviamente, ninguém é obrigado a adotar as inovações. Qualquer um de nós pode perfeitamente ser mais conservador em matéria de língua. Mas o fato de ter uma atitude mais conservadora não lhe dá o direito de condenar os que usam formas inovadoras, em especial se elas já são correntes entre os falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e de escrita. E mais ainda, se elas já foram acolhidas pelos bons instrumentos normativos. (FARACO, 2008, p. 100).

7.2 O redesenho da língua no tempo

7.2.1 O pronome oblíquo iniciando a sentença

Com este texto pretende-se pôr em discussão o uso do clítico *me* no início da frase. Primeiramente, argumenta-se a atualidade da questão, apresentando-se tanto o posicionamento conservador quanto o mais liberal em torno do assunto. Em seguida, aponta-se a metodologia do trabalho, deixando claro o propósito de questionar lugares-comuns como “não se usa”, “deveria ser assim”, “isso também é português”, “qual é o problema de usar?”. Para tanto é necessário ouvir a voz dos gramáticos e dos linguistas sobre o assunto. E em conformidade com a metodologia adotada, faz-se um paralelo entre usos do passado e usos do presente, assunto que traz, como complemento, um recorte sobre a gramática normativa e seu modo de tratar questões de língua. A essa seção, segue-se uma palavra sobre norma linguística, com o fim de mostrar a língua como fato heterogêneo. Por fim, fundamenta-se o tema procurando responder a duas indagações centrais: É possível encontrar no passado da língua explicações para o presente? Existem razões históricas ou linguísticas que justifiquem a condenação do pronome *me* iniciando frase. Com isso, abre-se a perspectiva para um debate mais amplo da questão.

Frequentemente tem sido afirmado que o *me* não pode iniciar frase na língua portuguesa. Encabeçar a sentença com esse pronome é tido como agressão aos padrões normativos, o que tem rendido muita pendência, que vai desde estudiosos da língua (representados nas gramáticas e instruções linguísticas) a pseudoestudiosos (representados por manuais de jornais ou recomendações midiáticas, por exemplo).

As orientações gramaticais que prescrevem o “bom uso” da língua ainda vêm dominando o pensamento linguístico em torno dessa regra, sobretudo na comunicação eletrônica. O apego às tradições do português europeu tem resultado num ponto de vista nem sempre coerente com o estado atual da questão. É o que se nota em pensamentos como o do gramático Pasquale Cipro Neto, que, depois de apresentar a passagem de uma canção do grupo Biquíni Cavado (*Me arrependo do que /digo em frases incertas...*), afirma que “usar os pronomes, no começo da frase, é oficialmente errado.”³ Sem querer contestar a preferência do professor, compreende-se que pensamentos como esse, se, por um lado, dissimulam uma

³ NETO, P. Cipro. *Nossa língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/sintaxe/colocacaopronominal2-medisseramque.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

regra típica do português brasileiro, por outro, estimulam um comportamento alheio às aos estudos mais afinados com a realidade da língua brasileira, inclusive da modalidade culta. Muitas das perspectivas adotadas para a questão preveem que a proposta como a do autor acima, se não é insustentável, pelo menos é insuficiente para explicar a atual estrutura da língua brasileira no assunto em pauta. Segundo Silva (2004, p. 145), “Há ainda aceitação normal e generalizada dos clíticos na primeira posição da sentença, exceto os acusativos *o, a, os, as* (*Lhe disse que não viesse; Me passe esse livro*).”

A posição tradicional, com poucas exceções, tem procurado fixar um modelo de uso tido por único correto, sempre o clítico depois do verbo em início de frase. No entanto, já que é a língua um fenômeno dinâmico, mutável, indiferente ao “deveria ser”, é de se prever que o *me* iniciador de sentença é tão legítimo no português brasileiro quanto o uso clássico, não havendo motivos para a rejeição dessa particularidade sintática. Apesar da insistência em supervalorizar a ênclise inicial em gramáticas, em livros didáticos e na mídia — talvez no afã de se solidarizar com as regras europeias —, um número considerável de trabalhos vem mostrando resultados de pesquisas que rebatem a exclusividade dessa orientação.

A concepção de língua como fenômeno mutável ou variável tem sido investigada do século passado aos dias atuais. Silva (2008) procura encaminhar pressupostos teóricos que possam fundamentar possíveis respostas para indagações instigantes como: por que as línguas mudam? Como as línguas mudam no decorrer do tempo? E Martin (2003), justificando o casamento da história social com a história da língua, enfatiza que essas duas histórias são indissociáveis; elas se somam: o compartilhamento social da língua pressupõe a impressão da marca cultural nessa mesma língua. Assim, só pela história se saberá, por exemplo, que o uso mesoclítico “falar-te-ei” tem laços com o passado da língua (no português arcaico, o futuro se fazia por “falar te hei”, “hei de te falar”, uso hoje artificial. Ainda segundo Martin, ao lado do passado têm-se as ousadias do presente, como “xovê” para “deixa eu ver”, que, por sua vez, parece incomodar o “deixa-me ver”.

Afinado com o pensamento diacrônico da língua, Faraco (2007, p. 14) lembra que “é importante, de início, destacar que a mudança gera contínuas alterações da configuração estrutural das línguas sem que, no entanto, se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural e potencial semiótico* das línguas.”

Por outro lado, ainda que pelo viés de uma visão tradicional da língua, Cunha e Cintra (2008, p. 3) reconhecem que “a partir da nova concepção da língua como um DIASSISTEMA, tornou-se possível o esclarecimento de numerosos casos de polimorfismo, de pluralidade de normas e de toda a inter-relação dos fatores geográficos, históricos, sociais e

psicológicos que atuam no complexo operar de uma língua e orientam a sua deriva.” E o filólogo Manuel Said Ali (1966) destaca que, tanto em Portugal quanto no Brasil, as escolhas de colocações pronominais, peculiares a cada dialeto, são corretas por que são de uso geral.

Em conformidade com o que se disse, pretende-se nesta seção debater o uso do clítico *me* na primeira posição da sentença na escrita culta do português brasileiro.

Como se observa no dia a dia, seja no monitoramento dos professores, seja na mídia ou nas gramáticas, o uso do clítico inicial (exceto *o, a, os, as*, não usuais neste modelo) sofre estigmatização, atitude que tem resultado em conflitos, em sentimentos estremados, discussões que extrapolam os objetivos de explicação das estruturas linguísticas. Essa é a razão por que são identificadas opiniões como “língua errada”, “português estropiado”, “português escorreito e português deteriorado”, “não poderia ser assim”, “não se usa” que assumem posição clara de que o português considerado é o de Portugal. É o que diz Cipro Neto, inclusive fazendo referência a um “português culto”, mas sem explicação do termo: “No português de Portugal e no português culto, isso não poderia ser assim. Deveria ser ‘Leve-me’, ‘Deixe-me’, ‘Persigo-te’, ‘Arrependo-me’ e assim por diante.”⁴ São defesas como essa que motivam o debate em torno dessa sintaxe. Para tanto nos valem de autores abalizados no assunto, como Teyssier (2004), Silva (2004), Perini (2007), Cunha e Cintra (2008), Faraco (2008), Bechara (2009), Aguilera (2009), Azeredo (2010).

7.2.1.1 O que dizem os gramáticos

O século XX, período em que praticamente o Estado brasileiro se impõe como construtor de intelectualidade em relação a Portugal, foi um século farto na produção de conhecimento gramatical. Contudo não se trata de dissertar a respeito dessa produção, mas somente apresentar o que pensavam alguns gramáticos a respeito de fatos isolados da língua, como a sintaxe dos pronomes, por exemplo, que, por capricho advindo de filiação teórica ou de posição pessoal, sempre foram motivo de divergências na língua.

A seleção desses autores não obedece à lógica cronológica nem tem preferência por esta ou aquela posição doutrinária, uma vez ser a exposição dedicada a mostrar a posição tomada na condução da normatividade da língua. São gramáticos como Francisco da Silveira Bueno (1958), Manuel Said Ali (1966), Gladstone Chaves de Melo (1980), Napoleão M. de

⁴ NETO, P. Cipro. *Nossa língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/sintaxe/colocacaopronominal2-medisseramque.htm>>. Acesso em 24 fev. 2012.

Almeida (1995), Evanildo Bechara (2009), José Carlos de Azeredo (2010) e outros. Não se trata de propor uma revisão teórica desses autores, mas de procurar uma “brecha” que possa iluminar os motivos das polêmicas sobre o *me* iniciando frase.

Assumindo uma postura maleável, Cunha e Cintra observam que há diferença entre o português de Portugal e o português do Brasil no uso de pronomes átonos, mormente no começo das frases. Argumentam os autores: “A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.”⁵ Em seguida, sustentam: “Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*: Me arrepio todo... [...]”⁶

Evanildo Bechara (2009, p. 588), manifestando posição mais conservadora, sustenta que “não se inicia período por pronome átono: ‘Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas.’”. Reconhece uma característica importante da próclise, ao concordar que ela dá “à expressão encantadora suavidade e beleza” (Silveira Bueno); mas, abalizado no conceito de “língua exemplar”, reforça que iniciar a frase com tal pronome (para o nosso caso, *me*), ainda que no “falar espontâneo”, é desrespeitar o princípio da ênclise.

José Carlos de Azeredo (2010), centralizando seu estudo na modalidade falada, observa que “o conhecido hábito brasileiro de ‘começar frase com pronome átono’ [é] fato que em épocas não tão remotas causava horror aos gramáticos puristas.” (AZEREDO, 2010, p. 259). Com isso, certamente sugere que tal uso vem ganhando força e ocupando espaços antes negados pela prescrição tradicional. Tanto é que a próclise ganha privilégio de regra majoritária, ao afirmar que “[...] a colocação do pronome oblíquo átono antes do verbo que o rege – próclise – é a posição mais comum nas variedades de português faladas no Brasil.” (AZEREDO, 2010, p. 260). Isso não deixa de ser um reconhecimento de que esse uso, entre os quais o que inicia a frase (“Me espera aqui”, “Me larga”) nada tem que ver com desrespeito a um princípio, mas uma preferência popular por uma norma.

No geral, os autores se recusam a dar ênfase à modalidade escrita no que se refere à próclise com o pronome *me* inicial. Tal reserva parece aceitar o distanciamento, “propondo” uma divisão estanque entre a modalidade escrita, mais prestigiada, e a falada, menos prestigiada, evitando-se o sincretismo inerente às duas modalidades da língua.

⁵ CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. p. 330.

⁶ Id., p. 331

Dos autores citados, Cunha e Cintra tratam o *me* inicial como “característica do português do Brasil”. Se por essa generalização se infere que fala e escrita estariam em pé de igualdade no reconhecimento da norma, seria uma decisão feliz. Teyssier (2004, p. 106) é categórico: “[...] notaremos que o português brasileiro aceita naturalmente o pronome átono em início absoluto de frase (*Me parece que; me diga uma coisa*) [...]”; ainda que essa referência esteja colada na modalidade falada, é igualmente justo admitir que na escrita, conquanto menos que na fala, essa particularidade da próclise não é estranha em texto onde comumente se espera a rigidez clássica, como nesta frase de matéria jornalística: “Me chamaram de nazista, fascista, racista, quando fui dar uma palestra na UnB.”⁷ Ou nesta de um livro: “Me espanta constatar que essa ideia de que ‘não sabemos falar o português; só uns muito poucos é que sabem!’ é uma das mais arraigadas, das mais inculcadas, que resiste a toda e qualquer argumentação em contrário.”⁸

Bechara se solidariza com a normatividade e não reconhece tal uso como típico do português do Brasil; tratamento bem diferente que esse autor dá ao pronome *ele* acusativo, que, aliás, parece ser alvo mais claro de rejeição. Ao falar do emprego dos pronomes, assumindo o reto a função de sujeito e predicativo e o oblíquo a de complemento, admite o gramático (2009, p. 173) que “há casos, entretanto, em que esta norma pode ser contrariada. Assim é que pode ocorrer a forma reta pela oblíqua: a) quando o verbo e o seu complemento nominal estiverem distanciados, separados por pausa: Subiu! E viu com seus olhos / *Ela* a rir-se que dançava. [...]” Não cabe aqui entrar em pormenores a respeito de a norma poder ser contrariada ou do distanciamento entre verbo e complemento nominal; contudo, trata-se de um posicionamento mais aberto, em que se justifica certa adesão ao uso da língua.

José Carlos de Azeredo justifica o uso como típico da fala brasileira, qualificando “Me espere aqui” como *geral*, o que significa coerência à metodologia que leva em conta a língua como processo de comunicação, a língua como fato social. Contribuição capital para a descrição do português brasileiro.

Não seria excessivo que as gramáticas, no século XXI, dispensassem um tratamento mais justo para o pronome iniciante de frase, não só porque o usuário não sente isso como erro⁹, a não ser motivado por lembranças pedagógicas, mas também porque não é desabonador um compromisso mais alinhado com o uso, que procure “legitimar” aquilo que já é dessa forma considerada na coletividade. É espantosa a frequência dessa especialidade da

⁷ Disponível em: <<http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=3820>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

⁸ ANTUNES. Irlandé. *Muito além da gramática...* São Paulo: Parábola, 2007.p. 28.

⁹ Não é nosso propósito explorar neste trabalho a complexidade desse termo, mas apenas, por necessidade imediata, fazer referência a sua noção corriqueira quando o assunto é “erro gramatical”.

próclise tanto em textos mais técnicos, como se mostrou acima, quanto na literatura, como na canção “Me deixe mudo”¹⁰, de Chico Buarque:

Não diga nada
 Saiba de tudo
 Fique calada
Me deixe mudo
 Seja no canto, seja no centro
 Fique por fora, fique por dentro
 Seja o avesso, seja a metade
 Se for começo fique a vontade
 Não me pergunte, não me responda
 Não me procure, e não se esconda

7.2.1.2 Português – presente e passado

O passado de qualquer bem cultural compromete o sentido de “estabilidade”, pelo menos em algum dos seus aspectos. É que as culturas são rebeldes a qualquer comportamento que as force a um estado de “fixação”, ou seja, a negação da volta ou de perspectivas para novos desenhos. O poeta Drummond brincou com essa façanha, na crônica *Antigamente*¹¹:

Antigamente, as moças chamavam-se *mademoiselles* e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo não sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio. E se levavam tábua, o remédio era tirar o cavalo da chuva e ir pregar em outra freguesia.

A língua rodeia essa ideia. Quando se lê um texto arcaico, do tipo cantiga de amigo, a dificuldade de compreensão se impõe. Ainda que em português, são textos estranhos, justamente porque “os sistemas linguísticos são, por natureza, sistemas instáveis.” (MARTIN, 2003, p. 152). As estruturas de hoje, num volume estupendo, são diferentes das estruturas de séculos passados.

Se outrora (1537) se dizia com naturalidade “Eu elRey ffaço saber a vos lemtes officiaes e estudantes da vniversidade dos meus estudos de Coimbra que eu ey por bem que emquanto não for elegido Reitor esses estudos [...]” (apud TARALLO, 1990, p. 193), atualmente “for elegido” é construção que soa artificial, pedante, gasta, o que a faz afastada da boca do povo, da escrita geral e da pena dos escritores modernos.

Como numa espécie de simbiose, a história penetra na língua e a língua penetra na história e disso resulta uma preferência, uma construção nova para representar um conceito

¹⁰ Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/899859/>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

¹¹ Disponível em: <<http://www.janainamos.com/2009/05/antigamente-carlos-drummond-de-andrade.html>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

novo, um nome novo para nomear algo novo e assim a língua vai se fazendo e refazendo: é um renovar-se constante. Como diz Coseriu:

A língua se faz, mas o seu fazimento é um *fazimento histórico*, e não cotidiano: é um fazimento num quadro de permanência e de continuidade... Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de “objeto histórico”. Um objeto histórico só o é se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão. (COSERIU, 1979, p. 237-8, grifo do autor).

7.2.1.3 A gramática normativa

Insensível à mudança desde os filólogos de Alexandria, que viam na mudança não um aspecto inerente à língua, mas deterioração, ruína, a gramática tradicional varou o tempo investindo na ideia da língua fixa, representada no modelo dos grandes escritores. Fora daí é erro e corrupção da língua. E é assim que, nos tempos modernos, por mais que seja uso respaldado na modalidade culta da língua, inclusive na escrita formal, *me* inicial de frase é condenado em gramáticas, livros didáticos e manuais de orientação do “escrever corretamente”. Não é por outro motivo que Ali (1966, p. 58), no seu tempo, já se sentia insatisfeito com a arbitrariedade da gramática tradicional diante dos fatos da língua:

A nossa maneira fantasiosa (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos linguísticos têm o seu histórico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receiosa [sic] da mutabilidade, por cima do nosso idioma, a túnica de Néssus¹² das regras arbitrárias e inflexíveis.

Por esse motivo é que não se vê fundamento na prática de inibição das regras da língua. As normas são plurais e, além disso, certas delas muito produtivas nas suas circunstâncias normais de uso, podem migrar para outras instâncias. Fora do capricho, nem se nota mais que “Assisti o jogo”, forma tão combatida pela tradição, é funcional e aceita ao lado de “Assisti ao jogo”. De igual modo, “implicar”. “No significado de *resultar* é transitivo direto: *Isto implica erro.*”¹³; no entanto se constrói hodiernamente com a preposição *em*: “seu transporte [do café] implica [...] em danificação das embalagens.”¹⁴

Ao lado de pensamentos profundos de gramáticos e filólogos tradicionais, a “túnica de Néssus das regras arbitrárias” se ressentia excessiva em posições como esta, de Coutinho (2005, p. 335): “Nas camadas populares, porém, onde não se conhecem as leis da gramática, as discordâncias neste ponto são patentes. Enumeremos as principais: a) a colocação dos pronomes oblíquos: *Me disseram [...]*”. Não havendo necessidade de comentar a palavra

¹² Segundo a mitologia a túnica de Néssus é um símbolo de vingança.

¹³ BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 576.

¹⁴ Apud BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*, 2002. p. 840.

“leis”, que semanticamente remete a “dogma”, é do conhecimento científico, inclusive já na época do autor, que qualquer camada social fala gramaticalmente correto sua variedade de língua e o *me* inicial não é uso exclusivo dos populares, como estes exemplos: “Me explica com que cara eu vou sair” (“Eu te amo”, C. Buarque)¹⁵; “Me vem depressa à cabeça a pergunta: *nosso de quem?*”¹⁶; “Me comunicam muito em secreto que a Espanha tem resolute romper guerra com a França”¹⁷ (Padre Antônio Vieira).

7.2.1.4 Normas linguísticas

É de pouco bom-senso apontar o “correto” na língua, como uma seta lançada ao tabuleiro. As pesquisas linguísticas chegaram a resultados esclarecedores no que tange às estruturas da língua. Qualquer brasileiro diz, com naturalidade “Perguntou ao companheiro”, como nesta frase: “Damião perguntou ao companheiro: — O Doutor foi?”¹⁸, mas recusa “perguntou-os”, com o pronome complemento *os* para o verbo *perguntar*: “E o ermitan, pois vio *ele* e seus companheiros e falou com eles muitas cousas, perguntou-os.” (SILVA, 2006, p. 172). Por isso, a seguinte indagação deverá ser feita com reserva em relação ao português moderno: “Falar ao... ou falar no telefone?”, pergunta-se frequentemente e frequentemente ordena-se a primeira opção. Neves (2003, p. 76-7, grifo da autora), depois de falar sobre as recomendações dos manuais normativos, diz: “Entretanto, também é usual, embora com frequência menor, a construção com a preposição **em**.” E dá alguns exemplos, clássicos e modernos: “Ele **fala AO MICROFONE**”, “Quando **falamos no microfone**, existe uma membrana metálica, a qual será comprimida e descomprimida pela pressão do ar”; “Um auxiliar **está AO TELEFONE**, tentando completar a ligação”; “Você **estava no telefone?**”.

Num e noutro comentário, trata-se de normas. No primeiro, duas normas em dois polos históricos diferentes: português brasileiro moderno/português arcaico; no segundo, normas de uso em um mesmo estado sincrônico. Concordando com Cunha e Cintra (2008, p. 7): “Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico.”

¹⁵ Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/79060/>>. Acesso em: 9 nov. 2012.

¹⁶ Cf. BRITTO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 135-54. p. 144.

¹⁷ Apud BUENO, F. da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1968, p. 381.

¹⁸ Cf. BORBA, Francisco S., op. cit., p. 1190.

E acrescenta-se que muitas dessas “escolhas” não nascem e ficam presas à situação de uso que as criou. Elas podem oscilar entre as variedades popular e culta e, por consenso, tornarem-se comuns nesta última. Por isso os autores se referem à *dinamicidade* da língua. Ela não se deixa “aprisionar-se”. Ela não admite o “deveria ser assim”. Como diz Faraco (2008, p. 104), “não dispomos de meios para cercá-la, para riscar um traço a seu redor, para desenhar uma linha que a contenha”. A língua não é massa de manobra de um idealismo qualquer; ela é resultado de um construir-se contínuo e demorado das escolhas dos falantes que, se fazem parte de segmentos sociais deferentes, certamente convencionam estruturas linguísticas diferentes. A língua sempre conviveu com a guerra das variantes, das mudanças, das escolhas plurais e é um contrassenso conjecturar que os falantes se embaraçaram ao usá-la. As normas não são ingênuas; elas obedecem a critérios amadurecidos na experiência social, amadurecidos nas possibilidades das escolhas, geralmente inconscientes, que o povo faz de qualquer objeto cultural. Em uma palavra, a língua é um feixe de possibilidades. E a norma culta, sendo uma delas, como qualquer variedade, não está a salvo das leis da seleção. O que torna difícil ajustar uma escolha à arbitrariedade do “certo” e do “errado”, especificamente em alusão a “escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de um sistema linguístico”, como disseram os autores acima.

A referência a “idealismos” acima tem suas reservas: não se estende à tradição que soube descrever a norma culta da língua pelo ponto de vista literário, gênero que por muito tempo dominou a prática da escrita no Brasil. Ainda que obedeça a um manejo singular, a literatura também é uma forma de uso da língua, e em muitas situações suas estruturas se amoldam aos hábitos linguísticos do jornalismo.

Até onde nos cabe saber, não existe uma alegação convincente, satisfatória, lógica para condenar o uso inicial do pronome oblíquo *me* na variedade culta da língua, ao lado da outra, clássica. É uso consagrado e não é de hoje, como atesta este exemplo de carta do Século XIX, de remetente culto (apud Aguilera et alii, 2009, p. 104): “Me parece que não proponho, nem tenho pedido nenhum de propósito [sic], para que até hoje não tenha sido atendido, e tenha de ver a officina continuar no estado pouco lisongeiro em que a consideram.”

Se entre as alegações emergirem opiniões do tipo “não é uso abonado pelos clássicos da literatura”, não justifica, pois além de ser uma escolha redutora (arte literária), geralmente não abarca os escritores atuais, que usam um estilo mais brasileiro, um tanto diferente dos clássicos do século XIX. Acredita-se que para haver mais justiça, quanto à descrição da norma culta brasileira, é lícito que “a gramática seja (pelo menos em um primeiro momento)

uma descrição do português-padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística.” (PERINI, 2007, p. 88), sem, no entanto, desprezar a literatura, sobretudo da atualidade. É um ponto de vista mais abrangente: tem a vantagem de desvincular o “português-padrão” da exclusividade da literatura clássica, sem desprezá-la; e a popularizar os usos que estão diretamente relacionados com a leitura diária do povo. Além disso, é uma proposta que traria o benefício de abafar os preconceitos do “deveria ser assim”, do “não se inicia...”, ainda tão divulgados pela mídia e pelas gramáticas de cunho puramente tradicional.

Como se questionou no início: a) é possível encontrar no português do passado argumentos que contribuam para o esclarecimento do português do presente? b) há razões históricas e linguísticas para se condenar o uso do clítico iniciando frase?

Quanto à primeira indagação, o estudo demonstra haver um caminho aberto à compreensão da língua como um fenômeno mutável, sempre a caminho de um novo desenho. Se tal fato é mal compreendido, certamente é porque as mudanças geralmente são tratadas como “erro”, “língua arruinada”. Mas, por mais que essa ideia se avolume, não passa de um capricho que, ao que parece, por predestinação tem-se que levar adiante. No entanto, a língua tem mostrado que vence na prática. E o ideal de “erro” cai no vazio histórico: embora o *Appendix Probi*¹⁹ recomendasse que o certo fosse “speculum non especlum”, “auris non oricla”, “ansa non asa”, “persica non pessica”, quem imaginaria que essas palavras iriam resultar em *espelho, orelha, asa e pêssego*? Diz Lemle: “Mas as recomendações de Probus [sic] não foram atendidas pelos falantes do latim vulgar. Basta observar as traduções dos exemplos, para perceber que a língua portuguesa é a continuação da forma do latim que Probus rejeitava: o latim do vulgo, da plebe, do povo iletrado.”²⁰ E em seguida, para os seus propósitos, que coincidem com os deste texto, argumenta: “O exemplo do *Appendix Probi* foi utilizado para mostrar que o menosprezo de um grupo de falantes pelo modo de falar de outro grupo de falantes é algo que se repete continuamente em todos os tempos, em todas as partes, em todas as sociedades.”²¹

Assim, se “temos nosso modo de usar o pronome, e não há por que lutar contra isso”²², qual será então o motivo da luta? Deve ser “a concepção de padrão como camisa-de-força e

¹⁹ “Recebeu o nome de *Probi* decorrente do fato de esta fonte ter sido encontrada anexada a um texto gramatical de Valério Probo, que viveu no século I d.C. e daí terem alguns preferido, inicialmente, a expressão *Appendix ad Probum*.” (NETO, Serafim da S. *Fontes do latim vulgar*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ8_06.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

²⁰ LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios; 104). p. 47.

²¹ Ibid. p. 47.

²² NETO, P. Cipro. *Nossa língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/sintaxe/colocacaopronominal2-medisseramque.htm>>. Acesso em 24 fev. 2012.

todos os preconceitos daí advindos.” (FARACO, 2008, p. 79), opção cara à índole do português brasileiro. Não há nenhuma justificativa que assegure que “deveria ser ‘Leve-me’, ‘Deixe-me’, ‘Persigo-te’, ‘Arrependo-me’ e assim por diante.”²³ Opinião como esta (“deveria ser”), por desajustada à natureza da língua – admitir variante – apresenta-se oca por desprovida de realidade consistente. Por esse motivo é que se acredita ser a norma-padrão carente de ajustes, em especial nesta questão da colocação dos pronomes átonos.

Quanto à segunda questão, motivo histórico que justifique o desprezo por esta construção, só pode ser: a) a subserviência dos estudiosos aos padrões europeus, que construíram as gramáticas imitando servilmente a gramática portuguesa, desprezando (salvo exceções) a influência da língua do Brasil; b) a obsessão à normatividade. É certo que esse legado histórico não justifica, mas tem peso. Não é por outro motivo que toda vez que se tem de justificar a regra clássica, reduz-se a questão ao âmbito do vestibular e dos concursos, não levando adiante as verdadeiras discussões em torno do fenômeno. Assombra, mas, como diz Labov:

O ponto de vista do presente estudo [sociolinguística] é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008, p. 21).

Sendo assim, é de se aceitar a eterna dinâmica sem susto, pois assim como não se pode evitar um trovão, nada se tem a fazer, a não ser conformar-se com a variação e a mudança. No espaço escolar, “o mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde” (Castilho, 2004, p. 29).

Essa proposta encaminha aos conceitos de *variável* e *variante*, que, por sua vez remetem à variação. Sempre deparamos com frases do tipo “peguei”, “peguei o menino”, “peguei ele” e “peguei-o”, que dizem a mesma coisa: são variantes desse uso; e variável esse conjunto de variantes. Ciente disso, a variação linguística quer dizer os modos peculiares de usar a língua em conformidade com alguns fatores sociais: a classe social, a idade, o grau de estudo, o lugar, o tempo, a situação etc. Desses fatores resultam (exemplos de falantes de Balsas/MA): variação diacrônica, aquela que se dá através do tempo: “adjutório” (fala de uma idosa), para o que se prefere hoje “ajuda”; variação diatópica, diferenças linguísticas relativas ao espaço geográfico: em Balsas/MA se fala “tu fez”; em São Luís/MA, ainda se fala “tu fizeste”; variação sociocultural, diferenças procedentes dos diferentes estratos sociais: “Só vô no Hiper na terça” (gente pouca escolarizada); “Só vou ao Hipermateus na terça-feira”

²³ NETO, P. Cipro. *Nossa língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/sintaxe/colocacaopronominal2-medisseramque.htm>>. Acesso em 24 fev. 2012..

(professora); variação diamésica, geralmente associada à convicção de que se fala como se escreve. Praticamente todos pronunciam “*fizéro*”, talvez convictos de que falam “*fizeram*” (Cf. Ilari e Basso, 2011, p. 180-1).

Outra coisa é a mudança. Praticamente em todo o Brasil (Cf. Faraco, 2005, p. 22) a palavra *sal* é pronunciada como se fosse escrita “*saw*”. A lateral /l/ em final de sílaba se vocalizou em /w/. Pode-se dizer que nesse caso houve mudança sonora, pois é pronúncia estabilizada, embora em alguma região se pronuncie o /l/ como consoante lateral velarizada. E assim, *mal* rima com *mau*, *fiel* com *céu*, *gol* com *dou*, *bolsa* com *louça*. Essa é apenas uma ilustração relativa ao campo fonético-fonológico, mas a mudança se dá em todos os níveis da língua (fonético-fonológico, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, pragmáticos).

Para Silva (2004, p. 166):

Pode-se tentar reconstruir o passado de uma língua, tanto numa perspectiva intralinguística, estritamente diacrônica, tradicionalmente chamada essa orientação de história interna, como inter-relacionando os fatores linguísticos diacrônicos com fatores sócio-históricos ou da história social em que essa língua está inserida, tradicionalmente chamada essa orientação de história externa.

Assim, se se admitir que a sintaxe “*Ô leva eu [...] / Que eu também quero ir*” (Os cantores de Ébano²⁴, grifo nosso) é produto de influência de língua africana, por exemplo, essa conclusão está relacionada à história externa da língua. Já a conclusão de que palavra “*formoso*”, do português atual, veio do latim *formōsus*, que, por metátese (o *r* alterou sua posição no interior da palavra), passou a *fremoso* no português arcaico, leva a um resultado alcançado segundo a orientação estritamente diacrônica (história interna). Observe-se que, além da metátese, houve também uma dissimilação vocálica.

Entre outras vantagens pedagógicas, lidar com esses conceitos significa inserir o aluno no conhecimento das variações linguísticas em funcionamento na sociedade, mediante a pesquisa; é também desmitificar a concepção segundo a qual o português brasileiro é uma língua uniforme.

7.2.1.5 O “me” iniciando frase, justificando esse uso

Evanildo Bechara (2009, p. 588) é categórico ao sustentar que “não se inicia período por pronome átono: ‘Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas.’” Em parte tem esse autor razão, trata-se de regra clássica, de uso difundido por escritores respeitados. É

²⁴ Disponível em: < <http://www.vagalume.com.br/os-cantores-de-ebano/leva-eu-sodade.html>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

compreensível que se comporte a favor dele: como vai ser avaliado pela tradição, se mudar de opinião? Se certas instituições, como o vestibular e os concursos, sempre tiveram esse autor como referência, de que forma se vai justificar a aceitação de um uso estigmatizado? Se ainda se conserva a ideia de que se fala e se escreve “português” e não “brasileiro”, como se sairá com uma construção comum do falar (e do escrever) brasileiro?

Por outro lado, a pretensão de justificar a regra unicamente pelo viés da norma subjetiva pode parecer uma preferência um tanto colonialista, como se o português do Brasil fosse inferior ao de Portugal e por isso devesse esse uso ser eliminado, recebendo a ordem “não se inicia”, posicionamento manifesto já em escritores do século XIX. Após falar da contradição, no século XIX, entre escritores conservadores, apegados a uma tradição do português europeu, e escritores inovadores, mais inclinados à nacionalidade e cultura brasileira, Sousa e Barreto assim se pronunciam, em relação a esses últimos:

Essa elite de escritores, representada por José de Alencar, embora expressando o desejo de tornar a língua culta escrita com mais características da variedade brasileira, esbarra também no desejo de manter essa mesma língua mais afastada do português comum falado, com traços do português popular. Há, no imaginário desses letrados, uma visão da língua portuguesa culta europeia como representativa de superioridade cultural, de índice de civilização. Portanto, um estilo brasileiro não se imporia sem limites, considerando-se uma sintaxe desse português já tão diferenciada do português europeu. Uma clara evidência de um preconceito linguístico, que vai, também, se consolidando, e que, ainda no século XXI, permanece em vários contextos sociais. (SOUSA; BARRETO, 2009, p. 176).

Por outro lado, se há inibição por parte das instituições, mais afeitas à tradição gramatical, na necessidade do reconhecimento do uso elas é que deveriam se adaptar a ele (uso), e não o uso se adaptar a elas; do contrário, essas instituições se tornariam mais poderosas que a língua, hipótese que vai de encontro ao bom senso; afinal, é visto como “erro” apenas nos compêndios, mas na intuição do falante, não. E se, por questões ideológicas, nega-se certo matiz da língua brasileira, isso beira o contrassenso, pois as diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil exigem um olhar diferenciado, em particular nesse aspecto. Logo, parece forçada a proposição que começa com “não se inicia” e termina com “princípio desrespeitado”. Como é que se justifica um usuário da língua desrespeitar a língua? A escolha de uma forma é governada pelo uso, o que quer dizer que se ele, o falante, escolheu “Me dá um cigarro”, é porque esta forma é uma possibilidade no sistema da língua. Ademais, as normas cultas e as normas populares não são separadas socialmente, elas são intercambiáveis, elas se atravessam; por isso não estão impedidas de adentrar na norma culta da língua construções tidas por populares. Referindo-se à norma culta da língua, diz Faraco:

Obviamente, esses dois fatos – a norma culta ser variável e haver diferenças entre a fala culta e a escrita culta – são, de novo, determinantes de flutuações, desbordamentos e mudanças. De um lado, as fronteiras nunca são bem precisas e, de outro, inovações na fala culta (sempre

menos conservadora que a escrita) alcançam inexoravelmente a escrita culta – mesmo que continuamente condenadas por certos comentadores gramaticais. (FARACO, 2008, p. 54).

Por essa razão, a expressão “não vitoriosa” para a questão em pauta fica sem força. A luta da língua pode não ser como a luta do boxeador: apito final, um saiu vitorioso, outro derrotado. Se “as fronteiras nunca são bem precisas”, a vitória pode estar no emaranhado das linhas divisórias. Qual brasileiro culto não inicia a frase (na fala ou, mais acanhadamente, na escrita) com o pronome *me*? Não será esse um desses casos de “inovações da fala culta” que alcançou a escrita culta? Por esses motivos, é mais prudente concordar com Cunha e Cintra (2008, p. 331): “Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*: Me arrepio todo... [...]”.

Sem cerimônia, escreve-se hoje no Brasil “Essa criatura acaba comigo. Me enlouquece! Me mata!”²⁵ Já no Século XIX se escrevia: “Me parece que não proponho [...]”²⁶.

A preferência pela próclise não é gratuita. Segundo Azeredo (2010, p. 259),

a próclise do pronome é a posição mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil, onde a raridade das formas *o/a/os/as* [...] é responsável por uma situação peculiar: os pronomes átonos mais comuns são iniciados por uma consoante – *me, te, lhe, se* (reflexivo). A posição proclítica em que ordinariamente são colocados favorece o relevo fonético desses pronomes, tornando-os semitônicos. Nas frases coloquiais *Me larga, Te peguei, Se manda daqui* fica nítida a pronúncia semitônica dos pronomes.

7.2.2 O pronome ele objeto direto

As recomendações introdutórias e metodológicas da seção anterior se repetem neste texto. As preferências às orientações que fizeram história no tempo de Rui Barbosa se repetem hoje. O gramático Pasquale Cipro Neto, depois de forjar um diálogo em que dois amigos usam *ele/ela* acusativo, comenta: “Há quem brinque com esse tipo de construção da frase: ‘Eu vi ela, tu rua, ele avenida...’”²⁷ E acrescenta:

No português falado do Brasil, na língua do dia a dia, o pronome reto (eu, tu, ele, nós, vos e eles) assumiu definitivamente o papel de complemento verbal. Nós dizemos, no dia a dia, “faz tempo que não vejo ele”, “eu vou encontrar ela amanhã” e por aí vai. Isso não está no padrão formal da língua portuguesa. O correto seria: “Faz tempo que não o vejo”. “Eu devo encontrá-la amanhã.”²⁸ (grifos do autor).

²⁵ Cf. BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*, 2002. p. 1016.

²⁶ Cf. AGUILERA, Vanderci de Andrade, (org.). *Para a história do português brasileiro: vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009. VII. tom. I. p. 106.

²⁷ NETO, Pasquale Cipro. *Nossa Língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/morfologia/pronomesusocultoepopular2.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

²⁸ Id.

E arremata, sem esclarecer de que padrão formal se trata: “No padrão formal, frases como ‘Faz tempo que não vejo ele’ não são aceitas de jeito nenhum, mas são tão usadas que acabam se tornando uma tendência em outros ambientes linguísticos [...]”²⁹.

A crítica dirigida não se dilui na escolha do gramático, mas no desrespeito à variante por ele não aceita. Muitas das perspectivas adotadas para a questão preveem que propostas de autores como Cipro Neto para descrever a língua culta são insustentáveis na atual estrutura da língua moderna. Neves (2000, p. 453, grifos da autora), depois de apresentar o uso clássico (*Deixa-ME falar-lhe de minha felicidade*), acrescenta: “Também é comum, na conversação, o emprego dos **pronome tônicos** como **sujeito do infinitivo**, nessas construções [...]: (*Nem vi ELA gerner*)”. E em seguida, conclui: “Entretanto, essa construção já aparece em textos literários (*Mas foi apenas um instante de desconfiança, o dele, e ele sorriu pegando-a, toda e suave como ela era, e tão curiosa como uma mulher é curiosa, o que fez ELE se lembrar de sua esposa*)”.

O interesse pelo assunto *ele* acusativo é marca histórica nos estudos de língua portuguesa; sempre esteve em algum momento da história. Tal interesse chega à atualidade com Neves (2000), Bagno (2001), Silva (2004), Faraco (2008) e tantos outros autores, mas a questão parece ter esbarrado nas preferências particulares de modo que se faz oportuno rever o fato que nem sempre foi discutido com seriedade. Contudo, agora pela via que leva aos motivos dos conflitos que rodeiam esta escolha.

A visão tradicional tem procurado fixar um modelo de uso tido por único correto, o clítico assumindo a posição de complemento e o reto a de sujeito ou de complemento preposicionado (Emprestei *a ele* o dinheiro). No entanto, uma vez que a língua é um fenômeno indiferente ao “deveria ser”, é de se prever que *ele* em função acusativa é tão legítimo no português brasileiro quanto o uso clássico, não havendo motivos para a discriminação. Mas a sociedade pode reagir, argumentam alguns. É certo que isso pode ser verdade, mas muito mais motivada pelo senso comum, pela orientação pedagógica de via única, que nunca levou a sério a pluralidade da língua.

Em conformidade com o que se disse, pretende-se com este trabalho debater o uso do pronome *ele* na posição de objeto direto na *norma culta* do português do Brasil, sem nenhuma pretensão de obscurecer a sintaxe literária conhecida. “Norma culta” é expressão aqui empregada “para designar os fatos de língua que este grupo social mais diretamente afeito às

²⁹ NETO, Pasquale Cipro. *Nossa Língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/morfologia/pronomesusocultoepopular2.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

atividades de escrita usa correntemente em situações formais de fala e na escrita [...]” (FARACO, 2004, p. 39).

Como se observa diariamente, seja no monitoramento dos professores, seja na mídia ou nas gramáticas, o uso do *ele* acusativo não tem merecido avaliação propriamente linguística, postura que tem resultado em conflitos, em sentimentos estremados, discussão que extrapola os objetivos de explicação das estruturas linguísticas e desemboca na arrogância da ideologia linguística. Esta é a razão por que são correntes opiniões como “língua errada”, “português estropiado”, “português escorrito e português deteriorado”, “não poderia ser assim”, “não se usa”, “deve ser hoje evitada”, que assumem posição clara de que a sintaxe em questão não é legítima.

7.2.2.1 O que dizem os gramáticos

Ao assumir uma postura maleável em torno da língua, isto é, ao admitir a língua como um fato variável e mutável, Cunha e Cintra observam que há diferença entre o português de Portugal e o português do Brasil, mas contrariam esse posicionamento diante do fenômeno aqui abordado, o uso do pronome *ele* como objeto direto. Argumentam os autores (Cunha e Cintra, 2008, p. 302, grifos dos autores): “Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito frequente o uso do pronome *ele(s)*, *ela(elas)* como objeto direto em frases do tipo: Vi **ele**. Encontrei **ela**. Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada.”

Almeida (1995, p. 426), ao se referir a essa sintaxe, sem economizar intolerância, manifesta o repúdio, reforçadamente: “O que é errado, erradíssimo, é dizer ‘leve ele’ [...]”

Evanildo Bechara (2009, p. 173-5) firma a norma tradicional segundo a qual o pronome pessoal reto funciona como sujeito e predicativo e o oblíquo como complemento, mas admite uma quebra da regra: “Casos há, entretanto, em que esta norma pode ser contrariada. Assim é que pode ocorrer a forma reta pela oblíqua: a) quando o verbo e o seu complemento nominal estiverem distanciados, separados por pausa (Subiu! E viu com seus olhos. / *Ela* a rir-se que dançava); [...] c) precedido de *todo*, *só* e mais alguns adjuntos, pode aparecer *ele* (e flexões) por *o* (e flexões): ‘No latim eram quatro os pronomes demonstrativos. *Todos eles* conserva o português’”. Abalizado em conceito de “língua exemplar”, o autor diz ainda que esse pronome também pode aparecer como objeto direto “se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso: ‘Olha *ele!*’”.

José Carlos de Azeredo (2010, p. 551), centralizando seu estudo na modalidade falada, lembra:

As gramáticas normativas brasileiras ensinam que, na 3ª pessoa, o português dispõe das formas *o/a/os/as* para o papel de objeto direto e *lhe/lhes* para a função de objeto indireto. O português falado do Brasil em geral desconhece esse sistema: conforme as condições sintáticas apropriadas, as formas *o/a/os/as* são correntemente substituídas por *ele/ela/eles/elas* (*De dia ela prendia o cachorro, mas à noite deixava ele preso no quintal*) [...].

Isso dá a entender que a norma vem do povo, que tem poder de escolha, evitando a unidirecionalidade atribuída à língua pela tradição, para a qual seria correto o que está modelado na literatura.

Quanto a Almeida, para quem “é português estropiado que no Brasil se fala” (1996, p. 591), “erradíssimo”, assim mesmo, sem motivos, guinchado pela autoridade, é superlativo que pretende impor a ferro e fogo o gosto particular ao normativismo exagerado.

Dos autores citados, Cunha e Cintra (2008, p. 331), que tratam o *me* inicial como “característica do português do Brasil” surpreendentemente condenam a construção com *ele* acusativo: “deve hoje ser evitada”, ainda que tal uso tenha referência em escritores importantes do passado. No dito pelo não dito, entre esses autores e Almeida encontra-se o fosso onde se destila o preconceito por certas construções de uso frequente no Brasil. Cunha e Cintra também se enganam, ou o dizem por força de expressão, quando destinam essa norma à fala geral e familiar, separando rigidamente a fala da escrita talvez para justificar construções raras – até mesmo na escrita – como esta de Guimarães Rosa, citada por eles: “Temia-a, a **ela**, à mulher que o guiava”, forçando o compromisso com os clássicos da literatura. Dizem os autores (Cunha e Cintra, 2008, p. 7): “Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, *escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico.*” (grifo nosso).

Ora, se eles realmente concordam com o que dizem, a condenação “deve hoje ser evitada” caso não seja uma decisão arbitrária é, no mínimo, uma contradição flagrante. Pode haver um uso mais comum no Brasil do que *ele* na função de complemento? É evidente que quando se diz *comum*, está-se referindo à fala, e aí os autores têm razão; mas também não é novidade na escrita prestigiada. Compreendido assim, entende-se que esse uso faz parte das “escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico”. Ao contrário dos gramáticos, o filólogo Silveira Bueno, tempos atrás já assim se pronunciava:

Proíbe-se, no português clássico e moderno, que se empreguem as formas retas dos pronomes pessoais em função complementar, como objeto direto, mormente não preposicionado. Tal proibição que é dogma da gramática e do ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, encontra numerosas exceções no português arcaico e, em nossa pátria, é de todo transgredida na língua familiar e viva da sociedade. De tal modo está entranhado tal uso em nossos hábitos linguísticos que, embora formados por escolas até superiores, exercendo carreiras liberais onde o exercício intelectual é contínuo, ainda assim, empregamos as formas retas objetivamente. No Brasil, pelo menos, somente o esforço da escola e o policiamento contínuo da gramática conseguem diminuir os casos desse emprego, mormente quando se trata de documento escrito. Parece-nos, portanto, que seja emprego radicalmente português, que esteja no cunho mesmo de idioma, espontaneidade que a força inegável da instrução tem dominado com dificuldade. (BUENO, 1958, p. 212-3).

Bechara reconhece (parcialmente) o *ele* objeto direto. Diz-se “parcialmente” porque as sentenças abaixo, de produção culta (jornalismo, ensaio) contrariam as explicações do gramático:

“Segundo o Terra, a polícia está investigando o caso. No quarto em que ele foi encontrado havia uma arma e manchas de sangue. O pessoal do hotel *encontrou ele* morto no mesmo dia em que se hospedou, mas a mulher já havia ido à polícia dar parte do desaparecimento.”³⁰

“Neto mata avô que não *deixou ele* jogar videogame”³¹

“Se elas [as palavras] não são neutras, tampouco são minhas, e jamais serão, porque são históricas, porque são anteriores aos indivíduos que dizem *elas*.”³²

Assim, não há por que excluir construções como essas da escrita culta, construções que, salvo engano, não são reconhecidas por Bechara, já que o pronome *ele* não é enfático, o verbo não marca distanciamento do seu complemento nem *ele* vem precedido de *todo* ou *só*³³.

José Carlos de Azeredo, recusando o lugar-comum do “pode/não pode”, anota como traço característico do português brasileiro “o uso de *ele* e respectivas variações como complemento direto do verbo: *guardei ele* (= o chapéu) *no armário*, *eu sempre encontro ela* (= sua prima) *na feira*”³⁴, sem as expressões desabonadoras comuns a outros autores.

7.2.2.2 Mais umas palavras

Ao insinuar que “esta norma pode ser contrariada” (Bechara, 2009, p. 173), para a questão em pauta a ideia é desbotada. É como que separar as normas: esta superior, aquela

³⁰ Disponível em: http://pt-br.facebook.com/janelapublicitaria/posts/404852449536417?comment_id=4978105&offset=0&total_comments=2. Acesso em: 9 nov. 2012.

³¹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=asHZdCscmmg>>. Acesso em 9 nov. 2012.

³² Cf. BRITTO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos, (org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 135-54. p. 135. (grifo nosso).

³³ Cf. Bagno (2007, p. 170): “[...] o pronome *ele* como objeto direto é empregado em situações muito mais diversificadas do que as que ele [Bechara] define.”

³⁴ AZEREDO, J. Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 549.

inferior; criar uso de exceção dentro de uma norma hegemônica; deslegitimar uma norma que, por força da tradição, interfere na outra. Se os limites da língua não são transparentes, a vitória de um uso pode estar no emaranhado das linhas divisórias. Por isso um diz “eu quero ela”, outro “eu a quero”, outro “quero-a”, já outro simplesmente “quero”. Qual brasileiro culto não tem, ali, na agulha, o pronome *ele* objeto direto? Ao tratar das diferenças entre o português europeu e o português brasileiro, diz Galves (2001, p. 45): “Nesse aspecto, o contraste é muito mais forte. *Ele* não pode aparecer em posição objeto em PE, que apenas tem como recurso gramatical o uso do clítico *o/a*. Quanto ao PB, verificamos a mesma regularidade da posição sujeito quanto ao uso de *ele* em posição de objeto: pode ser usado só ‘Encontrei ele ontem’ [...]”

Azeredo, por considerar as construções “Deixem ele entrar” e “Deixem-no entrar” como “variantes no mesmo padrão geral”³⁵, a) reconhece o padrão como variável, b) reavalia a posição imperiosa do “pode/não pode”, c) analisa o caso sem preconceito, d) vê as variedades não como blocos estanques, fechados em si mesmos. Por essa ideia de “padrão geral”, a realidade da língua agasalha sem receio esta preferência de um texto jornalístico: “Maneco queria que a minissérie tivesse 16 capítulos, mas a direção da Globo mandou *ele* encurtar para nove capítulos”³⁶ (grifo nosso), sintaxe também encontrável no passado da língua: “Traziam quatro honrados senhores um panno d’douro tendido em haste, que cobria *elle* e o cavalo.”³⁷ (grifo do autor).

Perguntou-se se é possível encontrar no português do passado argumentos que contribuam para o esclarecimento do português atual e se há razões históricas e linguísticas para se condenar o uso do *ele* objeto direto. Para a primeira indagação, entende-se que a língua segue uma linha de mutação no tempo e no espaço, sem que isso destrua sua sistematicidade ou corrompa seu aspecto semântico, em qualquer variedade, seja culta, seja popular. Essa constatação por si só garante o espaço do *ele* acusativo na língua brasileira culta, ao lado da forma clássica, como se demonstrou num paralelo entre o português do presente e o português do passado. Quanto à segunda, não se considera a estrutura da língua algo estático, homogêneo, unitário, mas um fenômeno heterogêneo. Como diz Lucchesi:

Entretanto, apesar de a língua possuir uma organização estrutural que apresenta uma lógica própria de funcionamento, essa organização estrutural é profundamente permeada por influxos da organização sociocultural da comunidade de fala, já que a funcionalidade da língua constitui um produto cultural historicamente condicionado e deve ela mesma responder

³⁵ AZEREDO, J. Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 65.

³⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/zapping/ult3954u488678.shtml>>. Acesso em 26 out. 2011.

³⁷ Apud SILVA, Raymundo José da. *Pronomes pessoais dos casos reto e oblíquo: a função sintática no português atual e arcaico*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_253.pdf>. Acesso em: 26 out. 2011.

às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento sociocultural da comunidade que a utiliza. (LUCCHESI, 2004, p. 60-1).

Portanto, se de um lado se sustenta que “é erradíssimo”, “que deve ser hoje evitada”; e por outro que “o pronome *ele*, no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática.” (Bechara, 2009, p. 175), os exemplos dados acima contestam tais afirmações. *Ele* objeto não ocorre somente se precedido de *todo* ou *só* ou se enfático; “erradíssimo” por quê? A propósito, Câmara Júnior (2004, p. 97-8) assim se pronuncia sobre o redesenho dessa sintaxe no português do Brasil:

Deve-se, primeiro, estabelecer que não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A forma *ele* no português do Brasil deles se aproximou, separando-se dos sistemas dos pronomes pessoais, onde há uma flexão casual. Diz-se, portanto *ele anda, falo a ele, vejo ele*, exatamente como *Pedro anda, falo a Pedro, vejo Pedro*, em vez de – *ele anda, falo-lhe* ou *falo a ele* e *vejo-o*, enquanto que para a primeira pessoa, por exemplo, usamos sempre flexões casuais – *eu ando, me fala* ou *fala a mim e me vê*. A inovação brasileira é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais.

O capítulo seguinte, em que vão ser discutidas a norma culta e a norma popular, será examinado o comportamento dos pronomes *lhe* objeto direto e o *se* sujeito no português brasileiro.

8 NORMA CULTA VS. NORMA POPULAR

A partir do entendimento de que as variedades linguísticas não são estatutos isolados na rede de características que as define, apesar de legitimadas as suas diferenças, tem-se por fim apenas explorar o intervalo onde as normas culta e popular se encontram, ilustrando os argumentos com exemplos dos pronomes *lhe* e *se*; este como sujeito; aquele como objeto direto. Enquanto o uso prestigiado procura garantir a valorização, o uso popular força o *status*. E assim instala-se um “desconforto” diante da concorrência.

Mas antes, chamamos a atenção para o conceito de *norma culta* (Cf. Silva, 2004, Faraco, 2008, Bagno, 2011), expressão ambígua na terminologia brasileira. Ora o termo é usado para se referir ao que a tradição gramatical também nomeia “norma-padrão”; ora para se referir aos usos que de fato representam o falar da classe dita culta, como fez o Projeto NURC, e como fazem a sociolinguística e outras disciplinas interessadas em descrever a língua em uso. Para nossas reflexões, sempre que se usar o termo *norma culta* a referência é a última concepção, reservando-se “norma-padrão” para referências à prática normativo-prescritiva, como é exemplo Paschoal Cegala, a seguir. Segue que, apesar de se falar em *norma culta vs. norma popular*, não identificamos, com esses termos, entidades radicalmente diversas, mas simplesmente distintas. Como diz Silva (2002, p. 305)

Poderia propor que hoje no português brasileiro se configura não apenas uma diglossia, mas um *continuum* dialetal que tem nos extremos as variedades ou dialetos mais simplificados que são, em geral, a expressão de falantes não-urbanos e não-escolarizados e no extremo oposto a variedade culta expressa sobretudo na escrita que persegue o normativismo tradicional. Entre esses dois extremos poder-se-iam distinguir as variedades ou dialetos urbanos de não-escolarizados ou de semi-escolarizados e as variedades ou dialetos urbanos de indivíduos de escolaridade máxima.

Na rubrica *linguística, gramática*, assim o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* define o conceito de *norma*: “conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser us. numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais.”

Dentre estes preceitos, para a fixação da norma-padrão da língua sobressai “tradição” como elemento abonador do que deve ou não representar o “bom uso” da língua, geralmente associado à classe econômica mais alta da sociedade. Por esse critério, é que se tomam decisões como esta:

Constitui erro grosseiro complementar verbos transitivos diretos com *lhe*, *lhes*, como nas frases: Ainda bem que *lhe* encontrei em casa. / Esses problemas *lhe* preocupam muito. / Presentearam-*lhe* com um lindo colar. / Queixam-se de que os maridos *lhes* estão maltratando. / [...]. Nessas frases, os pronomes *lhe*, *lhes* devem ser substituídos por *o*, *os*, *a*, *as*, conforme o caso. (CEGALLA, 1999, p. 234, grifos do autor).

A norma da língua assim entendida vai ser definida à base do gosto pessoal, da importância, da tradição, da propaganda impressa àquela forma (a repetição secular, sem preocupação com pesquisas da língua). Como lembra Antenor Nascentes (2003, p. 447): “Até hoje os gramáticos se tem recusado a admitir este fato da língua. A quem conhece a mentalidade retrógrada e ultraconservadora dos gramáticos o fato não parece estranho.”

Mas pela definição de norma acima (Houaiss) fica sugerido que os “valores socioculturais” podem mudar de uma época para outra; certamente haverão de mudar os preceitos de “seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua”.

Já que esses “valores socioculturais” são mais ou menos transitórios, consequência de mudanças no modo de avaliação dos fatos, entende-se que a classe de prestígio social elevado passa a legitimar usos outrora rejeitados por ela mesma. Assim, Apesar de Gladstone Chaves de Melo (1980, p. 169) explicar que “funcionam como objeto indireto as formas átonas *me, te, lhe, nos, vos, lhes, se* (refl. e recip., sing. e pl.): [...] ‘Não *lhe* faça provocações!’”, atualmente se percebe certa inclinação para o uso objeto direto desse pronome, como neste exemplo: “Entenda a sua doença, busque informações com o seu médico, pergunte a ele o que está *lhe* preocupando”¹. É sintaxe por muito tempo tida por errada ou pertencente à norma popular, que responderia pelas variedades estigmatizadas na sociedade, certamente com pouca chance de alcançar prestígio. No entanto há, conforme o exemplo, justamente por causa desses valores sociais atuando como critério, uma “invasão” do popular na esfera culta, conforme prevê a escala do *continuum*.

Foi dito acima que atualmente se percebe a inclinação para uso de *lhe* objeto direto. Na verdade, não se trata de “inclinação”, mas de continuação da regra: está atestada no passado por escritores de renome, o que de cara não justificaria qualquer rejeição pelo *lhe* acusativo, principalmente dos gramáticos, por se tratar de clássicos da literatura. Veja-se o que diz a respeito Antenor Nascentes (2003, p. 447), que, já na década de 1960, percebeu a evolução do *lhe* para a função de objeto direto:

Na linguagem corrente, o emprego de *lhe* dativo se atenuou, usando-se de preferência as expressões *a ele, para ele, a você, para você*.

É a tendência analítica da língua.

Eis o primeiro passo para o novo valor.

Este pronome desvalorizado, por efeito de analogia, uma das grandes necessidades da língua, como faz ver Frei, foi utilizado para completar uma série, ao lado de *me* e *te*.

Me e *te* servem para acusativo e dativo. A *lhe*, da terceira pessoa, dativo, correspondia *o, a*, para acusativo. Que fez a língua? Para uniformizar, deu a *lhe* a função de acusativo e assim ficou: *me* acusativo e dativo, e *lhe*, também, acusativo e dativo.

A língua literária não aceitou a inovação e, em contrário com a língua viva, continua mantendo *lhe* só para o dativo, conservando no acusativo *o, a*.

¹ Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?300>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

E Nascentes dá exemplos célebres como estes: “Mandam logo avisar-lhe as infelizes” (Fagundes Varela, *Anchieta*, c. VI, III); “Não lhe acusem de estrangeirismo” (Machado de Assis, *A Semana*, III, p. 163); “Olha, seu Laio, eu lhe chamei para lhe aconselhar” (Guimarães Rosa, *Sagarana*, p. 81). No outro polo, século XXI, Castilho (2010, p. 208) assim apresenta a questão: “Dependendo da região, amplia-se o uso de *lhe* como objeto direto, quando em referência à segunda pessoa: *eu lhe vi, mas não lhe reconheci*. O mesmo ocorre na escrita, em que oscilações do tipo *Isso o agrada/o interessa/este amor lhe levou a fazer loucuras* se devem à falta de familiaridade com os clíticos.”

De fato, assim entenderam os noticiaristas nestas passagens (grifos nossos):

“O suposto vendedor *lhe orientou* a fazer pagamento por boleto bancário e um depósito de R\$ 100,00.”²

“Themístocles Filho diz que presidente nacional do PMDB *lhe orientou* para votar em Ciro Nogueira.”³

“E nesta segunda, quando a menina retornava da escola, Cleber a abordou *puxando-lhe* pelos cabelos e levando para sua casa, ameaçando-a de que se contasse algo para seus pais a mataria.”⁴

“Por que não legitimar de uma vez este emprego?” – a pergunta é de Nascentes, tal qual a resposta, tão atual: “Porque os gramáticos, com seu espírito retrógrado e ultraconservador, a isso se opõem.” (NASCENTES, Antenor, 2003, p. 451).

Essa oscilação também alcançou o *se apassivador* em expressões como “compra-se carros”, geralmente desabonada pela tradição gramatical. Mas já merece avaliação diferente na atual nomenclatura da língua. Bechara, por exemplo, argumenta:

A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo: *Vendem-se casas* (= ‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) → *Vende-se casas*. (BECHARA, 2009, p. 178, grifos do autor).

É o que está nos exemplos abaixo:

“Parece, que em todas as sociedades, mesmo nas que não conhecem a escrita e os critérios literários, *lança-se julgamentos* sobre a língua, sobre seu grau de correção e de pureza.”⁵

² VIANA, Thayane. *Estudante de Varginha é vítima de golpe através de compra pela internet*. Disponível em: <http://www.varginhaonline.com.br/noticias/exibe_noticia.asp?id=169389>. Acesso em: 27 jun. 2012.

³ Disponível em: <<http://www.gp1.com.br/blogs/themistocles-filho-diz-que-presidente-nacional-do-pmdb-lhe-orientou-para-vota-em-ciro-nogueira-152676.html>>. Acesso em 27 jun. 2012.

⁴ Disponível em: <http://www.manhuacu.com/artigo/ler/pedreiro_e_preso_acusado_de_praticarsexo_com_crianca>. Acesso em: 27 jun. 2012.

⁵ YAGUELLO, Marina. Não mexe com a minha língua. In: BAGNO, M. (org.). *Norma linguística*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 272

“Aluga-se moças”⁶ (nome de filme)

“Procura-se pessoas que queiram dividir conhecimento”⁷

“VENDE-SE CASAS NO CONDOMINIO GREEN VILLAGE, COTIA, SP COTIA”⁸

Aceitando-se que os escritores tiveram essa sintaxe como alternativa e que em suportes, como a internet e os livros, é usada, pode-se afirmar que *lhe* acusativo e *se* sujeito são regras no português brasileiro.

⁶ SIMAS, L. Antônio. Aluga-se moças – o filme. Disponível em: <http://hisbrasileiras.blogspot.com.br/2010/03/aluga-se-mocas-o-filme.html>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

⁷ SOARES, M. Procura-se pessoas...: <<http://www.observatoriocristao.com/observatorio/?p=993>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

⁸ Disponível em: <<http://cotia.olx.com.br/vende-se-casas-no-condominio-green-village-cotia-sp-iiid-44197537>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

9 O LINGUÍSTICO E O IDEOLÓGICO NA LÍNGUA

Aceitar a língua como objeto da cultura implica aceitar a teia de crenças que a envolve. É semelhante ao que ocorre na religião ou nas manifestações culturais populares. Visto dessa forma, não assusta o modo como se têm comportado certos comentaristas da língua, que a veem como objeto “intocável” pela ação do tempo ou pela ação do seu próprio criador, o falante.

Para esta reflexão toma-se o texto “O banco da língua”¹, de Sérgio da Costa Ramos², publicado no *Diário Catarinense* em 23/08/1998. Nele, o autor parece perpetuar um sentimento romântico de língua do século XIX, resultante da crença de ter havido no passado uma língua primitiva pura, sendo as mudanças obra da degeneração dessa língua. À conta disso não é estranho seu modo de introduzir a questão, valendo-se de um autor do Parnasianismo, Olavo Bilac, como exemplo de suas reflexões; e abre com o verso clássico “És a um só tempo esplendor e sepultura”, para em seguida aludir: “[...] talvez prenunciando a gradual deterioração da língua portuguesa, em constante mutação etimológica.” É típico dessa visão de língua argumentar em torno de fragmento literário isolado do fluxo da língua em seu fazer histórico, separado da relação sociocultural. O resultado é uma reflexão muito mais poética que a do próprio poeta. É desprovida de lógica, mas “convicente”, por se conjugar com o imaginário social: o povo sempre acredita que de fato existe uma língua protegida das influências externas (ou das relações internas).

Para tratar dessa questão, é preciso recorrer ao termo *ideologia*, que, apesar de ser a “maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou um grupo de pessoas” (BORBA, 2002, p. 829), para o objetivo aqui desenvolvido, que tem o pressuposto de combater certos pensamentos desvirtuosos da realidade linguística, propõe-se o termo *ideologia* “no sentido de expressão de um pensamento hegemônico, como algo que constrói formas de impor uma representação da realidade, de vê-la ou de desfazê-la por vieses particulares.” (BRITTO, 2004, p. 136-7).

Diz Sérgio da Costa: “Nosso Português parece tão ‘esbarrondado’, como gostam de denunciar os d’além-mar, referindo-se ao “dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado”, que as autoridades educacionais deveriam criar uma espécie de ‘Banco da Palavra’, uma agência fortemente reguladora como o Banco Central.”

¹ TEIXEIRA, C. G; LIMA, R. M. Coleção Vestibular – Português, Literatura e Redação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica GPI, 2009, p. 218-9.

² Advogado, escritor e membro da Academia Catarinense de Letras.

Se *ideologia* é vista “como algo que constrói formas de impor uma representação da realidade”, as ideias trazidas no texto criaram uma situação representativa da língua usada pelos brasileiros como língua inferior, procurando nas entrelinhas preservar o português dos portugueses (cabe a eles denunciar, como se a língua de lá não mudasse ou fosse uniforme, “língua intocável”). Em “nosso português” há a pressuposição de arrebatá-la a voz coletiva da população em referência a algo superprotegido, servindo-se de sentimentos nacionalistas semelhantes a *nossa Pátria*, por exemplo; “esbarrondado”, cria a realidade de “destruído”, inculcando no brasileiro a ideia de língua “de qualquer jeito”, desviando a atenção da língua em sua história, que varia e muda e se apresenta sempre em formação. A palavra é forte e desvirtua a realidade de fato inerente à língua, “uma língua em ebulição”, como diz Celso Cunha (1981, p. 23). O autor eleva a língua de Portugal (“d’além-mar”): isso é fruto do pensamento colonialista, autodestrutivo, ainda vigoroso na sociedade – o “bom” e “puro” é o português dos colonizadores. O “apelo ao senso comum” é desastroso, como lembra James Milroy:

É importante dar-se conta do quanto é poderoso o apelo ao senso comum. Chamá-lo de “senso comum” implica que qualquer debate sobre a questão é supérfluo: todo mundo seguramente tem que saber que a opinião expressa é a opinião correta – responsável, decente, moral. Os que vivem a discordar dela não podem ser levados a sério: é provável que sejam excêntricos, irresponsáveis ou, talvez, desonestos. (J. MILROY 2011, p. 58).

Não é por outro motivo que na falta de uma proposta que de fato contribua para o aprendizado da norma culta nas escolas e na sociedade, venha à baila o ilusionismo, carregado de autoridade, como a insinuar a palavra final: “O ‘Banco’ de preservação do Português poderia valorizar e depurar o seu ensino nas escolas de primeiro e segundo graus.”

Sérgio da Costa acusa o português brasileiro de “dialeto falho, rasgado e desmoronado”. Para ajustar o português brasileiro na categoria de *português ordinário* em relação ao português de Portugal, é preciso recorrer a um conceito de dialeto desajustado da realidade linguística. De fato,

O emprego do termo “dialeto”, fora dos estudos científicos (embora, às vezes, também neles), sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, “dialeto” é uma forma “errada”, “feia”, “ruim”, “pobre” ou “atrasada” de se falar uma “língua”. [...] Também é uma maneira de distinguir as “línguas” dos povos “civilizados”, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos “selvagens” [...]. (BAGNO, 2011, p. 380).

Sem propor nenhuma reflexão em torno da descrição e da explicação da língua atual, aleatoriamente se manifesta avesso às “linguagens populares e jargões, além de um autêntico festival de anglicismos, [que] estão ‘dialetizzando’ o Português brasileiro”, como “estilo *McDonald’s*”, por exemplo. Por falar em anglicismo, sustenta Celso Cunha:

Se nossa língua não se desfibrizou com a avalanche de galicismos nos séculos XVIII e XIX, não há razão para temer que ela se abastarde com o fluxo de anglicismos léxicos, cada vez mais acentuado por força do papel relevante que desempenham no mundo os povos de língua

inglesa. Nosso idioma nos seus quase oito séculos de vida histórica já provou dispor de poderosos recursos de autodefesa. Os seus usuários saberão empregá-los para eliminar o supérfluo. (CUNHA, 1981, p. 24).

Ainda a propósito da citação de Bilac (“És a um tempo esplendor e sepultura”), é produtivo também saber que o poeta disse no mesmo poema: “Amo-te assim, desconhecida e obscura”. Uma língua “desconhecida e obscura” é uma língua complexa, arredia à forma pura, misteriosa e em constante formação pela ação do uso, ou, como entendeu o parnasiano, fora da poesia: “os homens fazem a língua, e não a língua os homens” (apud ILARI; BASSO, 2006, p. 149). Some-se a esse pensamento este depoimento do poeta, que o colunista não levou em conta: “Será ridículo que os nossos netos falem e escrevam exatamente como escreveram os nossos avós; também seria ridículo que o nosso estilo de hoje fosse a reprodução fiel do estilo dos quinhentistas.” (apud COUTINHO, 1999, p. 179). Nada mais fantasioso imaginar um “guardião para a nossa língua”. E mais, se “gostam de denunciar os d’além-mar” (e aqui é parte da denúncia o “autêntico festival de anglicismos”), trata-se ou de uma força de expressão malograda desse autor, para supervalorizar o português de lá, ou de desconhecimento da formação dessa língua, pois aí os empréstimos foram (e são) muito produtivos, como afirma Ali: “Por outra parte, com o progredir da civilização, o vocabulário necessariamente foi-se enriquecendo de expressões novas, creadas [sic] no seio da língua, ou recebidas de Franceses e Ingleses que vieram a Portugal, ou tomadas dos vizinhos Castelhanos”.³

E, mais adiante, reforça esse historiador da língua: “Empréstimos que nunca se restituem; dívidas que jamais se resgatam, salvo com outro empréstimo. Na linguagem faz-se isto sem cerimônia. Não se propõe, nem se pede. Tira-se.”⁴ Fica claro que o “autêntico festival de anglicismos” na verdade é um fenômeno comum na movimentação das línguas vivas, que sempre estão em formação, a depender da dinâmica social em que está inserida. Até mesmo na ficção a ideia de “Banco da Palavra, uma agência fortemente reguladora como o Banco Central” seria ideia disparatada quando o assunto é língua.

De tudo que se disse, infere-se que a ideologia apodera-se de um “vago” na esfera cultural do indivíduo ou da sociedade, e implanta uma visão distorcida (porém bem tecida) dos fatos – no caso a língua, com as astúcias da autoridade. De forma que, desastrosamente, uma inverdade passa a verdade, sem menores consequências imediatas; diga-se, sem oportunidade de defesa a quem compartilha do senso comum.

³ ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966. p. 166.

⁴ Id., p. 169.

9.1 O que é gramática

O fragmento abaixo é parte de resposta de um “consultório gramatical” a um leitor que alega saber que em “vendem-se casas” *casas* é o sujeito da oração, mas que tal explicação tem recebido críticas de linguistas, que veem na construção um *se* índice de indeterminação do sujeito. O leitor está interessado em saber qual é a crítica.

“A crítica, [...], é simples: a interpretação de “vendem-se casas” como uma frase que se encontra na voz passiva sintética, à qual corresponderia “casas são vendidas” na voz passiva analítica, é denunciada por muitos linguistas como um exemplo claro de arbitrariedade – ou aversão ao método científico de compreender a língua – da gramática normativa. Sustentam eles que faz mais sentido interpretar o “se”, nesse caso, como índice de indeterminação do sujeito. E argumentam que em “precisa-se de vendedores” o “se” é precisamente isso, como a própria gramática normativa admite: o verbo transitivo indireto não permite que se imagine um absurdo “vendedores são precisados”, certo? No entanto, a ideia é a mesma em “precisa-se” e “vende-se”, ou seja, *alguém* precisa, *alguém* vende! Fica assim explícito o caráter arbitrário de uma análise que, diante de construções tão evidentemente semelhantes como “vende-se casas” e “precisa-se de vendedores”, aplica a cada uma um critério diferente – “casas” vira sujeito, mas “vendedores” é objeto indireto – e decreta que apenas a segunda está correta [...].”⁵

Nesta afirmação, é possível inferir pelo menos dois modos de entender o que é gramática. Observe-se na resposta uma alusão à explicação tradicional e um confronto com a explicação dos linguistas a respeito do mesmo fato. Isso leva a suspeitar que a tradição por muito tempo se convenceu de que o *se* nesse tipo de frase tem valor passivo (ainda que pelo critério da inversão se obtenha um valor semântico diferente). A crítica traz ainda as expressões valorativas “caráter arbitrário”, “aversão ao método científico” e “decreta”, em que ficam fundamentadas algumas características de um modo de sustentar a explicação gramatical já muito conhecida nos meios acadêmicos quando o assunto é gramática.

Com essas expressões o autor se refere a uma concepção de gramática muito antiga, a das gramáticas normativas, que, segundo Câmara Junior (1997, p. 11) “se limitam a apresentar uma norma de comportamento linguístico, de acordo com a sempre repetida definição – ‘a arte de falar e escrever corretamente.’”

O “corretamente” vem desde a cultura greco-latina, que alimentava o pressuposto do bem falar em público, do argumentar, do persuadir, do escrever como os autores do passado. Essa cultura se generalizou, alcançando também a simpatia dos estudiosos da língua portuguesa, que muito apreciavam a cultura linguística latina. Esse prestígio foi instituído e passou a ser cultuado na escola, principal instituição pública de divulgação da língua oficial. Além disso, instituições como vestibulares e concursos são muito afeitas às prescrições

⁵ RODRIGUES, Sérgio. “Vende-se casas” ou “vendem-se casas?”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/consultorio/%E2%80%98vende-se-casas%E2%80%99-ou-%E2%80%98vendem-se-casas%E2%80%99/>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

tradicionais, resultando num prestígio social da tradição ainda mais acentuado, por isso tem-se de reconhecer, na memória do público, o sentimento “apaixonante” pela forma da língua. Contrariar esse sentimento, ainda que tenha raízes nacionalistas, românticas, alheias à ciência, pode resultar em “agressão” à autoestima linguística do povo. Por esse motivo é preciso respeitar essas instâncias e suas preferências, embora a língua seja bem maior e usos como *se* sujeito, pela aceitação que vem tendo até nos espaços conservadores, já mereçam abonação geral. Abonação não quer dizer “aceitar tudo”, ideia corrente em certa mentalidade da língua; trata-se do esforço em adaptar-se à evolução natural da língua.

Por outro lado, a referência a “denúncia” e a “método científico” demarca o outro polo em que o estudo da língua aspira a ser mais neutro, esquivando-se da ideia de fixação de modelos e da valorização advinda da arbitrariedade. Essa concepção procura não ditar regras ou normas de comportamento linguístico, mas apreender os sistemas da língua a partir dos seus enunciados. Por esse viés de observação dos fatos da língua, as regras gramaticais são consequência da observação do código e se leva em consideração as variações de uso. Segundo Castilho:

Isso quer dizer que a gramática da língua abriga *regras categóricas* (como, no português, a obrigatoriedade de antepor o artigo ao substantivo), e *regras variáveis*, em que se pode escolher mais de uma alternativa (como a anteposição ou a posposição do sujeito e do objeto direto em relação ao verbo [...], a concordância ou a não concordância do verbo com o sujeito, ou dos constituintes marginais do sintagma nominal com seu núcleo etc.). (CASTILHO, 2010, p. 46).

Por uma concepção estruturalista, “a gramática descritiva, ou sincrônica, tem, em última análise, por fim depreender e expor esse sistema, ou estrutura, [padrão que rege a língua em profundidade] como estabeleceu de início Saussure.” (CÂMARA JUNIOR, 1997, p. 18).

Essa teoria segue critérios diferentes; lembre-se a propósito do postulado de Saussure (2008, p. 15), ao apresentar a língua como objeto científico: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.” Mudando-se, portanto, o ponto de vista, os resultados para um mesmo fenômeno investigado podem ser diferentes: a tradição de tendência normativa procurou firmar critérios que tendem a dirigir o comportamento linguístico para regras modelares; já a ciência procura descrever e explicar as regras a partir dos fatos linguísticos. Essa observação por si só já induz ao questionamento das “verdades” estabelecidas pela tradição. Assim é que se pode encontrar numa descrição tradicional que o certo é “vendem-se casas” e “vende-se casas” numa gramática que procura “depreender e expor a estrutura que rege a língua”. Estruturalmente falando, a concepção de “correto” se amplia, ficando a ampliação da norma por conta do uso.

O termo *uso* se fundamenta mesmo é na concepção de língua como uma atividade social, noção da gramática funcional.

O *funcionalismo* ou a *gramática funcional* (Cf. Martelotta, 2008, p. 62) tem como fundamento o uso da língua, pois é nele que se manifesta a concreção da comunicação ou da língua como atividade social; além disso, vai além da frase alcançando o texto e o diálogo. A dinâmica da língua ocupa uma observação privilegiada nesta concepção, pois é aí que o falante procura adaptar as estruturas da língua às suas intenções ou aos contextos de uso. Por esse ângulo, a linguagem tem alcance amplo, é vista como um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas; sendo assim, as gramáticas da língua estão sujeitas à elaboração do pensamento no ato de manifestação de sentidos nas situações de interação verbal.

Analisando-se a função da língua, se o falante ou escrevente brasileiro incorporou a cultura da ação (o foco está no alguém que faz), a função do termo *se* pode sofrer alteração: de função apassivadora, em que o usuário não reconhece o agente fazedor, passa a sujeito, em que a ação toma lugar de destaque. Por isso “vende-se casas”, “vende-se peixes”, “conserta-se bicicletas”. Na tabuleta “aluga-se quitinetes”, simplesmente quer dizer: aqui *alguém* *aluga quitinetes*, intuição que para o usuário não tem o mesmo significado que “quitinetes são alugadas”. Como diz Franchi (2006, p. 88): “gramática é o estudo das condições linguísticas da significação.”

9.2 Mídia - Revista Veja, por trás da polêmica o mito da língua pura

Pretende-se nesta seção discutir questões sobre a resistência à variação e mudança da língua, tomando como assunto a polêmica do livro “Por uma vida melhor”, portanto o alvo é a mídia. Primeiramente, mostra-se o ponto de vista do livro e os motivos por que as línguas variam e mudam. Em seguida, aborda-se a questão da noção de “erro”, que sustenta a o ideal de língua pura. Segue-se a isso uma volta ao passado da língua, com o pressuposto de explicar o presente e esclarecer por que ainda se trata a variação como degeneração. Por fim, fundamenta-se a crítica numa desfeita à variedade popular manifestada pela escritora Lya Luft, por Renata Betti e Roberta de Abreu Lima, colunistas da Veja. Para mostrar sinal de mudança no tratar da língua, à crítica se acresce um novo conceito de língua, por consequência a sugestão de um novo modo de ensino de gramática. Com isso, abre-se a perspectiva para um debate mais amplo e mais racional sobre o assunto.

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse pelo estudo das normas linguísticas presentes na sociedade. Esse assunto tem sido tema de inúmeros trabalhos, principalmente pelo ponto de vista da sociolinguística; mas não só. Por aqui, tem-se afirmado que o preconceito se sustenta num sentimento que pode desencadear a rejeição pelo que é diferente, por aquilo que não satisfaz a expectativa do preconceituoso, o que geralmente resulta em intolerância, atitudes agressivas, desrespeitosas ou humilhantes diante de certas circunstâncias (Leite, 2008); afirma-se também que o que se intitula de “erro” não passa de um conceito falso, inerente não à estrutura, mas às atitudes avaliativas da língua vindas de setores conservadores em contraste com os que tomam a ciência para o esclarecimento dos fenômenos linguísticos. Mas, com o avanço das pesquisas, tornou-se fácil compreender que

a uniformidade do português brasileiro é em grande parte um mito, para o qual contribuíram 1) uma certa forma de nacionalismo; 2) uma visão limitada do fenômeno linguístico, que só consegue levar em conta a língua culta; e 3) uma certa insensibilidade para a variação, contrapartida do fato de que os falantes se adaptam naturalmente a diferentes contextos de fala. (ILARI; BASSO, 2006, p. 151).

Conforme Bortoni-Ricardo (2009), como em qualquer outro domínio social, a sala de aula é um espaço social onde convivem inúmeras variações da língua, inclusive da professora. Por isso, considerar uma variedade superior a outra não passa de um mito; o falar é, na verdade, uma forma de reconhecimento da identidade do falante, sua marca de membro dessa ou daquela classe social, dessa ou daquela região, não havendo razões para menosprezar certos falares e supervalorizar outros; e Simões (2006) alerta para o fato de que negar certos usos é subtrair da língua sua alma, sua vida, seu poder de inventividade; é surrupiar a potencialidade da língua, que tem na boca do povo sua principal fonte de criatividade.

Numa abordagem mais histórica, tem-se sustentado que as línguas mudam constantemente, mas não a ponto de desconfigurar sua estrutura e enfraquecer sua força semiótica. Elas continuam à disposição do falante, produtivamente (Faraco, 2007). Para esse autor é comum a reação da classe alta às formas novas ou de menor prestígio, tachando-as de “erradas”, “incorretas”, “impróprias”, “feias”. De fato, não é de hoje que essa classe vê a outra como a causa da “degradação”, da “corrupção” da língua. E se algumas pessoas se sentem ofendidas, agressivas diante das mudanças quando elas vêm à tona, é porque têm em mente que a língua “intrusa” é inferior, diga-se, incapaz de veicular a comunicação, o conhecimento, o pensamento e a cultura à disposição da linguagem (Lemle, 2005). Por isso mesmo se armam a favor de uma conservação rígida da língua, sempre pondo em evidência as formas-alvo. A denúncia a tais arbitrariedades também tem alcançado releitura importante, em que se entende a língua não mais de uma forma redutora (só a norma-padrão), mas como um fenômeno coletivo, constituído de possibilidades de expressão – as normas cultas e as normas

populares. Por esse ângulo, a língua é entendida como um bem supremo a serviço da interação social (Azeredo, 2010). Recentemente tornou-se conhecida uma obra (Vieira e Brandão, 2007) que convoca os educadores a tomar o desafio, na descrição e na postura pedagógica, de enfrentar as várias gramáticas particulares de uma massa de estudantes até pouco tempo distante da escola; escola que tratava (e ainda trata) tais diversidades linguísticas como algo a ser ignorado. Afinal, se para uma pergunta como esta: “O que haveria no conhecimento de tão soberbo?”, obtém-se a resposta: “O que pode haver de mais marcante no processo de conhecimento é sua vocação rebelde, disruptiva. Conhecer não significa afirmar, confirmar, verificar, mas QUESTIONAR” (DEMO, 2010, p. 68), realmente incomoda.

Ainda que tais trabalhos apresentem descrições sobre a língua brasileira, uns abordando questões especificamente da mídia, outros propostas renovadoras de estudo da língua, mais abrangentes e destituídas de julgamentos preconceituosos, espera-se um tratamento mais acurado no assunto, sobretudo quando é matéria da mídia. Nesta, são julgamentos geralmente destituídos de fundamentação, mas com grande poder de imposição; afinal, há quem prefira acreditar nas palavras de um jornalista do que nas verdades de um cientista.

Procura-se argumentar que usos diferentes não constituem erros de língua, e são rejeitados por certos setores sociais que, historicamente, tendem a se manter à custa da desclassificação dos valores dos outros. Por isso é que se sustenta que o “mito da língua degenerada” não morreu. E a questão de que “um livro didático promove o não ensino da língua-padrão”, divulgada pela *Veja*⁶, não passa de subterfúgio para impedir a divulgação das outras estruturas da língua nas escolas, igualmente corretas, mas não igualmente avaliadas.

Para o ponto de vista aqui adotado, concordâncias do tipo “Nós pega o peixe” e “Os meninos pega o peixe”, presentes no livro “Por uma vida melhor”, são construções gramaticais corretas dentro do conjunto maior da língua, encaixadas em algumas de suas variedades, motivo que legitimaria sua inclusão em qualquer manual de língua portuguesa.

Mas antes se advirta que a pesquisa compreende boa literatura sobre o assunto, o primeiro capítulo “Escrever é diferente de falar”, da obra “Por uma vida melhor” e duas matérias da revista *Veja*⁷: “Chancela para a ignorância” e “Os adversários do bom português”, as quais instigaram a investigar se de fato são verdadeiras críticas do tipo “apologia do erro”, “o não ensino da língua-padrão”, “chancela para a ignorância” etc. Assim, para que faça sentido o que se pretende explicar, primeiramente procura-se compreender a proposta do

⁶ LUFT, Lya. Chancela para a ignorância. *Veja*, São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. 2011. p. 26.

⁷ VEJA, São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. 2011.

livro, seu conteúdo, sobretudo o gramatical, para, a partir deste, desenvolver uma explicação às questões do português popular, tão mal compreendidas por quem tem dificuldade de conviver com o diferente.

Para os propósitos previstos, o recorte gramatical “concordância” receberá um tratamento teórico que comporta: a visão do livro; variação e mudança nas línguas; a rejeição ao diferente (a noção de erro que sustenta o ideal de língua pura); o passado como explicação para o presente; e, para finalizar, uma reflexão: onde falta o argumento, sobra deboche.

9.2.1 “Por uma vida melhor” – em busca de uma democracia da língua

O livro “Por uma vida melhor”, da coleção “Viver, aprender” (2011), da Editora *Global*, aborda as preocupações comuns a qualquer manual destinado ao estudo mais abrangente da língua: apresenta as principais dificuldades da escrita, as diferenças marcantes entre as duas modalidades da língua – fala e escrita – e deixa clara a preocupação em ensinar a variedade culta da língua: “Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta.”⁸ Apresenta a língua como um conjunto de variedades e enfatiza as duas variedades, a *culta*, mais usada pela classe escolarizada, e a *popular*, mais comum a pessoas não escolarizadas; assume ser a língua um instrumento de poder, serem ambas as variedades eficientes meios de comunicação e faz a seguinte ressalva à variedade culta: “Por ser uma norma de prestígio, é comum a atribuição de preconceito à norma popular.”⁹ O preconceito é de origem social e não de origem linguística, mais um motivo para o aluno refletir sobre as diversas variedades, com o intento de responder pela escolha de uma ou de outra variedade. É a língua vista como mecanismo de interação social. É a língua vista como um fenômeno heterogêneo, ficando clara essa posição ao abordar questões de concordância, quando, ao lado de exemplos como “Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados”, concordância formal e mais usada na norma culta, figura a outra, mais usada na norma popular: “Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado”, em que a pluralidade do artigo inicial “os” se estende a toda a sentença; noutras palavras, por essa regra, todas as pessoas ficam cientes de que se trata de mais de um livro, e não de um livro só. E assim, em “Nós pega o peixe” não há como alegar a presença de um único pescador, tal qual em “Nós pegamos o peixe”.

⁸ RAMOS, Heloisa. *Por uma vida melhor*. Escrever é diferente de falar. São Paulo: Global, 2011. Cap. I. p. 11.

⁹ Id., p. 12.

E ao justificar a produtividade da língua, a partir da pergunta potencial “*Mas eu posso falar os livros?*”, a resposta é que sim, mas de olho nas consequências sociais daqueles que não aceitam essa variedade, gerando o preconceito linguístico, geralmente vindo dos usuários da variedade culta da língua, tocando numa questão conhecida: a gramática normativa não reconhece a língua que está além dos seus domínios, deixando entrever aí atributo de inferioridade à variedade popular, ou, aos seus falantes, mas estimulando a reação: “Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.”¹⁰.

Quanto à proposta de texto, além de fragmentos escolhidos para trabalhar a organização da escrita formal, o livro traz o poema “Migna terra”, de Juó Bananére (1892-1933), poeta paulista que procurou retratar o contexto de sua época, a São Paulo do começo do século XX, usando linguagem irreverente: a mistura de pronúncias do italiano com as do português, por exemplo: *Che* para *que*, *naçó* para *nação*, *tambê* para *também*. Como se vê, a língua é construção de significados: reflete uma cultura da época: o modo de falar o português, a linguagem alternativa de também fazer literatura, a maleabilidade do código, justificada com sua forma intencional, mostrando que língua não se resume a forma; ela é, sobretudo, fonte de significados. O poema é, então, fonte de significados e sua inserção tem a intenção de provocar reflexão a respeito da linguagem, à medida que é um poderoso mecanismo de transmissão de ideias, da mesma forma que o código convencional.

A revista *Veja* referiu-se a esse livro como sendo “um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação [que] promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar.”¹¹. É possível situar essa ideia na proposta do livro? Esse “promove” soa apelativo. A questão só se exaltou porque a língua varia e muda, mas não deverá por esse critério ser tratada nas escolas.

9.2.2 Variação e mudança – o português brasileiro e suas caras

Pela forma com que o português chegou ao Brasil, trazida por gente da massa portuguesa, sedenta de terras e riquezas brasileiras, e pelo modo como se espalhou no decorrer do processo de colonização, misturando-se com a língua de índios e negros, é fora de dúvida que essa língua iria se distanciar gradativamente da língua do português europeu (PE).

¹⁰ RAMOS, Heloisa. *Por uma vida melhor*. Escrever é diferente de falar. São Paulo: Global, 2011. Cap. I. p. 15.

¹¹ LUFT, Lya. Chancela para a ignorância. *Veja*, São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. 2011. p. 26.

Compreenda-se, contudo, que, com o processo de colonização caminha o processo de divisão social. A consequência é que a sociedade brasileira, como qualquer sociedade, se molda na teia da heterogeneidade social e cultural, evidentemente não ficando a língua à margem dessa divisão.

A língua brasileira é, então, pelas características sociais, uma língua heterogênea. Salientando-se as variações socioculturais, sobressai uma característica marcante nas sociedades: a correlação entre fatos linguísticos e segmentos sociais. No Brasil, é clara a “divisão” entre português popular e português culto, com predominância para o primeiro, como em outros tempos predominou o latim vulgar nas terras conquistadas.

Mais acima, notam-se as aspás intencionais em “divisão”. É que essa divisão tem sua relatividade. No uso, as duas variedades têm o seu ponto de encontro, como duas linhas que se cruzam; há um ponto de interseção que impede um rasgo definitivo entre as fronteiras: sempre há a intervenção de uma variedade na outra, motivo suficiente para se chegar à conclusão de que não há variedade pura, melhor, mais bonita do que outra. Se isso existe, é de outra ordem, mas não linguística. Por falar nisso, qual brasileiro hoje, de qualquer classe, não fala “Chegou ontem de tarde os livros que pedi?” Mas isso é outra história!

Na opinião do linguista americano William Labov (1927-) “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer a ‘mesma coisa’. [...] Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito* ou *É fácil para eu falar* vs. *Para eu falar é fácil*.” (W. LABOV, 2008, P. 221, grifos do autor). No encaço dessas variantes, pesquisadores brasileiros têm chegado a resultados surpreendentes sobre o português brasileiro (PB). Em Castilho (2010, p. 208), são observadas estruturas de fala como “Simplificação da concordância nominal (i) expressa pelo determinante: *as pessoa*. [...] Simplificação de concordância verbal: *as pessoa fala, fala, mas não resolve nada*. Falta de concordância (iii) de número entre verbo e sujeito posposto como em *tava lá as empregadas*.” Quanto à norma culta, encontram-se estruturas do tipo “Faltou as repostas mais interessantes” e “Haviam muitas pessoas na sala”, tidas por erradas pelos próprios falantes dessa variedade. É oportuno lembrar que conforme o mesmo Castilho, há inúmeras ocasiões de uso da modalidade falada em que tanto o não escolarizado quanto o escolarizado dizem “tu sabe de uma coisa?” e “eu lhe vi”. (Cf. CASTILHO, 2010, p.207-8).

A norma culta (escrita, inclusive) também não está a salvo da mudança. Se nalgum livro for encontrada uma explicação como a seguinte, para a regência do verbo “namorar”: “**Namorar** — Não se emprega a preposição *com*. Rafael *namora* uma estudante de Direito. → corteja: transitivo direto” (SARMENTO, 2002, p. 265), prepare-se para o “entretanto”. Ao

consultar um manual como o *Guia de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (2003, p. 535, grifos da autora), aí está: “Entretanto, ocorre com complemento iniciado com a preposição **com**, o que reflete a ideia de companhia que **namorar** evoca: Quem é que vai querer **NAMORAR COM** um sujeito assim?”

Essa é a regra de toda língua viva: variar ou mudar sem atrapalhar. E se isso incomoda não é por culpa dela mesma, pois é do conhecimento geral, conforme ainda Labov, que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas com uma força social imanente agindo no presente vivo.”¹²

Esse recorte nos parece suficiente para mostrar o desassossego que é a língua em sua marcha no tempo.

9.2.3 A noção de erro que sustenta o ideal de língua pura

Como este trabalho está vinculado a noções traiçoeiras em relação à língua, como “apologia do erro”, o que, pelo contexto, é “erro” de gramática, é nosso dever esclarecer o que vem a ser “erro” para a norma-padrão. Uma vez ser a gramática tradicional não muito simpática a variações, qualquer exemplo e de qualquer época serve para ilustrar. E o escolhido é uma troça do professor Pasquale C. Neto ao se referir à frase “Ele cuspiu no prato que comeu.”¹³ Em poucas linhas propõe-se localizar o “truque” que mantém vivo o ideal de língua pura até hoje.

Saiba-se de antemão que na Grécia antiga o propósito dos filólogos da Alexandria era descrever as regras das obras literárias dos grandes escritores do passado com o fim de preservar a língua (literária) da “corrupção” da mudança, como eram entendidas as diferenças na fala do povo. Para tanto, subestimaram a língua falada para supervalorizar a língua escrita. Está então aí o começo da separação, adotada pelos romanos: a fala não conta; a escrita é o que interessa. E assim as regras da literatura se tornaram, pelo menos teoricamente, o “modelo” a seguir pelos aspirantes a escrever bem:

Dionísio o Trácio conceituava a gramática como o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores. O objeto do gramático era, portanto, a língua escrita exemplar, ou seja, para a cultura helenística, a língua literária. E o gramático perseguia dois objetivos: descrever essa língua e, ao fazê-lo, estabelecer um modelo a ser seguido por todos os que escreviam (FARACO, 2008, p. 135).

¹² LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno et alii. São Paulo: Parábola, 2008. p. 21.

¹³ NETO, Pasquale Cipro. Veja o uso correto do pronome relativo “que”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u362783.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

“Ele cuspiu no prato que comeu”. Em seu comentário (a frase não pertence à questão analisada – FUVEST/1999), como que amenizando a intolerância o gramático afirma: “Trata-se de caso clássico da diferença entre o padrão oral e o escrito.” Ainda assim investe na expressão “ao pé da letra” para interpretar do seu modo essa frase, num equivocado entendimento da língua como forma, destituída de experiência de mundo:

Ao pé da letra, o que significa “Ele cuspiu no prato que comeu”? Que o cidadão não é adepto de hábitos higiênicos. Antes de deglutir o prato (tomado no sentido lato ou de “refeição”) dá-lhe uma sonora cusparada. Haja estômago! Para que a frase tenha o sentido desejado, é preciso acrescentar-lhe um “em”: “Ele cuspiu no prato *em* que comeu”.

Excluindo o falante de sua própria língua, ilusoriamente o professor toma a língua como objeto uniforme. Aliás, sem fazer diferença de gramática nem de contexto de produção, ao transferir noções da escrita culta para analisar regras da língua falada, desanda numa desordem de preconceitos e desrespeito ao falar de muitos brasileiros. Um pesquisador jamais diria isso. Interessa-lhe muito o porquê das coisas: por que se fala assim? Falando nisso, deixe-se o deboche de lado e explique-se o fenômeno, estimulado pela pergunta: mas o que é mesmo “erro”?

A seguir a “recomendação” dos gregos, que entendiam a variação ou a mudança como “degradação”, estimulando as pessoas a aceitarem como correto somente o que se conformasse ao modelo dos escritores clássicos, então “erro” “é tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem.” (POSSENTI, 2004, p. 78).

No português brasileiro tem-se conhecimento de três estruturas de relativização: a *padrão* (Ele cuspiu no prato em que comeu), a *relativa não-padrão*, com pronome-lembrete (Ele cuspiu no prato que comeu nele) e a *não-padrão cortadora* (Ele cuspiu no prato que comeu). Um dos fenômenos mais corriqueiros em língua é o apagamento de preposição, motivo por que não se deve ignorar sua ausência em expressões como a acima formulada. Tanto é que as gramáticas atualizadas não deixam de descrever esse fenômeno ao tocar no uso dos relativos. É o que se vê na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*: “Na fala espontânea, nas variedades populares da língua e na escrita de pessoas com baixa escolarização, porém, praticamente só se emprega a forma *que*, que tende a perder a condição de forma substituta – pronome anafórico – de um antecedente em proveito da função puramente conectiva.”¹⁴

¹⁴ AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, p. 317.

Essa gramática, além de reconhecer o valor das variedades da língua (“O caminho **que** eu vim é tranquilo”), ressalta que “se trata de um uso que já migrou definitivamente para a escrita menos formal, como a da crônica jornalística e da literatura memorialística.”¹⁵

E em sua *Gramática do português brasileiro*, Perini (2010, p. 192-3), ao dar o exemplo “A casa velha onde eu morei já foi demolida”, explica: “No caso, como se trata do papel temático Lugar, pode-se usar o relativo *onde*, que corresponde aí ao sintagma adverbial *na casa velha*. Aqui é igualmente possível relativizar com preposição, ou ainda com *que* e sem preposição [...]”, ressaltando ser a relativa cortadora (“A casa velha que eu morei já foi demolida”) “a mais corrente” quando comparada à relativa copiadora (“A casa velha que eu morei nela já foi demolida”).

No sentido de introduzir alimento pela boca, diz o *Dicionário de usos do português* (BORBA, 2002, p. 358): “**comer** V * [...] [**Ação**] 5 alimentar-se: *Ninguém pode ser atleta no Brasil, trabalhando como uma besta e comendo mal* (IN). [**Compl: nome concreto**]6 mastigar e engolir; ingerir: *Agora preciso comer ovos de chocolate* (VID); *Todo mundo come depressinha, depois corre pro banheiro* (SE) [...].”

Como se vê na entrada do dicionário, nenhum dos exemplos traz o verbo “comer” relacionado a objeto doméstico como prato, um instrumento de uso. No sentido “6” tem-se “nome concreto” para designar algo comestível (chocolate) e não outra coisa, que nem prato. Por isso o falante não se engana; sempre sabe escolher as palavras com seus significados apropriados ao momento do uso. Só o gramático entendeu da forma como interpretou: acrescentando um traço semântico inexistente para a ocasião do uso. Ninguém mastiga, ninguém engole, ninguém ingere, ninguém come prato.

Somando-se a isso, como a língua existe principalmente para comunicar, uma análise de língua “ao pé da letra” é um recurso frouxo (e não um argumento procedente) que só pode chegar a uma “explicação” forçada e inútil à compreensão das estruturas e do funcionamento da língua. Azeredo esclarece os princípios que dão substância à língua viva:

A interação das pessoas, com vista à troca de conteúdos e à respectiva produção de sentido, requer, portanto, antes de qualquer coisa, que haja entre elas um acordo ou entrosamento sobre a representação que fazem do evento em que estão tomando parte. Este acordo é decisivo para uma definição dos limites da significação que atribuem às palavras e expressões que empregam. (AZEREDO, 2010, p. 53).

Explicar a norma culta da língua é um dever do gramático. Mas não à custa de argumentos incoerentes. Diga o que disser o professor Pasquale, é um direito dele. Mas insinuar que o falante “comeu o prato” é injustificável, gramatical, semântica e pragmaticamente. É fácil prever a intuição do falante no uso da língua. Como foi dito, há na

¹⁵ AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, p. 317.

interação um “acordo ou entrosamento sobre a representação que fazem do evento em que estão tomando parte.” Motivo interessante para justificar que nem tudo precisa estar explícito. Simplesmente o ouvinte supre o que falta, mentalmente, e concretiza a interação. Tanto é que, diante de “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, ninguém vê nem “água” nem “pedra”, mas “perseverança”.

São atitudes como essas que lhe rendem, a ele e a outros, a desfeita de “purista”. E a menção tem a finalidade de sustentar que o tratamento que dão à concepção de “erro” não passa de subterfúgio para dar sustentabilidade a uma tradição que não aceita o diferente. Isso lembra Napoleão Mendes de Almeida (1996, p. 589-91), que, no verbete “vernáculo”, ao se referir ao povo e à língua desse povo, disse: “os delinquentes da língua portuguesa”, “português estropiado que no Brasil se fala”.

É opinião do professor que para a expressão alcançar o sentido desejado é preciso acrescentar-lhe um “em”. Não é assim que o leitor se sente diante de sentenças como “Eu cheguei em casa com os mesmos sapatos que saí.”¹⁶ de L. F. Veríssimo. É até possível que, dada a nossa cultura excludente e de sentimento colonialista, em algum ambiente onde a formalidade é esperada a falta dela traga desconforto para o falante; mas o preconceito não educa. Pelo contrário, desclassifica; faz supor, por um lado, a presença de uma cultura superior, hegemônica; por outro, uma cultura inferior, subalterna; por consequência não se deve concordar com esse modo de ver a língua, que faz encabular, típica do fazer calar. Esse caso faz recordar uma crítica de Perini aos que se queixam do “internetês”:

Quando ouço casos como esse [o alarido dos críticos em relação a formas como *naum*, *v/w*, *blz*, *ksa*, *kbça* etc], tenho vontade de sacar a fórmula que costumo aplicar sempre que alguém se queixa de não conseguir ler textos de alunos que cometem erros ortográficos: se é verdade, em certo sentido, que quem escreve *naum* não sabe escrever (o que precisa ser demonstrado), é ainda mais verdade que quem lê [naúm] não sabe ler... (PERINI, 2009, p. 61).

Parafraseando Perini, é verdade que quem lê ou ouve “Ele cuspiu no prato que comeu” e entende “Antes de deglutir o prato dá-lhe uma sonora cusparada” também não sabe ler nem ouvir. Sendo assim, bem mais justo é observar a visão de “erro linguístico” conforme disse Stanley Aléong:

Nesta visão de língua como um conjunto de regras das quais algumas são variáveis, a noção de erro linguístico fica reservada a fenômenos marginais ou prejudiciais à inteligibilidade da comunicação. A partir do momento em que um uso ou, melhor, uma regra ultrapassa o plano individual e conhece uma frequência de emprego para além de um nível determinável, trata-se já de uma regra a ser inscrita no repertório linguístico da comunidade. O erro, portanto, não é absoluto mas, sim, relativo ao meio ou ao grupo social de referência. Segundo nossa definição, o erro é essencialmente um uso que, num dado momento, vem se opor a um outro uso até então dominante. (ALÉONG, 2011, p. 151).

¹⁶ Disponível em: <<http://ewertontrojan.blogspot.com.br/2008/09/lus-fernando-verssimo-sexo-na-cabea.html>>. Acesso em 7 mai. 2012.

Diante disso, é inevitável a indagação: para alcançar a norma culta da língua, é preciso passar por isso?

9.2.4 Buscando no passado explicação para o presente

“Toda língua muda com o tempo” é lugar comum nas academias. Aliás, é preciso acrescentar que muda e continua mudando. Outro acréscimo: muda, transmuda, mas não perde a compostura, continua estruturada e com sentido. É o que se vê em Silva (2006): a) gênero: “há nomes que eram masculinos, como os derivados em *–agem: o linguagem, o linhagem*” e “há nomes que eram femininos: *a fim, a valor, a cometa, a planeta* etc.”¹⁷; b) concordância verbo-nominal: “E hia *morreo grandes gentes*”, “*Se ajuntaron* diante de Santo Antônio *tamanha multidom*.”¹⁸ Como se sabe, hoje tanto se diz quanto se escreve: *a linguagem, a linhagem, o cometa, o planeta, morreram grandes gentes, se ajuntou tamanha multidão*. Mas não há motivo para susto; em tempos modernos, em Portugal se diz: “*a gente ficamos, ao fim de anos, estragados*”, “*a gente não tivemos festa, andamos de luto*”, “*a gente temos tanta prática que a gente sabe*”¹⁹, assim como (texto jornalístico) “O *casal* que vivia no apartamento à frente do de Jeff *consideravam-no* uma pessoa tímida e pacata”, “O *Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAIVC)*, na oposição, *contestaram* acusações feitas pelo governo”²⁰. A vanglória com expressões do tipo “apologia do erro” em referência a “Nós pega o peixe”, é vã: a variação é inerente às línguas e lutar contra isso é uma luta inglória.

A concordância está sempre na mira das aulas de português, e da mídia, que não presta uma contribuição educativa, mas ajuda a perpetuar o mito da pureza. Essa queixa – a crítica ao livro – em nada justifica questões como estas, estampadas em *Veja*: “O erro crasso de concordância [...]”; “A escola que não enfatiza a norma culta da língua [...]”²¹. Dois argumentos justificam isso: primeiro, que em nenhum momento é negado o aprendizado da norma culta da língua na proposta do livro, como já se disse; segundo, não se trata de erro de concordância, trata-se de variação, desvalorizada na escola, na sociedade, nos meios de

¹⁷ Cf. SILVA, Rosa Virgínia M. e. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 103.

¹⁸ Id., p. 161.

¹⁹ Apud SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 46.

²⁰ Id., p. 48.

²¹ BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. Os adversários do bom português. *Veja*. São Paulo: Abril, 1968-. n. 2218. 25 mai. 2011. 81 p. p. 86.

comunicação e, quem sabe, para firmar a divisão de classe, não deverá constar ao lado da variedade prestigiada.

A inserção da variedade popular em nada dificulta o ensino da outra. É a velha questão de não se aceitar a diferença. Quem não se lembra do “imexível” do ex-ministro Rogério Magri? A imprensa apressou-se em desclassificar o ministro, no que foram desmentidos:

O distanciamento entre sistema e norma de realização se manifesta quando a “novidade” criada à luz do sistema inexistente na norma, na tradição já realizada e, por isso mesmo, não se encontra registrada nos dicionários e nas gramáticas. Foi o caso, entre nós, de *imexível*, nascido com procedimentos do sistema do mesmo modo que *intocável*, *infalível*, etc., mas não ainda realizado na norma. Esqueceram-se os críticos de que uma língua viva não está feita, isto é, que não só estrutura seus atos por modelos precedentes, mas faz-se e refaz-se constantemente, encerra formas feitas e tem potencialidade para criar formas novas, e está sempre a serviço das necessidades expressivas de qualquer falante. (BECHARA, 2009, p. 43).

O caso aqui é ilustrativo da discriminação que volta e meia aparece na imprensa. Por isso analisam-se casos passados procurando a repercussão do “eco” com outros que sem demora virão. Se “uma língua viva não está feita”, se “não só estrutura seus atos por modelos precedentes, mas faz-se e refaz-se constantemente”, por que motivo a gramática popular seria excluída? Ela também está neste faz/refaz sem fim.

A análise empreendida teve como ponto de partida uma leitura mais cuidadosa daquilo que é central no livro “Para uma vida melhor”. Como a obra traz um ponto de vista renovado, que foge ao corriqueiro da pedagogia brasileira, tornou-se urgente uma passagem pela questão da variação e mudança nas línguas, para mostrar que esse lado da questão já não é tão incomum na literatura linguística brasileira, a ponto de não ser lembrado nos debates sobre língua.

A noção de “erro” foi necessária porque, além de ela ser mal formulada, sobretudo por pessoas leigas no assunto, as descobertas linguísticas têm trazido uma contribuição sofisticada nesse campo. Não é por outro motivo que Mattoso Câmara Júnior (1997, p. 19) alertou, referindo-se aos dialetos, que “a gramática normativa tradicional, misturando alhos com bugalhos, trata muitas vezes como ‘irregularidades’ da língua monoliticamente considerada o que são na realidade ‘regras’ para a gramática descritiva de uma dessas línguas particulares.”

Certas questões levantadas no presente, como as que seguem, atribuídas à escritora Lya Luft, cujo tom remete a um ódio histórico em torno de uma visão de norma que não admite as outras normas, fazem lembrar o olho vivo de Câmara Jr.

Diz a escritora: “Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livre da escola e do dever de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas como “os home espera”, “nós achemo”, “as mulher precisa”. (ou “percisa” seria melhor?)”²². Onde falta

²² LUFT, Lya. Chancela para a ignorância. Veja, São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. 2011. p. 26.

argumento sobre o boche. É o ceticismo em busca de uma justificativa que leve ao banimento dos usos populares do currículo da escola. Para essa finalidade, é possível até mesmo esquecer a palavra de um conhecedor do assunto, Celso Cunha:

Há mesmo um discurso típico dos prescritivistas para formular e justificar os seus julgamentos e suas decisões. Discurso, como precisa Alain Rey, em que se hierarquizam os usos e, por eles, os usuários, em que se valoriza um discurso em detrimento dos demais, que se tornam assim os discursos dos “outros”. (CUNHA, 1985, p. 44).

É assim, a negação se faz aos supetões, na base da crítica desarrumada em argumentos frouxos, só para constar na tabela.

No século XVII se dizia “Ainda que sabia” (Fiorin, 2004, p. 143), para o que se diz e escreve hoje “Ainda que soubesse”. É bem provável que o primeiro que escreveu “ainda que soubesse” tenha levado muita pancada, acusado de errar a língua. Com o *Appendix Probi* (século III d. C.), achava-se que a lista de pronúncias corretas iria consertar a língua do povo: mas o povo continua falando “falamo”, “os santo”, “arraia”, “comeno” etc. A rejeição do gramático ao latim corrente do século III da nossa era se cruza com a rejeição do português corrente do século XXI, na voz de Lya Luft.

A expressão “escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas...” não é adequada e entra em choque com a história da língua. Se “uma língua viva não está feita”, então não se sabe como será a língua do futuro – apenas se sabe que ela vai mudar e que nada impede que essa mudança tome o caminho das variações mais frequentes. Fora a vigilância, nem se nota mais que se tornou corriqueiro o uso de “assistir” (ver, presenciar) como verbo transitivo direto, como nesta frase, da Folha de São Paulo: “Durante toda a manhã assistiu o desenrolar da tragédia.” (apud BORBA, 2002, p. 144). É com razão que diz Lemle (2005, p. 47): “O exemplo do *Appendix Probi* foi utilizado para mostrar que o menosprezo de um grupo de falantes pelo modo de falar de outro grupo de falantes é algo que se repete continuamente em todos os tempos, em todas as partes, em todas as sociedades.”

Além do mais, a escola não está trabalhando para “ensinar” a fala nem a escrever como se fala; segundo os postulados da sociolinguística, uma das tarefas nobres que deve incrementar a pedagogia da língua materna, é “despertar a consciência do aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação” (MUSSALIM; BENTES, 2006a: 69), incluída aí a variedade culta da língua.

“Ou ‘percisa’ seria melhor?” A levar em conta a gozação, o dizer da colunista é infeliz. Ele revolve das cinzas o ideal de língua degenerada, feia, deturpada, muito em voga na cultura alemã do século XIX, que tinha em mira localizar num passado mítico um modelo de língua pura, bela, perfeita, em contraste com a língua mudada, degenerada:

O sentimento romântico levou os primeiros comparatistas a tentar reconstruir, através do método comparativo, um estado de língua original, considerado idealmente perfeito em função de uma concepção da época de que a mudança era uma espécie de degeneração de um estado de língua primitivo e, por natureza, íntegro. (MARTELOTTA, 2008, p. 49).

Cientificamente falando essa teoria já foi superada, não fazendo sentido nenhum a busca inglória de uma língua acabada. A essa altura, atribuir juízos de valor com fins de discriminação, de anulação da variedade e, portanto, do falante, em seu próprio espaço social, é querer instituir o domínio de uma classe sobre outra tomando como pretexto aquilo que é considerado o bem maior de interação sociocultural de um cidadão – a língua que ele fala.

A rejeição, com a qual não se pode concordar, tem suas consequências. Ela sugere esquecer-se de que a língua é um mosaico de falares. E relegar ao esquecimento tais variedades é danificar a realidade dessa língua. É alimentar a ideia da língua única, o que vai resultar na eleição da “certa” e exclusão das demais – “erradas”. É um contrassenso: em uma sociedade tão diversificada é inevitável a presença de uma multiplicidade de culturas, entre elas as variedades linguísticas das classes constituintes dessa sociedade. Esconder esse fato é inculcar mitos em torno da língua; é deixar vazia a lacuna instituída pela ideologia dominante, a dança do “é não é”; é referendar a instituição de verdades eternas (sempre se disse assim, assim será!). No caso da língua, é lugar comum: quem não falar ou escrever conforme a norma-padrão, não sabe falar nem escrever. Mas, ao que parece, essa “incompetência” pode ter sua origem no próprio ensino centralizado na gramática, como diz o gramático Celso Pedro Luft:

Chegamos assim ao que constitui o mais grave dano causado por um ensino de língua fundado na teorização gramatical: a relação negativa do falante com sua própria língua. A convicção que se vai infiltrando de “não saber a língua”, e com isso o bloqueio da criatividade, a inibição da linguagem, sensação de incapacidade e insegurança. Já ouvi o absurdo de dizerem: “Em Portugal, sim, qualquer criança ou lavadeira fala bem o português; no Brasil, até doutor fala errado”. (LUFT, 2002, p. 94).

É claro que com isso não se pretende banir o ensino gramatical da escola. Mas posições como as da *Veja* parecem mesmo contribuir é com o “congelamento” pedagógico: insiste-se que o professor deve “analisar os recursos expressivos de diferentes variedades da língua, considerando os fatores geográficos, históricos, sociológicos e técnicos da variação; as diferenças entre a oralidade e a escrita e o registro empregado.”²³ No entanto, o ensino não tem prestigiado os falares do povo, e quando estes se fazem presentes nas escolas, é mais prático e menos comprometedor colocá-los na desculpa dos “erros”, pois estes já se tornaram senso comum na mentalidade social, jargões batidos difíceis de remover. Com “erros” todo mundo concorda; com acertos diferentes, não. É o afinamento com pontos de vista afetados

²³ MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *Referenciais Curriculares: Ensino Médio*. São Luís, 2007. p. 42.

como este: “É português estropeado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua de ‘deixô vê’, do ‘mande ele’, do ‘já te disse que você’ [...]” (ALMEIDA, 1996, p. 589). Esse modo de pensar se harmoniza, integralmente, com o que se vê em “Chancela para a ignorância”. Sem muitas palavras, avaliem-se o peso dessa ironia: “ORDE E POGREÇO”, em destaque.

É hora de perguntar, com Perini (2005, p. 22): “O que está acontecendo?” A resposta possível é: [...] “Estamos colocando nossas crenças, expectativas e desejos à frente dos próprios dados da observação. E, de posse dessas crenças, expectativas e desejos, preferimos, em vez de olhar a realidade, fabricar na nossa cabeça nossa própria realidade”.

Assegura-se ter ficado claro que as concordâncias não-padrão são estruturas legítimas da língua; por isso devem constar no conteúdo oficial da educação da língua. Com isso não se nega o estudo de gramática na escola; pelo contrário, continua sendo uma soma de conhecimento. A gramática normativa é uma proposta de descrição da variedade culta da língua, mas convém dizer que ainda hoje insiste numa descrição que tem como fonte de “boa língua” a língua literária dos clássicos. Aproveite-se dela o que for possível, porém, mais prudente para o professor é buscar conceitos em que

Neles enfatiza-se a condição de *sistema*, sem nenhuma referência a juízos de valor sobre o prestígio social de qualquer das variedades da língua. Neste sentido, todas as formas da língua usadas pela comunidade são analisáveis como fatos gramaticais produzidos mediante regras. Assim, em uma variedade do português, diz-se *Eu não a conheço* para o mesmo conteúdo que, em outra variedade, é expresso por *Eu não conheço ela*. Numa variedade do português diz-se *os meninos, minhas roupas, dois reais*; em outra variedade, diz-se *os menino, minhas roupa, dois real*. Trata-se de uma diferença de gramática (veja que os fatos são sistemáticos e regulares), e não da existência *versus* inexistência de gramática. (AZEREDO, 2004, p. 33).

Orientando-se por uma soma de conceitos como a sugerida acima (gramática internalizada/gramática descritiva), o professor tanto ampliará o seu conhecimento da língua quanto evitará a equivocada postura da tradição de ver a língua apenas pelo viés da exclusão, ou seja: gramática certa (normativa) *vs.* inexistência de gramática (os outros usos).

“Isso está certo, professor?” Para perguntas como essa, comuns nas escolas, é hora de indagar: “O que dizem os falantes? O que diz a tradição gramatical? O que dizem as pesquisas linguísticas?”²⁴. Procedendo assim, em vez de escamotear os múltiplos usos dos alunos, escamoteia-se o preconceito e a intolerância presentes nas salas de aula, na mídia e na sociedade como um todo.

²⁴ Cf. VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. *Ensino de gramática: descrição e uso* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2007, p. 42.

10 A CORREÇÃO ESCOLAR

Nesta seção pretende-se deduzir a imagem de *correção* latente na visão de gramáticos, de autores de livros didáticos e da revista *Língua Portuguesa*, da Editora Segmento. Quanto aos gramáticos, faz-se uma leitura de Gladstone Chaves de Melo (*Gramática fundamental da língua portuguesa*, 1980) e Evanildo Bechara (*Gramática escolar da língua portuguesa*, 2010). Quanto aos autores de livros didáticos, William R. Cereja e Thereza C. Magalhães (*Português: linguagens*, 2005).

O uso do conteúdo é esparso, mais tendente à sintaxe e regência, não esgotando a totalidade disponível; e a escolha se deve à seguinte intuição: Chaves de Melo, linguista e filólogo, ocupa uma posição intermediária entre os estudiosos mais e menos conservadores; Bechara, que vem se aliando às orientações linguísticas mais modernas, sem deixar de ser tradicional, representa estado de mudança no interior da tradição; a obra de Cereja e Magalhães está entre as mais divulgadas nas escolas de ensino médio.

10.1 Gramática fundamental da língua portuguesa

Gramática é a “sistematização dos fatos *contemporâneos* de uma língua, melhor ainda, de um aspecto da língua ou de um *uso*.”¹ Ou: “Hoje ela é entendida como *sistematização dos fatos da língua literária contemporânea*”² (grifos do autor). Por esse modo de entender a gramática, Chaves de Melo deduz que “assim sendo, já não pode ela constituir-se em código de proibições. É uma apresentação dos *fatos* da língua, abonada sempre pela única autoridade respeitável, a dos bons escritores [...]”³ (grifo do autor). Essa depreensão de gramática e seu uso ladeia um contrassenso: se por um lado o gramático condena a gramática como “código de proibições”, por outro, ao observar que “não se diz nem se escreve ‘entre eu e ele’ (como se ouve a pessoas negligentes, distraídas ou ignorantes), mas ‘entre *mim* e ele’. Igualmente, ‘entre *mim* e *ti*’ [...]”⁴, não escapa dessas mesmas proibições; hajam vista os qualificativos “negligentes”, “distraídas” e “ignorantes” desabonadores dos possíveis usuários de formas inovadoras. É de supor também que Antônio Feliciano de Castilho não esteja na conta de ignorante por que escreveu: “Odeio toda a gente / com tantas veras d’almas e tão

¹ MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978, p.

² Id. *A língua do Brasil*. 4 ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão, 1981, p. 184.

³ Id., p. 184.

⁴ Op. cit., p. 205.

profundamente /, que me ufano de ouvir que *entre eles e eu* existe / separação formal”. (apud BECHARA, 2009, p. 316).

Mas o gramático procura estabelecer uma posição equilibrada, evitando o purismo em questões quase sempre condenadas pelos manuais normativos; é o caso de “melhor” diante de adjetivos-particípios: “Nas comparações em que *bem* está intensificando um particípio, costuma-se dizer ‘mais bem’: ‘esta casa é *mais bem* construída do que a outra’ [e, igualmente: ‘*mais mal* construída]. Mas quase sempre se pode dizer também *melhor* [ou, ‘pior’]: ‘incentivo para adorações *melhor* recompensadas (Camilo)’”⁵. De fato, a literatura como modelo da língua culta tem ofuscado outros domínios, como o discurso jornalístico, por exemplo; por isso, geralmente o que não é abonado pelo escritor reconhecido é tido como erro⁶, portanto, não recomendado. E a escola até hoje tem seguido essa linha para efeito de avaliação da produção gramatical do aluno. Como diz Ilari (1997, p. 73), “na prática pedagógica, sugere-se que o trabalho do professor deve consistir numa espécie de terapia: assinalar o erro, classificá-lo, propor alternativas corretas e exigir a observância destas últimas na redação seguinte.”

Apesar da convenção do tempo, Chaves de Melo soube ver a incongruência pedagógica de métodos inadequados para a educação linguística (“textos para corrigir”) (1981, p. 185-186):

os remanescentes da gramatiquice enxergaram no invento boa ocasião para se manifestarem, aí se instalaram com armas e bagagens. E então “correção de textos” passou a significar aplicação da bitola gramatical *vieux style* a trechos dados. E vai-se revivendo toda aquela série de preceitos arbitrários, de fantasias e invencionices, todo aquele código de supostos erros, que já devia, depois de tão luminosos estudos a propósito, estar posto de lado. Volta à cena: não se pode começar frase por *porém*, não se pode usar *o quê* interrogativamente, *apiade-se* é forma errada, que se deve corrigir para *apiade-se*, não se pode colocar o pronome aqui ou ali, porque tal ou qual palavra o *atrai* [...]. (MELO, 1981, p. 185-6).

Por esse depoimento, a correção não deverá abalizar-se na arbitrariedade do “certo e do errado”, do “pode/não pode”, ao que parece conduta deformadora da capacidade do aluno para observar as estruturas produtivas da língua de que vai se servir para a composição dos próprios textos. Deve-se ganhar mais tempo com a leitura de bons textos. E a crítica aos colegas, acusando-os de fantasistas, inventores de regras e criadores de verdades, é sinal positivo de que se a correção é necessária (e a forma é caso a discutir) ao desempenho do bem expressar-se, da construção segura, mas reduzir a discussão dos fenômenos linguísticos a posições individuais, a argumentos de autoridade, é perda de tempo, na escola de outrora e na escola de hoje. A reflexão da língua dá lugar à obsessão das formas, a discussões vazias.

⁵ MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978. p. 196.

⁶ Cf. nota 9, cap. 7.

10.2 Gramática escolar da língua portuguesa

Em sua *Gramática escolar da língua portuguesa* (2010) Evanildo Bechara introduz o trabalho cientificando o aluno de que “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.”⁷. Certamente não é claro, dentre esses profissionais, o que define a “autoridade”. Por gosto próprio ou por popularidade há de se entender que fulano é referência, mas é inevitável a pergunta: quem não é correto ou esclarecido?

Não se propõe aqui responder a esta indagação, mas advertir que tomar um escritor como correto ou um gramático ou dicionarista como esclarecido implica, certamente, a exclusão de outros (seriam os mais ousados no uso? Em certa medida Machado de Assis e Alencar também ousaram). Mas por que motivo este ou aquele escritor ou dicionarista não mereceu ser lembrado?

Essa gramática, excessiva em exercícios à moda tradicional de preencher lacunas, tem a pretensão de levar o aluno a escrever e falar como o faziam ou fazem aqueles a quem atribui autoridade. Ao recomendar a regência do verbo *chegar*, diz o autor: “**Chegar**: pede a preposição *a* junto à expressão locativa: Cheguei *ao colégio* com pequeno atraso. O emprego da preposição *em*, neste caso, ocorre vitorioso na língua coloquial e já foi consagrado entre os escritores modernos, [mas] o uso padrão continua fiel à preposição *a*.”⁸ Sendo assim, manifesta certo desprezo pelos escritores modernos: ainda que tenham consagrado um uso, continuam sem “autoridade”, portanto, não são escritores “corretos”. Mas o gramático ensaia vontade de renovação na análise da língua. Exemplo disso é a legitimação do sujeito regido de preposição, em expressões do tipo *está na hora da onça beber água* ao lado de *está na hora de a onça beber água*. Mas insiste na orientação desgastada de “alugam-se casas”⁹, modestamente defendida na *Moderna gramática portuguesa* (Cf. 2009, p. 178) e omitida na *Gramática escolar*, o que faz transparecer como erro a construção “aluga-se casas”.

10.3 Português: linguagens

Esta série de três volumes elaborada para uso no ensino médio apresenta uma proposta até certo ponto inovadora. De fato, atualmente as diretrizes educacionais têm exigido uma

⁷ BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2 ed. Ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 14.

⁸ Id., p. 458.

⁹ Id., p. 441.

postura mais coerente com o ideal de pluralidade no ensino. Apresentando a língua por um ponto de vista estruturalista, língua como *código*, assumem os autores que “nem a língua nem fala são imutáveis. A língua evolui, transformando-se historicamente.”¹⁰ Também afirmam que “Todas as variedades linguísticas regionais são perfeitamente adequadas à realidade onde surgiram. Em certos contextos, aliás, o uso de outra variedade, mesmo que seja a língua padrão, é que pode soar estranho e até não cumprir sua função essencial de comunicar.”¹¹ Por essa asserção, a proposta vai incluir as ideias de variação e mudança, que por sua vez exigem uma linha de ensino mais abrangente que a tradicional. Trata-se de orientar o ensino da língua – produção e leitura – pelo ângulo dos gêneros textuais. Tanto é que, segundo os autores, “quando interagimos com outras pessoas por meio da linguagem, [...] produzimos certos tipos de texto que, com poucas variações, se repetem no conteúdo, no tipo de linguagem e na estrutura. Esses tipos de texto constituem os chamados **gêneros textuais** [...]”¹² Por essa ressalva, é de esperar que a sugestão de correção se livre da ideia de língua homogênea e se amplie para uma concepção em que a língua seja avaliada por suas circunstâncias de uso, observando-se a força dos dialetos e registros da língua em funcionamento. A referência, agora não é à gramática, mas às gramáticas. Por isso, os critérios de avaliação ou correção de textos devem ser adequados à situação de produção, recorrendo-se às noções de *adequado* e *inadequado*: “use a variedade padrão, menos ou mais formal, de acordo com o perfil dos participantes”¹³, ou “a linguagem deve ser, portanto, adequada ao gênero e ao perfil do público leitor.”¹⁴, em vez de “certo e errado”, que fomenta a ideia de uma única forma correta de usar a língua. E há espaço para a reflexão da gramática popular, sem os ressentimentos negativos de suas estruturas. De fato, para os objetivos dos Referenciais Curriculares, “a linguagem verbal, manifestada nos usos da língua nas mais diversas situações da atividade humana, representa/determina a experiência do homem na vida social, produzindo significados que constroem múltiplas identidades.”¹⁵

Na abertura do capítulo “linguagem, comunicação e interação”, os autores exploram usos da variedade *gíria*: *gíria* dos grafiteiros: *king* (bom grafiteiro), dos jornalistas: *foca* (jornalista recém-formado), dos surfistas: *back side* (manobra em que o surfista fica de costas para a onda), dos *funkeiros*: *cão* (mentira, calote), já bastante aceitas socialmente. Mas não

¹⁰ CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens...* v. 1. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005, p. 15.

¹¹ Id., p. 15.

¹² Id., p. 41-2.

¹³ Id., p. 255.

¹⁴ Id., p. 275.

¹⁵ BRASIL. GERÊNCIA de Estado de Desenvolvimento Humano. Referenciais curriculares para o ensino médio – Estado do Maranhão. São Luís, 184 p. p. 36.

desenvolvem uma reflexão gramatical com outras variedades sociais, aquelas que são alvo de polêmicas, como a concordância verbal/nominal não padrão (*as menina, nós pega pexe*). Reconhecem eles: “Apesar de haver muitos preconceitos sociais em relação a variedades não padrão, todas elas são válidas e têm valor nos grupos ou nas comunidades em que são usadas.”¹⁶ Apesar disso, continua o espaço vazio na obra para a descrição/explicação das estruturas populares, pedagogia oportuna ao abrandamento ou erradicação dos preconceitos de que falam. As tiras de quadrinhos, caricaturas de fala, tomam a cena da linguagem autêntica, falada pelo povo. Segundo Vieira e Brandão (2007, p. 36), “[...] uma boa possibilidade de enfrentar o problema [ensinar a língua] seria tentar perceber os conhecimentos de língua que entram em jogo na sala de aula, os saberes que trazem professores e alunos.” Dizer somente não basta, é preciso fazer, analisar, descobrir as regras, deixar claro que a fala do povo também tem gramática. A propósito de um fragmento de texto teatral pergunta-se: “Nessa cena, que tipo de variedade linguística predomina?”¹⁷. Os autores insinuam uma resposta já prevista, já que o texto apresenta de cara construções-modelo nas escolas (“Levantem-se todos, pois vão ser julgados”, “Sinto-me como se minha alma quisesse cantar”), ocasião favorável a uma reflexão sobre as outras variantes, para não colar a ideia de que a certa é esta.

Apesar das vantagens pedagógicas, nas questões gramaticais a representação de correção adotada mantém vínculo forte com a tradição e procura não se comprometer com as variantes da própria variedade padrão. É o que acontece, por exemplo, na atividade 3 do capítulo 23, *concordância verbal*: “Leia a placa abaixo [PROCURA-SE o animal que deixou essas PEGADAS]. Se colocarmos no plural a expressão *o animal*, como ficará a frase da placa de acordo com a língua padrão?”¹⁸ Ao responder o aluno “procuram-se os animais...”, não resta dúvida de que o “certo” é essa forma, inserta no box de informação das regras: “Os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos, quando apassivados, concordam com o sujeito: Vendem-se casas e terrenos a prazo.”¹⁹. Essa forma de dirigir a correção entra em choque com a posição de gramáticos como Evanildo Bechara, em cuja *Moderna gramática da língua portuguesa* registra-se (2009, p. 178): “*Vende-se casas e frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requiere [*sic*] *vendem-se frutas, fritam-se ovos*. Mas ambas as sintaxes são corretas [...]”

¹⁶ CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens...* v. 1. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005, p. 16.

¹⁷ Id., p. 104.

¹⁸ CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens...* v. 3. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005, p. 236.

¹⁹ Id., p. 237.

A propósito ainda das atividades de concordância, para a canção “fora de si”, de Arnaldo Antunes, é proposta a seguinte forma de correção: “a) Reescreva todos os versos em que se verificam desvios de concordância em relação ao padrão culto da língua, adequando-os a esse padrão. b) Identifique o tipo de problema de concordância verificado em cada um dos versos reescritos [...]”²⁰ Vale a pena ver esta letra:

eu fico louco
 eu fico fora de si
 eu fica assim
 eu fica fora de mim

eu fico um pouco
 depois eu saio daqui
 eu vai embora
 eu fica fora de si
 eu fico oco
 eu fica bem assim
 eu fico sem ninguém em mim

Com tantos jeitos de explorar o padrão culto da língua, usando inclusive os próprios textos em que esse padrão é solicitado, o aluno é convidado a transformar o texto intencionalmente escrito com finalidade artística. É assim que se cria a obsessão do “consertar”. Essa pedagogia de ensino da norma culta faz lembrar aquilo que Chaves de Melo já condenava na década de 1940:

Como acentuei, o método [“textos para corrigir”] em si me parece condenável, porquanto não será por meio de um processo *negativo* que se há de aprender a escrever. Depois de ler, estudar, examinar, bisbilhotar mil frases erradas, quais os bons modelos que terá na consciência e no subconsciente um cidadão? Poder-se-á esperar dele graça, leveza, independência, originalidade de estilo? (MELO, 1981, p. 185, grifo do autor).

O que se quer frisar é que o modo como é tratada a questão resulta numa correção injusta. Parece ter razão Britto (2008, p. 76) quando afirma que “o *padrão de correção* é, acima de tudo, uma representação ideológica do que seja certo.” (grifo do autor).

10.4 Revista Língua Portuguesa

Certamente, pelos impactos das pesquisas linguísticas, a revista *Língua portuguesa* se apresenta como um veículo preocupado em divulgar a heterogeneidade da língua, por isso publica opiniões diversas sobre ela. Com assuntos que procuram abranger a maior parte possível dos fenômenos linguísticos, a sintaxe, a filologia, a semântica, a ortografia, a etimologia, o discurso etc., essa revista propõe debater os fatos segundo o conjunto de complexidades que a língua sempre mostrou ser, obrigando o professor ou o gramático a

²⁰ CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens...* v. 3. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005, p. 238.

repensar o assunto, a orientar as questões gramaticais de modo refletido e ciente de que pelo menos dois pontos de vista, o tradicional e o moderno, podem dialogar sobre a mesma questão.

Os postulados tradicionais são cultura consolidada na sociedade, na pedagogia, no sentimento coletivo da língua, no prestígio da tradição; os postulados modernos, necessários, porque uma teoria ou se renova ou se destina ao fracasso; aliás, a tradição tem seus percalços na história da língua; por outras palavras, o tradicional um dia cederá lugar a transformações que lhe vão exigir adaptações, um novo olhar, avaliação por outro ângulo, que é o que de fato se vê na revista *Língua portuguesa*. Ela nota a necessidade de teorizar a inevitável transição.

Para abrir a análise, deduzir a ideia de correção latente no conteúdo da revista, considerou-se imprescindível listar alguns pontos de vista apresentados na seção “Carta ao leitor”, assinada por Luiz Costa Pereira Junior, editor da revista. Neste espaço, é flagrante o ponto de equilíbrio que os tempos modernos procuram estabelecer no tratamento da língua nas escolas ou em qualquer espaço onde ela cumpre seu papel de interação social. Com esta exposição pretende-se conhecer a filosofia de língua outrora “subversiva”, mas em discussão hoje; afinal, a língua, como qualquer cultura evolui com o tempo, não admite um sossego tão elástico que possa alcançar o estado fixo.

Uma língua vale o quanto a inventamos, o quanto de prazer em usá-la nos faz esticar um pouquinho que seja as suas possibilidades em cada interação – e não é outra a crítica quando se afirma que uma gramática que teme a oralidade deixa o país escapar por entre os dedos. Cada falante do português é a seu modo o embaixador de uma gramática específica – familiarizar-se com outras que não a sua, e adotar o melhor registro gramatical em cada situação de comunicação, é uma forma de cuidado com os outros – e conosco. A língua vale o quanto amamos conviver. Só por isso, por amar a convivência com o que lhe é diferente e distante, o brasileiro pode ser responsável por uma valorização do idioma num grau que nenhum outro país lusófono jamais ousou.²¹

A língua não é só ferramenta para comunicação (sonhamos em português sem nos comunicar com ninguém, não?). A língua é viva, é pensamento: não penso e exprimo depois, mas penso ao me exprimir. A gente pensa não só para se exprimir, como pensa na linguagem.²²

A tônica tradicional é dupla: a descrição de categorias gramaticais – a decoreba de definições abstratas – se soma à doutrinação cega pela obediência a regras. O desafio do aprendizado gramatical parece estar mais relacionado a buscar a razão de ser da norma e do desvio, além de identificar a linguagem a ser usada em diferentes situações e níveis de formalidade, que exigem usos específicos de fala e escrita. A água, no entanto, já está no joelho dos afogáveis. Cresce a necessidade de capacitar as pessoas à flexibilidade linguística. E de saber se reprovamos um “erro de português” por uma expressão ou uma construção sintática não ser de fato natural ao nosso idioma, não pertencendo a seu sistema. Ou por mero preconceito com a linguagem popular e as variantes socialmente desprestigiadas, que em determinados contextos talvez ainda sejam o melhor registro a ser adotado.²³

²¹ LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Segmento, ano 7, n. 72, out. 2011.

²² LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Segmento, ano 7, n. 73, nov. 2011.

²³ LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 54, abr. 2010.

A mesma ordem do mundo que padroniza também transforma todos naquele mais um na multidão. A fome por destacar-se trai o BBB que há dentro de cada um e alimenta a demanda por orientação. Trata-se de indicar caminhos para que a pessoa imprima personalidade aquilo que faz, de compor uma marca individual, de ser reconhecido. Encontrar o termo que liberta da mediania sem a camisa de força da padronização é a prova dos nozes atual.²⁴

Uma troca de palavras ou uma má conjugação verbal podem, inocentes, passar batidas. Mas é preciso contar com o imponderável, que é a intolerância alheia. Esta edição mostra que muitos de nossos equívocos não afetam o significado ou a sintaxe, a prosódia ou a ortografia, mas o enunciador. Desmerecem sua criatividade.²⁵

A língua tomada como entidade viva, que passa pela criatividade do falante e do escritor; a gramática que deve se aproximar da língua falada, sob o risco de se tornar uma entidade estranha à própria língua que ela descreve; a dupla face da gramática tradicional, decoreba de definições e doutrinação das regras; a tendência de uma linha de pensamento cuja preocupação é observar a dinamicidade da língua, o uso da linguagem conforme as situações; a busca por uma aceitação da flexibilidade da língua, flexibilidade que obriga a reflexão sobre as estruturas da língua na hora de “reprovar” um uso; a sensibilidade ao preconceito diante das variedades da língua; o questionamento da crença segundo a qual estudar regras faz escrever bem, encaminhando-se a prática assídua do escrever/reescrever constantemente: “[...] o bom preparo de um texto depende muito mais de suor e trabalho.”²⁶; o cuidado com a expressão adequada para evitar os “desgastes da imagem” diante do julgamento dos outros.

Esse conjunto de ideias denuncia a necessidade de reorientação da educação linguística. Em “Prisioneiros da análise sintática”²⁷, por exemplo, depois de desaprovar o costume tradicional que, ao ensinar análise sintática, se limita a testar a memória dos alunos, treinando-os para simplesmente diagnosticar as funções das palavras (como o que é sujeito, o que é objeto direto/indireto, o que é verbo transitivo/intransitivo etc.), na frase analisada é apresentada uma maneira segundo a qual “a análise sintática tem de descrever os mecanismos e as possibilidades de combinação entre palavras com o objetivo de produzir sentido”, o que é muito diferente de uma proposta limitada à nomenclatura. Isso implica descobrir no fazer gramatical uma função que sempre foi ofuscada pelo detalhamento da forma, a gramática como produção de sentido.

Mas ao lado de sugestões como esta, voltada para a língua como entendimento do mundo, em que forma e conteúdo se aliam em nome de uma língua que representa a vocação de quem fala ou escreve – produzir sentidos – também está a tradição, ainda que acusada de

²⁴ LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 57, jul. 2010.

²⁵ LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Segmento, ano 5, n. 65, mar. 2011.

²⁶ JUNIOR, Luiz C. P. Questões do estilo. *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 57, p. 4. jul. 2010.

²⁷ PRISIONEIROS da análise sintática. *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 5, n. 61, p. 18-9. nov. 2010.

promover decoreba e doutrinação: “Quem nota a diferença? – aonde x onde. Aonde = para onde; onde = em que lugar”. Baseando-se em Celso Pedro Luft, estimula-se o leitor a memorizar as regras de uso dessas palavras: “No modelo culto formal [...] perguntamos ‘Aonde ele vai?’, mas não ‘Aonde ele mora?’ (o que equivale a ‘Para onde ele mora?’, sem sentido).”²⁸.

Como a exemplificação acima tem orientação clássica, para o que não há erro nenhum, não se foi adiante com as regras da língua em uso, como em Neves: “Entretanto, são correntes construções como: ‘Genebra, a equidistante, é o pique **ONDE** *ides* sempre repousar do pega-pega da vida agitada.’”²⁹; ou “Essa [aonde = para onde] é a recomendação de uso, atualmente, para a língua culta, embora seja generalizado o uso de **aonde** por **onde**, e vice-versa, uso que, aliás, também se verificava em escritores clássicos: ‘A senhora sabe **AONDE** eu posso encontrar esse pai-de-santo?’”³⁰ (grifos da autora).

Noutra ocasião, Neves explica: “No ensino tradicional ‘mas’ é conjunção adversativa, une orações contrárias. Aí o problema: ela também conecta frases de mesma direção, como ‘Comprei esse livro, mas em São Paulo.’”³¹

O cotejo mostra que a revista procura democratizar o espaço de discussão da língua: se numa ocasião divulga a visão moderna, noutra a tradicional. Por outras palavras, se a escola não deve esquecer o passado da gramática, também deve estar preparada para lidar com as teorias do presente, que captam a língua em movimento, com regras já registradas em gramáticas e manuais. Neves também procura estabelecer essa harmonia no ensino: “Nas aulas, o professor tem de mostrar que há uma norma valorizada, em certas situações um uso é desabonado e, se o aluno insistir nele, será malvisto. Mas também deve mostrar a diversidade de opções de que a pessoa dispõe para comunicar-se. Com isso, ela ampliará seu repertório. E terá mais liberdade de escolha.”³²

A revista vem abertamente divulgando o pensamento científico de autores como Ataliba de Castilho, José Carlos de Azeredo, Sírio Possenti, Marcos Bagno e outros. Essa atitude, que aos poucos chega às escolas, obriga os docentes a rever a pedagogia. Por essa nova linha de raciocínio, o professor não passará de um *repetidor* caso não se disponha a rever seus conceitos, o que inevitavelmente atingirá o modo de “corrigir” no trabalho de ensino da língua. Aceitar, por exemplo, que construção como “aluga-se casas” hoje é certa e

²⁸ QUEM nota a diferença? *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 57, p. 20. jul. 2010.

²⁹ NEVES, M. H. de M. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 558.

³⁰ Id., p. 77.

³¹ NEVES, M. H. de M. Gramática sem normas. *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 54, p. 14. abr. 2010. p. 10-14.

³² Id., p. 14.

que no passado foi condenada, vai além do ato de tomar decisões abalizadas em regras categóricas. Corrigir, aqui, passa pela noção de descrição/explicação das diversas regras da língua; além das noções de adequado/não adequado e de história da língua.

Como ficou insinuado acima, ao falar-se de *aonde/onde*, o professor dirá que o “certo” é “Aonde vai?”, mas também deverá deixar clara a generalização e suas motivações linguísticas do uso de *onde* por *aonde* e vice-versa. Nas palavras de Eduardo Calbucci³³, a exposição “Mostra que a competência linguística está em saber transitar pelos diferentes níveis linguísticos, da situação extremamente culta à mais popular. Em vez de estigmatizar o erro, convidamos o visitante à reflexão.”³⁴. Essa é também a tarefa de quem ensina.

Outra questão com que a escola deverá familiarizar-se é a produção de gramáticas segundo critérios diferentes de análise da língua. Isso implica tomar ciência de conceitos diferentes que levam a uma metodologia de ensino diferente. Por exemplo, se o professor quiser se orientar pela *Nova gramática do português brasileiro* (2010) deverá compreender que Ataliba de Castilho toma a responsabilidade de explicar as regras do português brasileiro tal como usa a classe culta e popular na atualidade, sem compromisso com as conclusões da gramática tradicional. Essa obra, escrita sobretudo para estimular a pesquisa da língua, traz resultados da gramática da fala que podem surpreender o professor acostumado com a tradição. Exemplificando: a redução da conjugação verbal do português brasileiro popular a apenas duas formas: *eu falo, você/ele/a gente/eles fala*. (Cf. CASTILHO, 2010, p. 208).

Da leitura das obras acima deduz-se que para Chaves de Melo e Bechara o ensino da língua deve passar, rigorosamente, pelos seguintes critérios: a imagem de língua correta ainda está na prática dos escritores; modelo de atividade que leve à memorização das regras; pouca flexibilidade para as variantes cultas, principalmente os fatos mais emblemáticos, como “cheguei no colégio”, “implicar em desprezo”, “fui na cidade”, “vende-se apartamentos”, numa tentativa de isolar a norma padrão e inibir a mudança.

Português: linguagens transita por uma proposta que inclui as orientações da linguística moderna, como as ideias de variação e mudança ou gêneros textuais, o que estimula uma correção bem flexível pelo fato de trabalhar textos dos mais variados graus de formalidade. Porém, quando a questão é o padrão, os autores se guiam pela linha tradicional. Assim, ainda que aceitem que “o princípio da eufonia é o principal critério para a colocação dos pronomes [argumentando que] para o falante português é mais agradável dizer e ouvir

³³ Calbucci, um dos curadores da exposição “Menas: o certo do errado, o errado do certo” do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, 2010.

³⁴ BRYAN, Guilherme. A sabedoria da variante popular. *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 54, p. 16. abr. 2010. p. 16-8.

‘Dê-me um de chocolate’ e, para o brasileiro, ‘Me dê um de chocolate’ [...]”³⁵, recorrem a estereótipos ou explicações infundadas, de teor preconceituoso, nas colocações pronominais: “Em tese, os pronomes oblíquos estão bem colocados quando não *ferem os ouvidos, quando não se opõem à tendência natural da língua.*”³⁶ (grifo nosso).

A revista *Língua portuguesa* vem demonstrando uma iniciativa de trazer à população, à escola e aos espaços acadêmicos uma discussão mais aberta, mais democrática a respeito dos fatos da língua. Sente-se na revista a urgência de se popularizar a dinamicidade da língua e as orientações pedagógicas que vão conduzir o novo jeito de ensinar. Assim, o espaço agrega tanto um pensamento tradicional (“O pronome torturado – As frases seguintes foram colhidas em jornais e revistas de grande circulação; nelas, os pronomes átonos gemem dolorosamente malcolocados”)³⁷, quanto um pensamento moderno, que procura a adequação do ensino à língua em uso, em sua dinâmica de variação e mudança, como é o caso de Sírio Possenti:

Defendo que a escola deve pensar em não considerar mais como erros certas construções usadas por todas as pessoas cultas quando falam e mesmo em textos literários. Não defendo que TODAS as construções de TODAS as pessoas em TODAS as circunstâncias sejam aceitas, mas aquelas que as pessoas CULTAS não percebem mais como erros.³⁸

Como quer que seja, se de um lado vigora o “bom uso” (Melo e Bechara), de outro o uso brasileiro ainda é tratado com desconfiança (Cereja e Magalhães); por sua vez, a revista convoca a diversidade de pensamento para discutir a língua em mudança. Conclui-se, portanto, que há praticamente duas forças em equilíbrio – a que provoca a diversidade e a que busca a unidade. Duas forças opostas, mas necessárias ao controle da questão. A correção está nos extremos dessas forças.

³⁵ CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens...* v. 3. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005, p. 323.

³⁶ Id., p. 326.

³⁷ MACHADO, Josué. O lugar do pronome. *Língua portuguesa*, São Paulo, ano 4, n. 52, p. 25. fev. 2010. p. 24-7.

³⁸ POSSENTI, Sírio. Formalidade em excesso. *Língua portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, n. 57, p. 47. jul. 2010. p. 46-7.

11 CONCLUSÃO

As concepções teóricas que sustentaram as argumentações deste trabalho permitem aceitar que o português do Brasil é fruto da luta entre os vários dialetos em uso no contexto do processo de colonização. Por outras palavras, o contato entre os dialetos força a formação da nova língua, sem perturbações semânticas ou estruturais. Quanto mais se acha que a língua chegou ao estágio da perfeição, tanto mais ela surpreende com outras formas, seguindo o ritmo das pressões sociais.

A esse ponto de vista contrapõem-se outros, interessados num convencimento que contraria a lógica das relações sociais: a língua como um conjunto de estruturas virtuais depositadas no cérebro; a comunicação se daria pela coincidência de sinais de cérebro para cérebro. É o caso de Saussure, que separa a *langue* da *parole* para evitar a complexidade da fala, ou diferenças sociais nela representadas. Estão rejeitadas as diferenças de classes, que impedem a unidade de qualquer cultura; sintetiza-se a língua a um desenho virtual homogêneo, como uma espécie de média extraída das possibilidades de intercomunicação entre os indivíduos.

Por discordar dessa postura, contesta-se a teoria saussuriana transferindo o foco da língua como fenômeno psíquico para o espaço da língua em funcionamento, valorizando o que se tornou *norma* para o usuário da língua. A língua sai do virtual e ganha a realidade; certamente lhe é devolvida a categoria de heterogeneidade que lhe é *natural*. É restituída a história do falante, que cria e recria seu instrumento de interação social – a língua. Esta, em atividade constante, funciona conforme as necessidades socioculturais dos seus falantes, cuja mobilidade faz que uma norma interfira na outra. Isso não é gratuito, o falante vive um estado de normalidade, mas é tentado a buscar nova normalidade, que se resume em *reação a*, com o *fim de*. O que não quer dizer que isso se dê pacificamente, já que a sociedade, ou parte dela, por força da cultura, parece ver não só na língua, mas principalmente nela, um ideal de preexistência do “certo por natureza”, do definitivamente correto, o que motiva conflito diante do que subverte o “modelo consagrado”.

Por essa razão, alternativas como “O pessoal do hotel encontrou ele morto no mesmo dia em que se hospedou”; “Procuro ele no mar, por todo o navio” são conceituadas como transgressão, rótulo encontrado para justificar o direito de submetê-las à justiça do “correto por natureza” – “encontrou-o”, “procurou-o”. Uma vez que nenhuma

variedade, inclusive a culta, se fecha numa estrutura matematicamente perfeita, então se instalam as divergências, porque o uso se impõe.

Insiste-se em questionar o normativismo porque promove uma atitude subjetiva diante da língua. Ele quer sempre submeter a língua aos caprichos das crenças: um dia ela alcançaria um estágio final; consenso que anularia as tendências que levariam a língua a ser diferente mais adiante. Mas não se prega que o normativismo seja de todo inútil; inútil é o abuso, a tendência ao exclusivismo; é abominar o que há de relativo nas verdades das teorias; é ignorar a história da língua.

Como negar a sentença “Este exercício é para mim fazer” (Bechara, 2009, p. 534), sob a alegação de a preposição *para* reger o verbo e não o pronome, outra forma de dizer que o oblíquo *mim* não pode exercer a função de sujeito? Em “Vi-o entrar”, *o* é sujeito de *entrar*. O *mim* parece buscar uma regularidade com *o*, assumindo também a função de sujeito. Pretende-se com isso recusar a sintaxe do povo ou é a contradição vigente no interior da própria explicação normativa? Diante dessa censura de Bechara, Cunha e Cintra (2008, p. 312) diriam “que o sujeito do verbo no infinitivo assume a forma oblíqua”.

Como diz Marina Yaguello (2011, p. 273):

Aquele que se ergue como guardião da língua exerce, com isso, uma forma de abuso de poder que vai contra a natureza e a realidade da linguagem. O purismo linguístico, a vontade de conservar a língua numa forma imutável – identificada, de fato, a uma elite de letrados –, ao passo que tudo chama à mudança, é uma atitude ao mesmo tempo irracional e irrealista.

Irracional porque o purista nega o que está na natureza mesma da língua: a evolução, de um lado, e, de outro, a variação – a proliferação de dialetos sociais ou regionais, de registros e de jargões diversos. Porque a mudança linguística é movida por duas forças distintas: uma procede da língua mesma, é inerente à sua lógica interna; a outra procede da comunidade linguística e das condições sócio-históricas de seu devir.

Irrealista porque, qualquer que seja a força dos esforços conjugados das diferentes instâncias de repressão linguística (a Escola, a Academia [...], os autores de gramática e de dicionários), nunca ninguém deteve a evolução de uma língua, a não ser deixando de falá-la.

Mas a história nunca se deixa abater pelo idealismo. É preciso submeter o “estabelecido” a reexame sempre que a questão se encontre num estágio de intolerância. Do contrário o “irracional e irrealista” se alicerçam como verdades inquestionáveis – instala-se o dogma. O reexame, munido de pesquisa, desfaz-se das pretensões de “guardião da língua”, aproveita o que há de aproveitável na tradição e volta-se para o presente, melhor, para o português atual, aquilo que de fato retrata o uso culto do português escrito do Brasil.

Então quais são as possíveis consequências do distanciamento entre língua e realidade? A língua vai ganhar um aspecto de “arte”; a artificialidade vai comandar uma língua atemporal. Construções como “entre mim e ti” e “para eu fazer”, por exemplo, parecem repercutir estranhezas equivalentes a “mostra-mo”. A segunda sintaxe ficou tão alegórica na língua que já é costumeiro forçar a “correção”: “para mim, não”, “para eu fazer”. Não se censura as recomendações; defende-se o reconhecimento das alternativas no mesmo nível de uso.

Aqui tende a ganhar força uma de nossas hipóteses: “Os conflitos resultantes das escolhas linguísticas têm como *origem* a não aceitação da língua como um fenômeno variável e mutável no tempo” e, em decorrência, a instauração de uma norma subjetiva que julga como certa ou errada uma construção determinada. Ora, formas insistentes como “entre eu e você”, “entre ela e eu”, “para mim fazer”; assim como “vende-se casas”, “convidei ela” e “me vem à lembrança” corroboram justamente essa característica *natural* da língua: a variação e a mudança, inclusive entre os falantes cultos da língua, os que mais leem e escrevem e os que mais reclamam.

A *Gramática Houaiss da língua portuguesa* procura essa conciliação, apesar de a certa altura retomar termos desgastados pela norma subjetiva; é o caso, por exemplo, da expressão “registro informal”, empregada para justificar a troca de *o* por *ele* nas “conversações descontraídas”. É argumento travado na crença de que os graus de formalidade são estanques, desconsiderando a interferência das regras da fala nas regras da escrita: “O pessoal do hotel *encontrou ele* morto no mesmo dia em que se hospedou”. Este exemplo de notícia abala a hipótese de que a troca de *o* por *ele* seja uso da conversação descontraída; é alternativa da norma culta.

Em meados do século XIX, nasce certa preocupação com o *status* da língua usada no Brasil. Entre românticos e lusófilos, os primeiros aspirando a um abasileiramento do português e os segundos a uma volta ao passado, estes parecem ter levado vantagem. Mas no que resultou essa disputa? Querendo ou não, a língua tanto agrega preferências dos românticos ou dos clássicos quanto do jornalismo, da canção e da literatura vigente. Assim (escolhendo um exemplo aleatório), se para um Rui o *lhe* acusativo era escândalo, desde Machado de Assis não era novidade: “Não *lhe* acusem de estrangeirismos” (M. de Assis, apud Nascentes, 2003, p. 448); como não assusta esta manchete: “Sanguessuga: ex-prefeito diz que Ricarte *lhe* orientou a procurar empresa”.

Se a saudade da “época de ouro”, que nunca existiu, incomoda a alguns, é por pura nostalgia. Diante disso, pergunta-se: não é urgente uma política que encaminhe um consenso do que realmente é a norma culta escrita e falada no Brasil da atualidade? Pesquisas importantes deram os passos necessários, mas a ideologia linguística impera.

E quando as normas não se entendem, o que há? Há desacordo quando existe algum incômodo social. Diante da ideologia que impõe a inércia, é preciso a ação da contrapalavra que busque interferir na norma estabelecida. Não se busca propriamente negar a norma (cultural, política, linguística...) vigente, mas questioná-la, testá-la, submetê-la a um ajuste mais em conta diante das vontades sociais. Caso isso não aconteça, instala-se a intolerância; conseqüentemente, procura-se reforçar a ordem.

O programa “Socorro!” recomenda que se use o pronome oblíquo com os verbos *ver*, *mandar*, *fazer* e *deixar* seguidos de verbos no infinitivo (“você não a viu arrumar”). A recomendação é justa porque a língua assim o aceita; o que dispensa lembrar o inglês, o francês e o latim para evitar “você não viu ela arrumar”, sintaxe também prevista no português brasileiro. Por essa avaliação, o “aluno” é forçado a aceitar que tais línguas são mais corretas que o brasileiro, que o latim é uma referência sagrada e que as variantes do sistema linguístico não existem, negando-se o que não se pode negar. Mesmo com o débito da origem, sabe-se que cada língua desenvolve suas estruturas particulares.

As mudanças, as variações, as normas sociais e as normas linguísticas não acontecem à revelia da história de um povo. Como anunciado, os pronomes pessoais têm recebido na história da língua considerações protegidas ora por motivos históricos, ora por motivos imperativos. Combate-se o imperativo não para negar as formas que lhe servem de argumento, mas para incluir as outras (sempre as mesmas) que lhe servem de pretexto para justificar as exclusões.

A língua sempre tem um espaço aberto para as surpresas. Os poucos casos tratados aqui, pela popularidade que têm na fala e na escrita, tornam insustentável qualquer discurso a que eles se opõe. Se a alegação é o vestibular, o concurso e a prova, que seja, é uso também, mas as gramáticas vão se tornar as gramáticas do vestibular, do concurso e das provas, e não gramáticas que de fato representem a norma culta da língua. É dito isso porque, em sala de aula, toda vez que se toca em variantes essa questão está na vez.

Em todos os tempos aparecem os puristas. Quando menos se espera, voltam as queixas: “Nosso Português parece tão ‘esbarrondado’, ‘dialeto brasileiro, falho, rasgado e desmoronado”. Para lamentos assim não pode haver resposta lógica. Pergunta-se: Quando é

que uma língua se desmorona? Se se *traduzisse* o texto de Sérgio da Costa para o uso do século XVI, por exemplo, a que conclusão ele chegaria? Que estaria escrevendo em língua esbarrondada, por apresentar diferenças? Uma língua desmorona a partir do momento em que seus falantes também “desmoram”, ou seja, morrem todos, como aconteceu com línguas indígenas no Brasil. O autor certamente escreve em outro dialeto que não o brasileiro, dialeto desmorado. Ou ele seria o único a escrever em português puro? E para quem acha que “autêntico festival de anglicismos estão ‘dialetrizando’ o Português brasileiro”, saiba-se que qualquer língua, pelo fato mesmo de representar classes, sustenta-se na mistura lexical, como em qualquer outro nível da língua. Incentivar a utopia é promover a desavença social e linguística. Não há por que se preocupar com a “universalidade” da língua inglesa; a questão passa pelos trâmites políticos, tanto é que o francês, no século XIX, ganhou expressividade semelhante ao inglês atualmente. A “salada” de vocábulos em uma língua é tão forte que nem o autor percebeu que se utilizou de uma palavra “gol”, emprestada do inglês.

Diante de fastidioso protecionismo linguístico, é oportuna a inserção das diferenças de conceito gramatical. Assim, se a *gramática normativa* tem motivado o idealismo, a *gramática funcional* descreve a língua em funcionamento. Isso incomoda porque enquanto a primeira tem feito crer em seus princípios, a segunda faz ver o que está oculto: as regras em ebulição na norma culta da língua. Assim, o que uma chama de “desvio” a outra pode muito bem provar que se trata de nova regra da língua. É isso que vem alimentando a ira daqueles que, por “vingança intelectual” ou por nostalgia, acusam os linguistas de defender o “vale tudo”.

A revista *Veja* (n. 2218, 25/5/11) engajou-se nessa campanha com o fim de desgastar a evolução da ciência linguística. Como qualquer ciência, que divulga o que faz, a linguística vem divulgando as pesquisas em variação e mudança, que certamente atingem a educação, motivo por que esses resultados alcançam os livros didáticos. O conhecimento deve ser compartilhado. A reação da revista com chamadas do tipo “Chancela para a ignorância” e “Os adversários do bom português” não encontra fundamento na história de qualquer que seja a língua. No que se refere à educação, os conteúdos sociolinguísticos, antes fora dos livros didáticos, hoje são exigência oficial.

Sendo assim, a reação não é propriamente ao livro (acusado de divulgar erro linguístico), mas à nova concepção de língua que se faz presente no cenário da educação. Concepção que, conforme a ética científica, promove revisão, atualiza e naturalmente entra em choque com as concepções tradicionais vigentes, desgastadas e desatualizadas, mas em condições de sustentar o mito da “língua certa”. Consequência disso é a educação que ignora

a história da sua própria língua. É fora de dúvida que a mídia receia que nos tornemos pensadores da própria língua. A Linguística estimula a pesquisa, única forma de levar à descoberta, à consciência, à reação.

Desconfia-se de que no Brasil a palavra de um colunista vale mais que a de um cientista. Cientes disso, sentem-se à vontade e não hesitam em construir frases destituídas de fundamento como “O erro crasso de concordância...” ou “A escola que não enfatiza a norma culta da língua...”, sem a mínima reflexão, sem os devidos porquês, sem análise, sem leitura. Na mídia, inventa-se realidades. Para esse segmento, não existe a pergunta: por que se fala (e escreve) assim? Parece ter razão Sírio Possenti (2009, p. 13) quando diz:

Eu acuso a *intelligentsia* brasileira de ser medieval – no mau sentido – no que se refere à compreensão do que seja uma língua. Isso significa basicamente que ela não atingiu o estágio galileano, ou baconiano, de privilegiar a observação em relação à repetição ou comentário do texto “sagrado”. Por isso, para ela, o que está numa gramática (ou em seu resumo) funciona como lei divina. Os intelectuais brasileiros leem gramáticas (quando leem) e dicionários como os fundamentalistas leem suas Bíblias e Corôes. Em seu nome discriminam e se riem dos “infiéis”.

Em tempo de transição, embora a tendência seja avaliar os conhecimentos gramaticais dos alunos pela orientação tradicional, a escola se vê no encargo de rever a prática de correção, fundamentada nas pesquisas atuais. A evolução gira em torno do seguinte eixo: por um lado, a tradição linguística é cultura consolidada na sociedade, na pedagogia, no sentimento coletivo da língua, no prestígio da tradição; por outro, os postulados modernos, necessários porque uma teoria ou se renova ou se destina ao fracasso. Melhor dizendo, a tradição um dia se curvará às transformações que lhe vão exigir adaptações, um novo olhar, que é o que de fato se vê na revista *Língua portuguesa*. Ela nota a necessidade de teorizar a inevitável transição.

Diante desse fato, a escola deverá reavaliar o processo educativo: aprender a conjugar as duas posições, somar o que há de importante nelas para reorientar as avaliações. O resultado é a busca de equilíbrio nas oposições. Na iminência da explicação de fatos linguísticos como “vende-se casas”, “vi ela”, “me disse”, “lhe amo”, “para mim fazer” o professor deverá procurar a resposta na tradição normativa, na linguística moderna, no uso dos falantes/alunos e nos suportes: jornais, revistas, livros e textos literários. Resposta sempre acompanhada das devidas explicações gramaticais e discursivas.

Por fim, para a problemática levantada no início deste trabalho, pode-se concluir que as preferências por alternativas linguísticas diferentes do padrão esperado resultam em conflitos porque:

a) Na história da língua portuguesa, nem sempre houve uma preocupação especial em diferenciar as regras que governam a fala das regras que governam a escrita; da mesma forma, a evolução das regras da gramática falada para as regras da gramática escrita ou a convivência de usos do passado com usos do presente no mesmo tempo-espaço. Consequência disso é que, se as regras da escrita foram tomadas como regras da fala, esta, desprotegida de análise e de prestígio, foi entendida como língua errada ou como a causa dos erros observados na gramática da escrita. Na prática, como a escrita ganhou *status* de língua superior e nos compêndios gramaticais é a representação por excelência da “língua certa”, resultou que a forma que não se ajustasse a ela era desvio. Não é por outro motivo que se acredita até hoje que a gramática é a arte de falar e escrever corretamente. A todo custo quer-se apagar a ideia de diversidade da língua. É que o conceito de unidade prevaleceu sobre o de diversidade, ocultando as diferenças entre as formas. Esse entendimento é que leva a orientações equivocadas como esta do professor Pasquale Cipro Neto, que depois de apresentar a passagem de uma canção do grupo Biquíni Cavado, que diz: “*Me arrependo do que / digo em frases incertas*”, afirma que “usar os pronomes, no começo da frase, é oficialmente errado”. Para esse autor, as regras da escrita são inflexíveis; a escrita não tolera a fala, como se fosse uma barbárie estrutura da fala migrar para a escrita. Aliás, ao analisar letra de canção (estilo coloquial, semiculto) pelos critérios do padrão de um ofício, por exemplo, beira a incoerência.

b) Expressões do tipo “não use”, “não se emprega”, “evite”, “recomenda-se”, “mas na escrita de jeito nenhum” e outras afins, que disfarçam a arbitrariedade, na verdade insistem em estorvar a evolução da língua, da modalidade culta, inclusive. É dizer que outra forma, mesmo já consagrada no uso, está errada; é despistar a consciência para a evolução; é manter o ideal de língua fixa, língua certa do gramático. O aluno usa “não lhe acusem”, como usou Machado de Assis, e a escola repete “não use”; o aluno usa “Me vem depressa” como faz um ensaísta, e a escola repete “evite”; o aluno usa “obrigando ela”, como faz um autor de gramática e a escola repete “não se emprega”; o aluno escreve “faz-se unhas”, como anuncia a manicure, e a escola repete: “na escrita de jeito nenhum”. Consequência: o aluno usa a língua culta do seu tempo e a escola diz que está errado.

c) Por capricho, ignorância ou posição ideológica inflexível, há uma resistência forte na aceitação das variações (sobretudo as variações sociais) e das mudanças da língua. Prova disso é a condenação, na Veja, das variações descritas no livro *Por uma vida melhor*. Só via uma forma certa, a tradicional. Ou seja, não se procurou explicar as diferenças das gramáticas populares e cultas de que trata o livro, mas somente condenar. Esse gesto entra em conflito com a realidade, com o ensino, com a sociedade. Protegendo-se em frases de efeito muito presentes na memória do povo, por constantemente divulgadas na história da língua (“apologia do erro”, “adversários do bom português”, “chancela para a ignorância”) ficou reforçado que se tratava de erro e pronto. Esse discurso defende a língua ou uma classe?

d) Em uma dessas aulas sobre alternativas linguísticas uma aluna provocou: “Quero ver é na hora do vestibular”. Essa frase é suficiente para se falar de um assunto geralmente despercebido na sociedade, o imaginário social em torno da língua. Imagina-se que língua só tem valor na hora da redação do vestibular; tem-se a crença de que aquela língua exigida naquela circunstância responde por todo o conjunto de usos; acredita-se que, pelo fato de uma instituição como o vestibular exigir certa formalidade, essa formalidade não varia; imagina-se, enfim, que se tem o direito de criticar a língua dos outros em nome de uma modalidade que o próprio “crítico” não usa. Como diz Faraco (2011, p. 266): “Aqui, as pessoas se orientam por uma imagem segundo a qual há, na língua, princípios claros e indiscutíveis de correção. E, por isso, acreditam que podem censurar com convicção e autoridade, ou com deboche e sarcasmo, o comportamento linguístico dos outros.”

e) Mas ainda não se respondeu satisfatoriamente à problematização proposta inicialmente. A língua, como atividade sociocognitiva que é, tem sustentação na força dos conhecimentos linguísticos socializados por seus falantes. Ir de encontro aos saberes sociocognitivos é subjugar a capacidade dessa atividade, é destruir o poder de adaptação, de criação, de recriação que tem a língua. Somos de opinião, como se pode facilmente inferir, que os conflitos têm origem justamente na tentativa de destruição do processo sociocognitivo das atividades discursivas.

É certo que alguns pontos carecem de aprofundamento, o que pode muito bem ser objeto de investigação futura dos estudos linguísticos, que têm o dever de continuar o processo de atualização e revisão teórica dos fatos da língua.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. *Tocha olímpica inicia passagem pela Irlanda do Norte*. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/esportes/2012/06/03/tocha-olimpica-inicia-passagem-pela-irlanda-do-norte.html>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Typ. Allemã – Travessa do Commercio, 1874. 367 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/92025130/Jose-de-Alencar-Ao-correr-da-pena>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

ALI, M. Said *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966. 203 p.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 658 p.

_____. *Dicionário de questões vernáculas*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996. 618 p.

ALONSO, Amado. Prólogo a la edición española. In: _____. *Curso de lingüística general*. 4. ed. Tradução, prólogo e notas de Amado Alonso. Buenos Aires: Editorial Losada, 1961. 289 p.

ALVAREZ, Marcos Cezar. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 356. p. p. 201-216.

ANDRADE, C. Drummond de. *Antigamente*. Disponível em: <<http://www.janainaramos.com/2009/05/antigamente-carlos-drummond-de-andrade.html>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

ANTUNES. Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007. 165 p. (Série Estratégias de Ensino; 5).

ARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. A escrita de um forro no Brasil do século XIX: um estudo da colocação dos clíticos. In: AGUILERA, V. de Andrade (Org.). *Para a história do português brasileiro, vol. VII: vozes, veredas, voragens*, tom. I. Londrina: EDUEL, 2009. p. 420 p. p. 93-123.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2010. 583 p.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 327 p.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 7. ed. São Paulo: Parábola, 2007. 200 p.

_____. (Org.). *Norma linguística*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 295 p.

_____. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. 391. p. p. 355-387.

_____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012. 1053 p.

BATAIER, Carolina. *IPI em baixa, vendas em alta em Bauru*. Disponível em: <<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/23570/IPI+em+baixa,+vendas+em+alta+em+Bauru>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

_____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2 ed. ampl. e atual. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 707 p.

BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. Os adversários do bom português. Veja. São Paulo: Abril, n. 2218. 25 mai. 2011. 81 p.

BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002. 1674 p.

BRANCO, Guilherme Castelo. Disponível em: <http://pt-br.facebook.com/janelapublicitaria/posts/404852449536417?comment_id=4978105&offset=0&total_comments=2>. Acesso em: 7 jun. 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1997. 288 p.

_____. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 287 p. p. 135-54.

BUARQUE, Chico. *Me deixe mudo*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/899859/>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958. 344 p.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1968. 467 p.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 124 p.

CANAS, Cristina. *Afetado por notícias ruins, dólar fecha na máxima do dia*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/afetado-por-noticias-ruins-dolar-fecha-na-maxima-do-dia>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

CARVALHO, João. *Temístocles Filho diz que presidente nacional do PMDB...* Disponível em: <<http://www.gp1.com.br/blogs/themistocles-filho-diz-que-presidente-nacional-do-pmdb-lhe-orientou-para-vota-em-ciro-nogueira-152676.html>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. 766 p.

_____. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. 287 p. p. 27-36.

CAZUZA. *Quero ele*. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/cazuza/85114/>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 449 p.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens...* 5 ed. São Paulo: Atual Editora, v. 1, 2005. 320 p.

_____. *Português: linguagens...* 5. ed. São Paulo: Atual Editora, v. 2, 2005. 400 p.

_____. *Português: linguagens...* 5. ed. São Paulo: Atual Editora, v. 3, 2005. 368 p.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3 d. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. 258 p.

_____. *A língua do Brasil*. 4. ed. melh. e aum. Rio de Janeiro: PADRÃO, 1981. 209 p.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. (Sincronía, diacronía y historia: el problema del cambio linguístico). Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 238 p. (Coleção Linguagem; 12).

COUTINHO, Afrânio. Co-direção de Eduardo de Faria Coutinho. *A literatura no Brasil: introdução geral*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1999. 465 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005. 357 p. (Coleção Lingüística e Filologia).

Crônica s de Luís Fernando Veríssimo. Disponível em:
<http://pensador.uol.com.br/cronicas_de_luis_fernando_verissimo/>. Acesso em: 3 jun. 2012.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 6. ed. atual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1976. 124 p. (Coleção Temas de todo tempo; 13).

_____. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: 1981. 110 p. (Coleção Logos).

_____. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1985. 91 p.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 762 p.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. 653 p.

EU ESTUDANTE. *Notícias*. Disponível em:
<<http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=3820>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo histórico das línguas*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2007. 214 p. (Coleção Na ponta da língua; v. 12).

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008. 207 p.

_____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. 391 p. p. 259-275.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário eletrônico Aurélio*. São Paulo: Objetiva, 2009.

- FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. *Origens da linguagem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, 63 p. (Passo-a-passo, 41).
- FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006, 151 p.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. São Paulo: UNICAMP, 2001. 288 p.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 115 p. (Coleção Linguagem).
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- ILARI, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 120 p. (Texto e Linguagem).
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006. 272 p.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993. 20 p.
- LABOV, William. Padrões sociolinguísticos (Sociolinguistic patterns). Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. 392 p. (Coleção Língua[gem]; 26).
- LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008, 144 p.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2005. 71 p. (Série Princípios; 104).
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004. 227 p. (Coleção Linguagem; 5).
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002. 110 p.
- LUFT, Lya. *Chancela para a ignorância*. Veja, São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. 2011.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. Superintendência de Educação Básica. Supervisão de Currículo. *Referenciais Curriculares: Ensino Médio*. São Luís, 2007. p. 42.

MARIANI, Bethania. *A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política?*. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. 391 p. p. 237-2577.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2088. 254 p.

MARTIN, Robert. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina* (Comprendre la linguistique – Épistémologie élémentaire d’une discipline). Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003. 191 p. (Na ponta da língua; 6).

MARTINS, Solange. *Pronomes pessoais*. Nossa língua. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/nossalingua/pronomes-pessoais>>. Acesso em 24 ago. 2012.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: BAGNO, Marcos & LAGARES, Xoan Carlos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. 391 p. p. 49-87.

MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008. 200 p.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina Bentes (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 480 p.

_____. *Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 270 p.

NABUCO Joaquim. *Minha formação*. [S.I. : s. n., 1900]. 108 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00137a.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Organização de Raimundo Barbadinho Neto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2003. 748 p. (Nossos Clássicos, 18).

NETO, P. Cipro. *Nossa língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/sintaxe/colocacaopronominal2-medisseramque.htm>>. Acesso em 24 fev. 2012.

NETO, Pasquale Cipro. *Pronomes pessoais*. Nossa língua portuguesa. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/nossalingua/pronomes-pessoais>>. Acesso em 24 ago. 2012.

NETO, Pasquale Cipro. Veja o uso correto do pronome relativo “que”. Online: disponível na Internet via <http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u362783.shtml>.

NETO, Pasquale Cipro. *Nossa Língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/morfologia/pronomesusocultoeopular2.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. aum. e rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963. 273 p.

NETO, Serafim da Silva. *Fontes do latim vulgar*. [S.I. : s. n. 1956]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ8_06.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 1037 p.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. Editora UNESP, 2002. 282 p.

_____. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 829 p.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011. 334 p.

NORMAS SOCIAIS. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$normas-sociais](http://www.infopedia.pt/$normas-sociais)>. Acesso em: 11 fev. 2012.

O FLUMINENSE. *Para alegria do público, Los Hermanos faz show extra na Fundação Progresso*. Disponível em: <<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/cultura-e-lazer/para-alegria-do-publico-los-hermanos-faz-show-extra-na-fundicao-progresso>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

OS CANTORES DE ÉBANO. *Leva eu*. Disponível em <http://www.vagalume.com.br/os-cantores-de-ebano/leva-eu-sodade.html>. Acesso em: 12 nov. 2012.

PAZ, Américo. *Usus, Us é substantivo masculino*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3021028>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

PERINI, A. Mário. *Para uma nova gramática do português*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007. 94 p. – (Princípios; 18).

_____. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010. 366 p.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 491 p.

_____. *A língua escrita no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 80 p.

PORTAL MANHUAÇU. *Pedreiro é preso acusado...* Disponível em: <http://www.manhuacu.com/artigo/ler/pedreiro_e_preso_acusado_de_praticarsexo_com_crianca>. Acesso em: 27 jun. 2012.

POSSENTI, Sirio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB)/Mercado de Letras, 2004.

_____. *Língua na mídia*. São Paulo: Parábola, 2009. 167 p.

PRADO, Miguel Arcanjo. *Globo está arrependida de ter cortado “Maysa”*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/zapping/ult3954u488678.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2012. Acesso em: 3 jun. 2012.

RODRIGUES, Sérgio. *Vende-se casas ou “vendem-se casas?”* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/consultorio/%E2%80%98vende-se-casas%E2%80%99-ou-%E2%80%98vendem-se-casas%E2%80%99/>>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

SARMENTO, Leila Lauer. *Português: leitura, produção, gramática*, 8ª série. São Paulo: Moderna, 2002. 328 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral* (Cours de linguistique general). 30 ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 2008. 279 p.

SCHERRE, Maria Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005. 159 p.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. 175 p. (coleção Língua[gem]; 7).

_____. *Variação, mudança e norma (Movimentos no interior do português brasileiro)*. In: BAGNO, Marcos, org. *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 287 p. p. 291-316.

_____. *O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006. 2003 p.

SILVA, Raymundo José da. *Pronomes pessoais dos casos reto e oblíquo: a função sintática no português atual e arcaico*. [S. l.: s. n., 19__]. 5 p. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_253.pdf>. Acesso em: 26 out. 2011.

SIMAS, L. Antônio. Aluga-se moças – o filme. Disponível em: <http://hisbrasilbrasileiras.blogspot.com.br/2010/03/aluga-se-mocas-o-filme.html>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

SIMÕES, Darcília M. P. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006, 120 p.

SOARES, Maurício. Procura-se pessoas...: <<http://www.observatoriocristao.com/observatorio/?p=993>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

SOUSA, Emília Helena Portela Monteiro de; BARRETO, Therezinha Maria Melo. Uso de estruturas relativas em textos de escritores portugueses e brasileiro dos séculos XIX e XX. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA e SOUZA, Hirão F; SOLEDADE, Juliana (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. 329 p. p. 174-96.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990. 208 p.

TEIXEIRA, Carlos. G; LIMA, Rodolpho M. *Coleção Vestibular – Português, Literatura e Redação*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica GPI, 2009. 362 p. p. 218-9.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa* (Histoire de la langue portugaise). Trad. Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 142 p.

UCHOA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Joaquim Mattoso Camara Jr.: Dispersos*. Nova ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 293 p.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística* (A concise story of linguistics). 3 ed. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola: 2004. 165 p.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 2218, 25 mai. de 2011. 81 p.

VENDE-SE casas. Disponível em: <<http://cotia.olx.com.br/vende-se-casas-no-condominio-green-village-cotia-sp-iiid-44197537>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Reis e reis*. Disponível em: <http://www.nuvembranca.blogspot.com.br/2007_01_01_archive.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

VIANA, Carlos A. P; MOURA, José F. de. *Português: compreensão textual, exercícios para o ENEM*. Fortaleza: Ed. Ipiranga, 2010. 64 p. v. 1. (Coleção Pré-Universitário em Fascículos; 4. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/64091052/livro1>>. Acesso em: 1 ago. 2012. p. 25.

VIANA, Thayane. *Estudante de Varginha é vítima de golpe através de compra pela internet*. Disponível em: <http://www.varginhaonline.com.br/noticias/exibe_noticia.asp?id=169389>. Acesso em: 27 jun. 2012.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. 262 p.

ANEXO A - Chancela para a ignorância

Lya Luft

Esse título me foi dado por Alexandre Garcia, no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo: ele certamente não se importará com esse pequeno "furto" de seu talento. Referia-se ao tema que, mais do que me preocupar, me causa escândalo e assombro. Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação e incluído entre os livros comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consagra muitas obras didáticas no país, promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar. O livro e a ideia que o fundamenta começam a merecer críticas de entidades como a Academia Brasileira de Letras e de centenas de estudiosos. Eu o vejo como o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, que não consigo entender bem. Pois uma das ideias seria não submeter os alunos menos informados – isto é, os que devem aprender, como todos nós – a nenhum "preconceito" porque falam e escrevem errado. Portanto, nada de ensinar nada a ninguém, ou ele se sentirá humilhado em vez de estimulado a melhorar. O mais indicado seria poupar o dinheiro e fechar as escolas. Se devemos permanecer como somos, a escola será supérflua. Essa minha dedução não é maldosa nem ficcional: é apenas natural.

Educar é ajudar a crescer. A educação se divide em duas grandes salas ligadas por muitas portas. Uma das salas se chama formação. A outra, informação. A formação ajuda o indivíduo de qualquer idade a moldar seu caráter e sua visão de mundo, a se desenvolver como ser humano. A cultivar valores; a observar e buscar entender e respeitar o mundo e a natureza, o outro e a si mesmo; a construir o seu lugar na terra, por mais simples que ele seja. A discernir entre certo e errado, bom e mau, e a curtir o belo e o bom que devem ser buscados, dentro das condições de cada um; a dar um sentido a sua vida, seu trabalho, seu convívio. A colaborar, com esse aperfeiçoamento pessoal, para que sua família, a comunidade, o país se tornem um pouco melhores.

A outra sala do complexo Educação é a informação: é onde adquirimos conhecimentos sobre ciências, arte, história, geografia, matemática, idiomas estrangeiros e, em primeiro lugar, aprendemos a usar melhor nosso próprio idioma, pois esse é nosso melhor cartão de visita, nossa apresentação, e o que nos distingue como mais ou menos preparados. É natural usarmos roupas e modos diferentes quando estamos em ambientes diversos, com a turma na escola ou

na balada, buscando emprego numa entrevista ou pedindo um empréstimo num banco. Não vamos de cueca ao cinema, não entramos de camisola no avião. Da mesma forma, não escrevemos um trabalho escolar com a linguagem válida nos torpedos ou na internet. Essa variedade se chama adequação, é essencial, é natural e enriquece a língua.

Mas querer que a escola ignore que existe uma língua-padrão, que todos temos o direito de conhecer, é nivelar por baixo, como se o menos informado fosse incapaz. É mais uma vez discriminar quem não pôde desenvolver plenamente suas capacidades. E, esta sim, uma postura preconceituosa: os menos privilegiados que fiquem como estão. Com o tempo isso tomará a escola dispensável, pois se ela não deve colocar à nossa disposição o melhor conhecimento em todos os campos, como direito de todos, poderá ser fechada sem maior problema.

Talvez a adoção desse livro e dessa teoria no MEC nem tenha sido percebida, na montanha de trabalhos que ali se empilham. Imagino que, dando-se conta do havido, as autoridades tomem as providências urgentes que saltam aos olhos de qualquer pessoa minimamente racional e nos livrem de mais esse pesadelo para quem ainda acredita um pouco em educação. Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livres da escola e do dever de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas como "os home espera", "nós achemo", "as mulher precisa". (Ou "percisa" seria melhor?)

ANEXO B – Os adversários do bom português

Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida

Renata Betti e Roberta de Abreu Lima

Em um mundo em que o sucesso na vida profissional depende cada vez mais do rigor intelectual e do conhecimento, causa perplexidade a bandeira que vem sendo empunhada em escolas públicas e particulares brasileiras por uma corrente de professores de linguística. Eles defendem a ideia de que não existe certo ou errado na língua portuguesa, mas que a norma culta, ancorada na gramática, é só mais uma entre as várias maneiras de expressar-se. Para esse grupo, chamar a atenção do aluno que infringe tais regras - papel fundamental de um bom professor - é "preconceito linguístico". Adotado nas aulas de português de meio milhão de estudantes do ensino fundamental, o livro *Por uma Vida Melhor* é uma amostra do que propaga esse círculo de falsos intelectuais. Escreve Heloisa Ramos, uma das autoras: "Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar os livros?". Claro que pode". O erro crasso de concordância seria apenas uma "variação popular", segundo a autora. Certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos. Mas as autoridades já estão cientes desse desastre e cuidam de reverter seus efeitos, certo? Errado. A ignorância prospera sob a chancela oficial. O Ministério da Educação (MEC), que pagou pelos livros e os distribuiu, decidiu não retirá-los das escolas. Diz a educadora Maria Inês Fini: "A escola que não enfatiza a norma culta da língua está excluindo seus alunos da cultura dominante, que todos devem almejar e à qual devem ter acesso".

APOLOGIA DO ERRO *Trechos extraídos do livro didático Por uma Vida Melhor: para a autora não há problema em construir frases ignorando a concordância*

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livros?'."

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.^a pessoa, plural

pega → 3.^a pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.^a pessoa, ideia de plural (por causa do "os")

pega → 3.^a pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

O motor ideológico dos obscurantistas se move em torno da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades brasileiras de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: "O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância". Essa visão mesquinha deturpa a sociolinguística, ramo de estudo focado nas variações do uso de um idioma – o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar "nós vai" ou "nós pegou o peixe" e que, se alguém as admoestar, é por "preconceito linguístico". Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada

por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. "A ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida", diz o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros. Um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil é um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje o grande madraçal da ortodoxia dessa estupidez. Bagno criou o termo "preconceito linguístico" em um livro de mesmo nome lançado na década de 1990.

Já é um escândalo planetário que o suado dinheirinho dos brasileiros honestos e trabalhadores esteja sendo usado para sustentar os desvarios dos talibãs acadêmicos. A preguiça mental desses doutores do atraso é sustentada por brasileiros de quem o Fisco arranca a maior carga de impostos do mundo entre os países emergentes, por pais e mães que gastam metade do que ganham para pagar uma boa escola privada aos filhos, suprimindo com seu suor o que deveria ser obrigação do estado. Para a procuradora da República Janice Ascari, está-se diante de um crime "contra nossos jovens... um desserviço à educação já deficientíssima no país". É espantoso que as crianças brasileiras estejam sendo expostas a esse tipo de lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural, quando deveriam estar aprendendo as disciplinas obrigatórias e acumulando o conhecimento e as habilidades que as tornarão capazes de enfrentar com sucesso os desafios do mundo real. O crime apontado pela procuradora Janice Ascari ocorre em um país em que, ao final do ciclo escolar, 62% dos estudantes são incapazes de interpretar textos, onde 1 milhão de vagas abertas pelas empresas brasileiras não podem ser preenchidas por falta de gente qualificada. Enquanto isso, nas salas de aula das escolas públicas, as crianças brasileiras carentes de "aprender a pescar", no sentido do provérbio, são ensinadas que é certo falar "nós pega o peixe".